

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ – UNIVÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM (PPGCL)
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

LIDIA NORONHA PEREIRA

**A (DES)ESTABILIZAÇÃO DE SENTIDOS PARA CORPO-E-
SUJEITO INSCRITOS PELA SEXUALIDADE E PELO
GÊNERO: EFEITOS DE RUPTURA**

Pouso Alegre, MG
2017

LIDIA NORONHA PEREIRA

A (DES)ESTABILIZAÇÃO DE SENTIDOS PARA CORPO-E-SUJEITO
INSCRITOS PELA SEXUALIDADE E PELO GÊNERO: EFEITOS DE
RUPTURA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Linguagem da Universidade Vale do
Sapucaí, UNIVÁS, para obtenção do Título de
Doutora em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e Sociedade

Linha de Pesquisa: Análise de Discurso

Orientação: Prof.^a Dr.^a Telma Domingues da Silva

Pouso Alegre, MG
2017

PEREIRA, Lidia Noronha.

A (des)estabilização de sentidos para corpo-e-sujeito inscritos pela sexualidade e pelo gênero: efeitos de ruptura. / Lidia Noronha Pereira. – Pouso Alegre: UNIVÁS, 2017.

163 p.: il.

Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS – Pouso Alegre, MG.

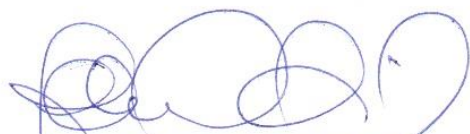
Orientadora: Dr.^a Telma Domingues da Silva

1. Discurso, 2. Corpo, 3. Sujeito; 4. Sexualidade; 5. Identidade de Gênero

CDD: 370.14

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

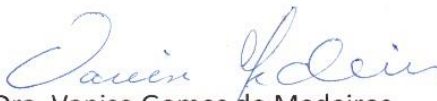
Certificamos que a tese intitulada “A (DES)ESTABILIZAÇÃO DE SENTIDOS PARA CORPO-E-SUJEITO INSCRITOS PELA SEXUALIDADE E PELO GÊNERO: EFEITOS DE RUPTURA” foi defendida, em 18 de abril de 2017, por **LIDIA NORONHA PEREIRA**, aluna regularmente matriculada no Doutorado em Ciências da Linguagem, sob o Registro Acadêmico nº 98005119, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



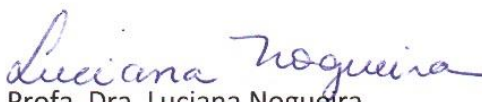
Profa. Dra. Telma Domingues da Silva
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Profa. Dra. Simone Tiemi Hashiguti
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Examinadora



Profa. Dra. Vanise Gomes de Medeiros
Universidade Federal Fluminense – UFF
Examinadora



Profa. Dra. Luciana Nogueira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora



Profa. Dra. Paula Chiaretti
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

Dedico a presente Tese de Doutorado a minha mãe, Regina Lúcia Noronha, que me fez prometer, aos nove anos de idade, que não pararia de estudar enquanto não tivesse a inscrição Dr.^a na frente do meu nome; ao meu filho, Arnaldo Pereira Silva que muito se privou de minha companhia para que eu pudesse me dedicar à pesquisa; e ao meu finado pai, Arnaldo Lemos Pereira, que, certamente, de onde estiver, vibra pela grande conquista da única filha que teve.

Dedico, também, o presente escrito, fruto de árduo trabalho, ao finado amigo Josimar Sarto de Souza pela amizade e confiança de tantos anos e, sobretudo, por acreditar e desejar sucesso à minha carreira acadêmica e profissional.

Dedico, ainda, a presente tese à amiga Audrey Ianovich Martins que me inspirou a escolher a temática abordada e que muito contribuiu para as escolhas que fiz a respeito do corpus de pesquisa; além de sempre acreditar e apoiar o trabalho que venho desenvolvendo sobre a abertura de sentidos no que tange a significação do corpo e do sujeito a respeito do sexo, da sexualidade e do gênero.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha mãe e ao meu filho pela contribuição indireta a este trabalho ao demonstrarem compreensão e apoio durante longas horas de recolhimento dedicado à leitura, à pesquisa e à escrita desta tese.

Agradeço às minhas tias que sempre me apoiaram e investiram em minha trajetória pessoal e profissional, sobretudo à tia Christina Lemos Pereira que me deu grande suporte para que eu pudesse me dedicar à escrita da tese.

Agradeço, em especial, ao meu amigo César Henrique Barreto por me apresentar os Estudos Linguísticos e por sempre ter me incentivado a dar continuidade à carreira acadêmica.

Agradeço à minha orientadora, a professora Dr.^a Telma Domingues da Silva, pela amizade e acolhida, pelo grande apoio e incentivo à temática que lhe foi proposta, além de todo o período de orientação com encontros, debates, indicações de leitura, congressos, seminários, correções, enfim, momentos fundamentais que tornaram possíveis as etapas e o término deste meu trabalho de pesquisa. Agradeço, ainda, pelos cinco anos consecutivos de orientação que se iniciaram em 2012, no mestrado, e que findaram, em 2017, no doutorado. É certo que a continuidade do trabalho conjunto foi fator decisivo para o meu crescimento enquanto pesquisadora.

Agradeço, com enorme consideração, aos professores do Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Vale do Sapucaí – UNIVÁS, em especial, aos professores Dr. Eduardo Rodrigues, Dr.^a Eni P. Orlandi e Dr.^a Paula Chiaretti pelas contribuições que engrandeceram diversas reflexões e apontamentos teóricos que norteiam este trabalho de pesquisa.

Agradeço, imensamente, às professoras Dr.^a Mônica Graciela Zoppi-Fontana (UNICAMP) e Dr.^a Paula Chiaretti (UNIVÁS) pelas grandes contribuições dadas no momento da qualificação desta tese. Sem dúvida, as leituras recebidas foram fundamentais para que esta pesquisa pudesse dar prosseguimento.

Agradeço à equipe administrativa do Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem, tanto à Coordenação do PPGCL, com a gestão das professoras Dr.^a Eni P. Orlandi e Dr.^a Débora Hettwer Massmann, quanto aos Secretários Guilherme Oliveira, Amanda Figueiredo e Gislaine Bittencourt pelo profissionalismo, pela atenção, carinho e respeito com que recebem e atendem o corpo discente.

Agradeço, finalmente, ao Fundo de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG por me conceder o financiamento necessário para que eu pudesse cursar e concluir o curso de Doutorado em Ciências da Linguagem.

um brinde

Meu corpo
um campo de batalha
Chora, grita e sente
Combate de forma valente
Todo o dia
A mesma e nova transfobia
Me constrói
Cada dia mais uma batalha
Venço, perco, segue empatado
Do lado de cá me fortaleço
Mas eles crescem, não me esqueço
Na mira, sigo perseguida
O corpo, as regras, as normas
Evidência
Hetero, cis, burguês
Essa moral em mim se desfez
Corta, mutila, hormoniza
Transforma a cada dia
De forma desigual é impedida
De ser plenamente reconhecida
Da miséria destinada
À insurreição organizada
Se levanta, me levanto
Sei, nasci pra ser sujeito
Escolhi, decidi, quis ser eu mesma
Me tornei abjeto
Parece comum
Um ser que não parece merecer afeto
A nós, um brinde
Guerreiras sobreviventes
Mais um dia
No campo de batalha
Da vida
Do corpo
Da alma
(Virgínia Guitzel)

Resumo:

A temática desta tese diz respeito à (re)significação do corpo-e-sujeito inscritos pelo sexo, pela sexualidade e pelo gênero em/por uma sociedade capitalista, como a que encontramos no cenário brasileiro do século XXI. Situada no campo teórico da Análise de Discurso, a presente pesquisa tomou como objeto de análise corpo-e-sujeito travestis e transexuais que, compreendidos enquanto efeitos de linguagem, significam sentidos outros para corpo-e-sujeito na medida em que adentram os espaços sociais. Com base no exposto acima, essa pesquisa objetiva responder à seguinte questão: como se dá o funcionamento discursivo dos corpos e sujeitos travestis e transexuais que, inscritos em/por diversas práticas sociais, significam sexualidade e gênero outros, para além da dicotomia homem/mulher, como identidades de gênero? Baseada em formulações de Pêcheux (1990), Orlandi (2003; 2010) e Nunes (2008), o objeto de análise foi concebido a partir dos conceitos de memória discursiva e arquivo, fundamentais na teoria da Análise de Discurso. Também foi importante trazer algumas perspectivas psicanalíticas para a discussão estabelecida neste trabalho, especialmente em relação às suas posições sobre a subjetividade e a sociedade contemporânea. Dentre essas perspectivas, Fink (1998) e Safatle (2008) foram notáveis. Outras fontes advindas de outros campos também contribuíram para as reflexões construídas neste trabalho: Materialismo Histórico, História e Sociologia. Assim, Althusser (1970) nos ajudou a entender o funcionamento do corpo-e-sujeito atravessado e constituído pelo simbólico e pela ideologia; Laqueur (2001) nos mostrou como a significação dos sujeitos é dada sob o olhar da Biologia, a qual tem concebido as diferenças entre corpos e sujeitos baseados em traços sexuais, anatômicos e biológicos durante séculos; e Bourdieu (2002) nos ajudou a identificar e analisar os efeitos de sentido produzidos pela divisão sexual da sociedade. O objetivo geral deste trabalho foi compreender o processo de constituição e de significação do corpo-e-sujeito outro levando em consideração narrativas que constroem um dizer sobre si na/pela relação com o corpo enquanto sexualidade e enquanto identidade de gênero. Busquei, ainda, compreender como corpo-e-sujeito travestis e transexuais materializam seu discurso na sua inscrição no/pelo social e na/pela tecnologia, bem como investigar a produção de efeitos de ruptura capazes de ressignificar corpo-e-sujeito perante as esferas sociais. A metodologia empregada nesta tese constituiu em pesquisa bibliográfica e análise de *corpus* composto por imagens, depoimentos e entrevistas de/com travestis e transexuais que falam sobre a relação que estabelecem com o corpo, com a sexualidade e com o outro. Além disso, também foram analisados uma textualidade que podemos compreender como parte de um arquivo de Estado contemporâneo pelo qual a questão da sexualidade é inscrita ora pela abertura de sentidos, ora pela censura. Além disso, foram analisados gestos de interpretação advindos do social pela via da informalidade para que sejam observados efeitos de sentidos sobre corpo-e-sujeito que circulam no/pelo espaço digital, em mídias online. Diante de um *corpus* da atualidade e de relevância social, esta tese justifica-se por buscar compreender corpo-e-sujeito travestis e transexuais explorando a abertura de significados ao invés de reproduzir ditos naturalizados que tendem somente a segregá-los em disputas sociais.

Palavras-chave: Discurso; corpo; sujeito; sexualidade; identidade de gênero.

Abstract:

The theme of this thesis concerns the (re)signification of body-and-subject inscribed by sex, by sexuality and by gender within a capitalist society such as the one we find in the 21st century Brazilian scenery. Situated in the theoretical field of Discourse Analysis, this research took as object transvestites and transsexuals body-and-subject both of which are understood as effects of language, therefore they both signify other meanings for body-and-subject once they get belonged to social spaces. Based on the above, this research aims to answer the following question: how is the discursive functioning that signifies transvestites and transsexuals bodies and subjects produced, once they are inscribed in/by several social practices, so that one of its effects regards the signification of other sexual and gender identifications that are founded far beyond the dichotomy man/woman? Based on Pêcheux (1990), Orlandi (2003; 2010) and Nunes's (2008) formulations, the object of analysis was conceived upon the concepts of discursive memory and archive, both of which are fundamental to Discourse Analysis theoretical framework. It was also important to bring a few psychoanalytical perspectives into the discussion established in this work, especially regarding their positions concerning subjectivity and contemporary society. Among those perspectives, Fink (1998) and Safatle's (2008) works had been noteworthy. Other sources from other fields have also contributed to the reflections constructed in this work: Historical Materialism, History and Sociology. Thus, Althusser (1970) helped us understand the functioning of the body-and-subject crossed and constituted by the symbolic and by ideology; Laqueur (2001) showed us how the signification of subjects is given under the gaze of Biology, which has lined off the differences among bodies-and-subjects based on sexual, anatomical and biological traces for centuries; and Bourdieu (2002) helped us identify and analyze the meaning effects produced because of sexual division of society. The overall goal of this study was to understand the process of constitution and signification of other body-and-subject taking into consideration narratives that construct a saying about them that addresses their bodies as sexual and/or gender identity. I also aimed to understand how transvestites and transsexuals' discourse concerning their body and subjectivity is materialized once it is inscribed in/by both society and technology, as well as to investigate the production of effects of disruption that might lead to resignification of body-and-subject towards social spheres. The methodology employed in this thesis consisted of bibliographical research and corpus analysis composed by images, and by testimonies and interviews taken with transvestites and transsexuals while they were talking about the relation they have been establishing with their bodies, their sexuality and with others. Besides that, were also analyzed a textuality that we have considered to be part of an archive of contemporary State in which the question of sexuality is inscribed either through the opening of meaning or through censorship. In addition, were analyzed gestures of interpretation coming from social by informality to observe sense effects about body-and-subject that circulate in/by the digital space, in online medias. Before a corpus of the actuality and of social relevance, this thesis is justified to seek to understand transvestites and transsexuals body-and-subject by exploring the opening of meanings instead of reproducing naturalized sayings that tend only to segregate them within social disputes.

Keywords: Discourse; body; subject; sexuality; gender identity.

Sumário

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract.....	viii
 Introdução	 10
 1. O Social e o Tecnológico na constituição do corpo-e-sujeito da contemporaneidade ...	 20
1.1 A inscrição social do corpo-e-sujeito.....	20
1.2 A revolução tecnológica: efeitos de sentido para corpo-e-sujeito	42
O corpo e a erosão da normatividade	44
Efeitos de sentidos sobre a intervenção tecnológica no corpo: a mudança de sexo ..	52
 2. Memória e Arquivo: A (des)estabilização de sentidos para corpo-e-sujeito.....	 63
2.1 O Discurso Médico e Jurídico na constituição/significação do corpo-e-sujeito transexual	68
2.2 O dicionário e a (des)estabilização dos sentidos para corpo-e-sujeito	84
 3. A revolução corpo-e-sujeito: efeitos de ruptura alhures	 94
3.1 Corpo-e-sujeito travestis: lugares de (des)encarnação da memória	95
3.2 Não-sentido e sem-sentido do/no corpo	109
3.3 O discurso fundador de um corpo-e-sujeito outro	121
3.4 A constituição espectral do corpo-e-sujeito outro	132
 Considerações Finais	 146
 Referências Bibliográficas.....	 157

Introdução

A presente tese, desenvolvida à luz do campo teórico da Análise de Discurso, toma como tema a significação do corpo-e-sujeito inscritos pelo sexo, pela sexualidade¹ e pelo gênero em/por uma sociedade capitalista do século XXI, como a brasileira. Mais especificamente, tomo como objeto de estudo corpo-e-sujeito travestis e transexuais que, compreendidos enquanto efeitos de linguagem, significam sentidos outros para corpo-e-sujeito quando diante do olhar da sociedade.

Já de início, trago a noção *corpo-e-sujeito*, cunhada a partir dessa tese, para poder pensar na discursividade de corpo e de sujeito na medida em que ambos se inscrevem enquanto linguagem, enquanto materialidades significantes do/no discurso. Proponho pensar tal noção pela tensão entre paráfrase e polissemia (ORLANDI, 1998) a que corpo-e-sujeito, enquanto linguagem, estão sujeitos. Interessa-me observar o jogo de sentidos em que essa relação entre o mesmo e o diferente, entre o que é estabilidade e o que é equívoco, produz na significação do corpo e do sujeito inscritos e significados pela sexualidade e pelo gênero.

Faz-se importante dizer que o presente estudo é uma continuação, ou antes, um aprofundamento da pesquisa realizada em minha dissertação de mestrado (PEREIRA, 2014) na qual busquei compreender como se dá a significação do sujeito travesti pelo Estado e pela sociedade, procurando trazer à tona novas possibilidades de significação para este sujeito. Neste momento, interessa-me investigar o processo de significação do corpo-e-sujeito tomando-os a partir do dizer sobre a contínua construção do sujeito na sua relação com o corpo e com o social. Assim, buscarei refletir sobre o que vai além da oposição binária inequívoca e coincidente entre vagina/feminino/mulher e pênis/masculino/homem.

Dessa maneira, proponho considerar um batimento entre não-sentido e sentido (PÊCHEUX, 1995) sobre a significação do corpo-e-sujeito outro, como o transexual e o travesti, por exemplo, que desestabiliza os sentidos já dados para corpo-e-sujeito significados a partir de uma determinada normatividade de sexualidade e de gênero. Diante disso, faz-se importante colocar que busco compreender a constituição e significação do corpo-e-sujeito a partir da multiplicidade de sentidos, almejando mostrar que a ideia de que

¹ Importante apontar, nessa primeira abordagem, que a sexualidade a que me refiro ao longo desse trabalho não diz respeito, especificamente, às práticas sexuais heterossexuais, homossexuais, etc, mas sim ao conjunto de caracteres, entre eles os culturais, que envolvem o sexo e a identidade de gênero dentro e fora de um normativo para corpo-e-sujeito.

corpo-e-sujeito não estão destinados a convenções socioculturais que, não raro, provocam o fechamento e a univocidade de sentidos para sua significação.

Interessa-me, também, observar, pela memória de arquivo, o funcionamento do corpo-e-sujeito pela sua inscrição em documentos institucionais, de maneira que consiga apreender como se dá a constituição e a significação do corpo-e-sujeito pelas instâncias de poder dirigidas pelo Estado que historicamente organizam e administram sentidos no que diz respeito ao sexo, à sexualidade e ao gênero.

A escolha de tal temática se deu, em um primeiro momento, pela profunda inquietação que este tema causa no sujeito contemporâneo. Levando em consideração o dizer de Bauman (2001), por exemplo, a sociedade atual é constituída por subjetividades fluidas, líquidas, em que o direito de ser diferente dos outros tornou-se uma maneira de se permanecer revolucionário. Porém, o que se verifica quanto ao sujeito travesti e transexual é que estes continuam sendo vistos como sujeitos à margem e objetos de ódio.

Dessa maneira, tomo corpo-e-sujeito travestis e transexuais como objeto de análise, buscando compreender os modos de significar *corpo*, pensando, inclusive, o corpo como um efeito de sentido do discurso e os sujeitos como contemporâneos a esse efeito de sentido. Questiono se tais corpos e sujeitos ao se significarem de forma outra para além da dicotomia homem/ mulher estariam fundando sentidos novos capazes de ressignificar corpo-e-sujeito, contribuindo, assim, para a abertura de redes de filiação de sentido no que diz respeito ao sexo, à sexualidade e ao gênero.

O objeto em questão remete simultaneamente à sexualidade e ao gênero (identidade de gênero) em um âmbito temático privilegiado no campo dos estudos da Psicanálise: sexualidade (corpo pulsional) e sujeito (sujeito do inconsciente) fundamentam a área. Para a Psicanálise, assim como para a Análise de Discurso, não só o sujeito é efeito de linguagem, mas também o corpo.² De acordo com o psicanalista Elia (2010),

Toda produção do campo do sentido é da ordem simbólica, seja ela falada ou não. Um gesto, uma expressão do rosto, do corpo, uma dança, um desenho, tanto quanto uma narrativa oral, serão produções simbólicas, regidas pelo significante, e assim, ditas *verbais*, por estarem na dependência do *verbo significante*, e não por serem expressas por via oral. (ELIA, 2010: 21)

Conforme nos aponta o autor (idem: 22), “é no interjogo de significantes, nas relações que as materialidades simbólicas em que eles consistem estabelecem entre si, que os

² LACAN. O seminário, livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998

significados se produzem.”. Dessa forma, podemos pensar o corpo em ato como um significante que, aos olhos do sujeito – tanto o “dono” do corpo quanto o outro diante dele – produz sentidos, gerando efeitos, evidências de sentidos que o signifiquem dentro/fora de determinada categoria de gênero, por exemplo. Com isso, diante de tal objeto significante (o corpo), o sujeito está sujeito às diversas possibilidades e gestos interpretativos quanto à sua significação, tanto frente ao espelho, quanto diante do outro. Frente a tal questão, pode-se afirmar que sujeito e corpo não coincidem, sendo um e outro elementos distintos que se constituem em/pelo processo de significação a que estão sujeitos. Com isso, não se pode dizer que o sujeito está para o corpo assim como o corpo está para o sujeito. Embora haja uma relação imbricada entre ambos, não há uma relação de correspondência entre corpo e entre sujeito.

O sujeito para a psicanálise é o sujeito do desejo (do inconsciente), que é efeito da linguagem, resultado da inscrição do infans (sem fala) no sistema simbólico. Mas também o corpo é efeito: existe um ordenamento simbólico do corpo, operado pelo Outro³. Os processos de significação são anteriores à criança, pois a mãe encarna a linguagem que precede o sujeito. O “eu” (sede das percepções) se constitui pelo efeito subversivo das pulsões: de um organismo ao corpo erógeno. Assim, a pulsão⁴ é um eco no corpo pelo fato de que há um dizer; a libido é energia e a manifestação motriz da pulsão, que se inscreve, nessa relação com o Outro, como efeito de demanda. Entre esse corpo pulsional e o sujeito do desejo existe uma íntima relação, ou seja, existe uma relação estreita entre os caminhos de estruturação de um corpo pulsional e os caminhos de estruturação de um sujeito de desejo.

Exponho brevemente essas considerações, buscando alguns desenvolvimentos importantes na área da Psicanálise, no sentido de afirmar neste trabalho uma compreensão não biológica, não natural, ou naturalizada, de corpo, ou seja, o corpo desnaturalizado, não instintivo.

Para a Análise de Discurso, o corpo não só está sujeito à práticas materiais como também é materialidade significativa, efeito de linguagem, atravessamento de discursos.

³ De acordo com Elia (2010: 38-39), “Lacan propõe a categoria de Outro (com “o” maiúsculo) para designar não apenas o adulto próximo de que fala Freud mas também a ordem que este adulto encarna para o ser recém-aparecido na cena de um mundo já humano, social e cultural (...)”. Dessa maneira, podemos compreender que o Outro não é apenas uma pessoa física, mas também representa a ordem simbólica que um adulto, como a mãe de um bebê, introduz durante o ato de cuidar de um recém-nascido. O Outro, de acordo com o autor (idem: 39), “é o esqueleto material e simbólico” da ordem social e cultural, “sua estrutura significativa”.

⁴ A pulsão, segundo Elia (idem: 47), é o nome atribuído ao “conjunto de efeitos que a linguagem perpetra no instinto (...)”. Não há, assim, experiência instintiva no ser humano, no sujeito, mas experiência do instinto fragmentado e remodelado pelo significante, que é a pulsão.”

Considerando os pressupostos da referida teoria, a Análise de Discurso, busco responder à seguinte questão, norteadora de todo o trabalho: como se dá o funcionamento discursivo dos corpos e sujeitos travestis e transexuais que, inscritos em/por diversas práticas sociais e institucionais, significam as narrativas que constroem de si⁵ e de seus corpos sexualidade e gênero outros como identidades de gênero para além da dicotomia homem/mulher?

A hipótese principal para esta pergunta gira em torno da busca de uma maneira de falar de si próprio que constitui e afirma corpo-e-sujeito a partir de uma determinada escolha, ou melhor, de uma determinada nomeação, em termos de identidade de gênero e sexualidade. Tal nomeação, como a travestilidade e/ou a transexualidade, por exemplo, ao confrontar os padrões pré-estabelecidos socialmente, leva o sujeito a rearticular seu discurso ao vivenciar as dualidades eu-comigo, eu-com o corpo e eu-com o mundo. Outra hipótese que se faz presente é a de que, ao abrir os sentidos para a significação do corpo-e-sujeito, ressignificando-os, travestis e transexuais estariam atuando no campo de uma revolução em vias de acontecimento, na medida em que historicizam formas outras de se fazer dizer corpo-e-sujeito.

Assim, encontrando recursos teóricos que possibilitam uma reflexão aprofundada sobre meus questionamentos, busco compreender de que forma corpo-e-sujeito outro ditos travestis e transexuais, por exemplo, significam ao resistirem ao normativo que estabelece a significação de corpos e sujeitos a partir da interpretação de uma oposição inequívoca do biológico-anatômico como um lugar de constituição de sentidos. Dessa forma, questiono, também, o anatômico do corpo enquanto lugar de constituição da norma acerca do sexo/gênero e se este lugar seria capaz de oferecer estabilidade de sentidos para que a norma para corpo-e-sujeito se configure como tal.

A esse respeito, gostaria de adiantar, já na introdução, a ideia que a psicanalista Poli (2007) nos aponta. De acordo com seus estudos, é preconcebido nas sociedades ocidentais o fato de afirmarmos nossa identidade sexual tendo como referente único a anatomia. No entanto, se tal afirmação fosse suficiente, não passaríamos a existência nos questionando o que seria afinal “ser homem” ou “ser mulher”. Poli (idem: 11) traz que “padecemos, neuróticos que somos, da tentativa de construir uma imagem que possa corresponder ao que

⁵ Importante dizer que não consideramos o sujeito como uma unidade, como um ser completo e absoluto, mas sim o concebemos pelo processo de sua constituição que nunca finda. Dessa forma, considera-se, aqui, as diversas narrativas que vão construindo o sujeito e que o levam a formular dizeres sobre a sua significação produzindo efeitos de sentido sobre o próprio sujeito.

supomos ser um homem ou ser uma mulher. Apelamos à anatomia, mas ela não é suficiente para nos proteger da questão “o que o Outro quer de mim?”.

Conforme o aqui exposto a respeito de “corpo” e “sujeito” como efeitos da linguagem, a partir da Psicanálise e da Análise de Discurso, parto do pressuposto de que o sujeito se constitui por meio de uma relação necessária e inalienável com o corpo. Tendo em vista que a questão dessa tese diz respeito à sexualidade e identidade de gênero, formulo, como coloquei anteriormente, a noção de *corpo-e-sujeito*, no sentido de dar destaque a esse processo de subjetivação que atravessa e constitui tanto o corpo quanto o sujeito enquanto efeitos de linguagem materializados no próprio corpo. Assim, busco apontar para os processos de identificação, quanto a gênero e sexualidade, que produzem hoje diversas configurações corpo-e-sujeito.

De acordo com Pêcheux (1969) *apud* Orlandi (1998a), ao pressupor a ordem própria da língua, a Análise de Discurso trabalha com a noção de discurso enquanto “efeito de sentidos entre locutores”, incluindo sujeito e situação de maneira que o real da língua e o real da história não fiquem de fora. Dentro dessa perspectiva, a linguagem não é considerada em sua transparência, uma vez que deve ser levado em conta o sujeito em seu processo de constituição e o sentido em sua forma material. Segundo a autora (idem: 59), “Sentido e sujeito se constituem ao mesmo tempo: ao significar, o sujeito se significa”.

Orlandi (idem: 59) nos chama a atenção para o fato de que não se deve compreender o sentido enquanto conteúdo, pois o sentido se constitui no “corpo a corpo com a linguagem” e, sendo este atravessado e constituído pelas evidências que são produzidas pela ideologia, é responsável pela constituição do sujeito na medida em que este se inscreve em seu processo de identificação e constrói a sua memória, o seu “saber” discursivo.

Assim, a constituição do sentido e do sujeito no processo discursivo não diz respeito a contextos empíricos em que a fala se dá. Para tal campo teórico, sentido e sujeito estão sujeitos não apenas à situação imediata, mas, e principalmente, à exterioridade do discurso, ao interdiscurso, à memória do dizer que, inclusive, organizará situações e contextos em que a prática discursiva se realiza. E, dentro de tal processo, podemos compreender que o corpo, enquanto linguagem, não fica de fora da relação de constituição entre sentido e sujeito.

De acordo com a autora (idem: 60), toda fala é resultado “de um efeito de sustentação no já-dito” o que nos dá a ilusão de que sabemos o que estamos dizendo durante uma prática discursiva. Segundo Orlandi (idem: 60), a memória do dizer, o saber discursivo, compreende aquilo que foi e é dito sobre um assunto qualquer, porém, na medida em que é falado, ao

longo do tempo, esquece-se “que foi dito, por que, em que circunstâncias e que fica como um já-dito sobre o qual nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de saber do que estamos falando.”.

Esse efeito, de acordo com Orlandi (idem: 60), é o resultado da ideologia que impõe a condição “de unidade e de subjetivação sem a qual o sujeito não é sujeito da linguagem na/pela contradição do que é sê-lo: ser sujeito de e estar sujeito a.”. Ainda, Orlandi (idem) nos aponta que esse efeito de ilusão se faz necessário para que seja possível ao sujeito estabelecer-se em um lugar na medida em que o seu processo de constituição enquanto sujeito se dá.

Diante de tais considerações, tomo como objetivo principal deste trabalho compreender o processo de constituição e de significação do corpo-e-sujeito outro levando em consideração as narrativas que constroem sobre si na/pela relação com o corpo enquanto sexualidade e identidade de gênero - dizeres significados no corpo e em tais sujeitos que se expõem frente a atual sociedade capitalista brasileira e que, ao mesmo tempo, são ditos por ela. Como objetivos específicos, busco compreender como corpo-e-sujeito outro materializa seu discurso na sua inscrição no/pelo social e na/pela tecnologia; proponho observar os sentidos (des)estabilizados para corpo-e-sujeito no que se refere ao sexo, sexualidade e gênero em documentos institucionais e fora destes; e, ainda, pretendo investigar efeitos de ruptura capazes de ressignificar corpo-e-sujeito perante as esferas sociais e institucionais.

Para tanto, no que diz respeito à metodologia do presente exposto, além da pesquisa bibliográfica, compõem o *corpus* de análise imagens, depoimentos e entrevistas de/com travestis e transexuais que versam sobre a relação que estabelecem com o corpo, com a sexualidade, com o gênero e com o outro através de narrativas que tais sujeitos constroem sobre si e/ou são construídas a partir de sua significação em dada prática discursiva.

Além disso, documentos institucionais como petições e sentenças judiciais e o dicionário compõem o *corpus* de análise para que sejam observados como se dá o processo de (des)estabilização de sentidos para corpo-e-sujeito em diferentes materiais inscritos pelo funcionamento da memória de arquivo.

Ainda, o referido *corpus* também é composto por reportagens e gestos de interpretação advindos do social pela via da informalidade que serão analisados para que sejam observados efeitos de sentidos sobre corpo-e-sujeito que circulam no/pelo espaço digital, em mídias *online*.

Dessa forma, a presente pesquisa estrutura-se em três capítulos. O primeiro, intitulado “O Social e o Tecnológico na constituição do corpo-e-sujeito da contemporaneidade” busca compreender os efeitos de sentido que constituem a materialidade do corpo-e-sujeito em seu processo de significação na medida em que adentram os espaços sociais (ORLANDI, 2012) e se inscrevem na/pela tecnologia. Nesse capítulo, também serão abordadas questões pertinentes à constituição da sociedade e da ciência pela divisão entre sexo e gênero com Bourdieu (2002) e Thomas Laqueur (2001), respectivamente.

Assim, no primeiro capítulo, tomo como recorte os seguintes materiais: a) cinco imagens do cantor e compositor Liniker, bem como trechos de seu depoimento dado ao canal Trip TV em 2016, em que fala de sua significação outra, para além da dicotomia do feminino/masculino. Interessa-me, diante desses recortes, observar o funcionamento da (des)estabilização dos sentidos para corpo-e-sujeito outro inserido no cotidiano social; b) uma reportagem da revista *Super Interessante* que procura responder como se faz a cirurgia de mudança de sexo e os comentários dos leitores de tal reportagem veiculada pelo espaço digital *online*. Nesse momento, busco compreender os processos de significação (ORLANDI, 2004 - 2012) do corpo-e-sujeito contemporâneo pensando a sua relação para com a tecnologia, a ciência e a sua inscrição social. Também tenho interesse em compreender a mudança da relação do ser humano com o corpo frente às tecnologias (FREUD, 2010 [1930]) e a crise de legitimação da norma (SAFATLE, 2008) nos variados segmentos e espaços da vida social capitalista. Ainda, levo em consideração o funcionamento da sexualidade do sujeito atravessado e constituído pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1970) da sociedade capitalista do presente século.

No segundo capítulo, intitulado “Memória e Arquivo: A (des)estabilização de sentidos para corpo-e-sujeito”, busco compreender os efeitos de sentido produzidos pela memória de arquivo (ORLANDI, 2003; 2010 e NUNES, 2008) e pela memória metálica (ORLANDI 2003; 2010) funcionando enquanto forma de estabilização e de desestabilização dos sentidos para a significação do corpo-e-sujeito.

Interessa-me, nesse momento, observar as possibilidades de abertura para a significação do corpo-e-sujeito outro, como o travesti e o transexual, em documentos institucionais que, em seu funcionamento enquanto memória de arquivo, prezam pela estabilidade e pelo fechamento de sentidos. Dessa forma, para compreender como corpo-e-sujeito é significado pelo dizer do Estado, através de suas instituições como o Ministério da

Saúde, pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e o Judiciário tomo como recorte de análise os seguintes materiais: a) A Classificação Internacional das Doenças (CID 10) sobre o conceito de ‘transexualismo’ em que o SUS se baseia para significar corpo-e-sujeito transexual; b) Petições e sentenças judiciais a respeito da retificação de nome e de gênero para pessoas transexuais.

Ainda, para compreender a (des)estabilização de sentidos a partir da memória de arquivo e da memória metálica, busco trabalhar com os seguintes materiais: d) os verbetes “travesti” e “transexual” apresentados pelo Dicionário Michaelis; e) os verbetes “travesti” e “transexual” encontrados no Dicionário inFormal *online*, bem como os “likes” para cada acepção dos verbetes propostos que demonstram a opinião positiva ou negativa dos leitores e editores virtuais de tal dicionário diante dos sentidos ali postos.

No terceiro capítulo, intitulado “A revolução corpo-e-sujeito: efeitos de ruptura alhures”, retomo a inscrição e significação do corpo-e-sujeito pela memória discursiva e pela memória de arquivo (PÊCHEUX, 1990b; ORLANDI, 2003; NUNES, 2008) tomando, em um primeiro momento, o depoimento que configura uma narrativa sobre corpo-e-sujeito travesti pelo seguinte recorte de análise a) uma entrevista dada por Laerte Coutinho, em 2010, ao jornal *Folha de S. Paulo* que pretende responder como e por que a cartunista, desde 2005, começou a se travestir.

Em seguida, busco analisar a resignificação do corpo-e-sujeito transexual levando em consideração a normatividade sobre sexo e gênero e, ainda, o real do sujeito, na tentativa de inscrição do corpo-e-sujeito outro. Dessa maneira, interessa-me investigar a possibilidade de novos sentidos para corpo-e-sujeito advindos da relação já-sentido/não-sentido/sentido (ORLANDI, 1998). Para tanto, propondo algumas reflexões acerca dos efeitos de sentido sobre corpo-e-sujeito transexual a partir do dizer sobre o seu contínuo processo de constituição vivenciado frente ao social e às instâncias de poder. Interessa-me compreender se há um efeito de ruptura dos sentidos estabilizados para corpo-e-sujeito que se inscreva na memória do dizer, funcionando enquanto Discurso Fundador (ORLANDI, 1993; 2007). Como recorte de análise, tomo o seguinte material: b) o depoimento da transexual Gabriela Perini, publicado pelo canal Tv Carta Capital, em que fala de seu processo de construção enquanto sujeito trans e da luta por seus direitos perante as instituições sociais; e c) o formulário de inscrição da Revista do Grupo de Estudos Linguísticos (GEL) que, além de oferecer no campo “sexo” a opção feminino e masculino, oferece, também a opção *outros*. Frente a esses materiais, proponho observar o processo de significação do sem-sentido do

corpo-e-sujeito na sua relação com o já-dito sobre sujeito e sobre corpo, possibilitando a abertura para novos sentidos. Diante disso, busco pensar em uma revolução para corpo-e-sujeito em vias de acontecimento (PÊCHEUX, 1990b; 1995), uma revolução alhures.

Ao tomarmos como objeto de análise corpo-e-sujeito travestis e transexuais enquanto forma material discursiva, é fundamental que compreendamos que tal significação não se dá de forma unívoca, fechada. Ao contrário, deve-se ter em mente que a significação do corpo-e-sujeito, em qualquer instância, se dá de maneira contraditória, é sujeita a falhas, ao equívoco. Considera-se, aqui, corpo-e-sujeito atravessados e constituídos pela língua, pela ideologia, pela historicidade através das instituições de poder que, não raro, subjetivam corpo-e-sujeito a determinada forma de expressão no que tange à sexualidade. Não se trata do simples corpo inerte no tempo e no espaço ou de um receptáculo vazio que vai sendo preenchido ao longo do tempo. Trata-se do corpo-e-sujeito enquanto materialidade discursiva significativa (ORLANDI, 2012) que, no caso, resiste a processos de identificação já determinados.

Sobre tais questões, é fundamental apontar para o fato de que mesmo abordando as denominações “travesti” e “transexual”, a este trabalho não compete encerrar corpo-e-sujeito a padrões pré-definidos. Faço uso dessas classificações já dadas para poder mostrar a existência de corpos e sujeitos que fogem ao normativo como uma possibilidade de polissemia, de novos sentidos para corpo-e-sujeito. A ideia é trazer para discussão a presença de corpos e sujeitos que estão além da dicotomia homem/mulher. Assim, pode ser que existam outras nomeações e até mesmo corpos e sujeitos que não se nomeiam ou se encerram em uma categoria de gênero, justamente para deixar sua significação aberta, livre de padrões, regras e normas já dadas, mesmo que isso desestabilize o normativo social.

Dessa forma, a presente tese, diante de um *corpus* da atualidade e de relevância social, ao buscar trabalhar a abertura de sentidos para além do já-dito sobre corpo-e-sujeito, justifica-se pela necessidade de se compreender o processo de constituição e de significação do corpo-e-sujeito outro, como travestis e transexuais, que colocam em funcionamento pontos de ruptura e de resistência frente ao normativo do sexo e do gênero.

Além disso, o estudo que se segue, ao tomar corpo-e-sujeito como materialidade de linguagem, pretende contribuir para a área de estudos da Análise de Discurso, propondo ampliar o sítio de significação sobre corpo e sobre sujeito levando em consideração as questões históricas, sociais, culturais e políticas que os atravessam e os constituem.

Assim, faz-se importante dizer que a Análise de Discurso busca compreender o fenômeno da linguagem configurando-se enquanto um campo teórico de entremeios, ou seja, um campo teórico que é perpassado por outros domínios teóricos que também buscam compreender o fenômeno da linguagem. Assim, podemos dizer que a Análise de Discurso é também constituída pela Linguística, uma vez que trabalha com os processos de enunciação; pelo Materialismo Histórico, ao tratar da ideologia e dos fenômenos sociais; e pela Psicanálise, pois considera o sujeito e a sua relação com o simbólico.

Para o referido campo teórico da Análise de Discurso, é através do discurso que a linguagem se materializa, trazendo consigo marcas ideológicas de ordem sócio-históricas significadas no/pelo sujeito. Nesse passo, corpo-e-sujeito não transmite apenas uma imagem, mas sim significam o contexto social, histórico e ideológico pelos quais foram e ainda são produzidos. Dessa forma, ao pensar o discurso, devemos levar em consideração a sua exterioridade, ou seja, os elementos ideológicos e sociais que ele abarca e que transpassam a linguagem.

Dessa maneira, as noções teóricas para linguagem advindas pela Análise de Discurso levam em conta as condições de produção que um dado enunciado é produzido ao ser determinado pelas condições históricas e sociais e pelo momento em que o sujeito do discurso se encontra. Ainda, considera-se que as variadas formas de linguagem, em suas diferentes materialidades, incluindo as que se expressam na superfície e densidade corporal do sujeito, manifestam relações de poder, bem como o lugar ocupado pelo sujeito e pelos seus interlocutores.

1. O Social e o Tecnológico na constituição do corpo-e-sujeito da contemporaneidade

[...] o “sexo” é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas.

Judith Butler

1.1 A inscrição social do corpo-e-sujeito

A presente seção, tomando como base a perspectiva teórica da Análise de Discurso, propõe dar início à busca pela compreensão dos processos de significação do corpo-e-sujeito a partir da sua inscrição pela sexualidade, pelo feminino/masculino atribuído ao corpo-e-sujeito por convenções socioculturais. O corpus de pesquisa remete ao atual momento histórico - o século XXI –, caracterizado por uma sociedade capitalista mundializada e, no Brasil, interessa-me analisar os efeitos de sentido que constituem a materialidade do corpo-e-sujeito em seu processo de significação.

Assim, inscrevendo esta pesquisa no campo da Análise de Discurso, este estudo pretende questionar as marcas ideológicas e políticas que estão sendo significadas através do corpo e do sujeito e como estas se materializam no processo discursivo da/sobre sexualidade e gênero. Nessa direção, questiono de que forma corpo-e-sujeito, subjetivados à sexualidade, são significados socialmente: haveria sentidos estabilizados para tal significação?

Diante disso, faz-se necessário retomar os estudos de Orlandi (2012) que buscam trabalhar os processos de significação em funcionamento através do corpo e do sujeito. Ao considerar a relação entre ambos, a autora (idem: 83), coloca que “a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito. E vice-versa (...)”. Ao partir desse pressuposto, Orlandi (2012: 83) busca questionar, em seu estudo, “como juntar corpo, sujeito, sentido, pensando a questão da materialidade discursiva?”.

A autora retoma primeiramente algumas formulações de Pêcheux (1975), entre elas o conceito de materialidade discursiva, para essa compreensão a respeito do corpo e do sujeito concebidos enquanto materialidades significantes. Assim, a autora (idem: 84) nos traz as noções pêcheuxtianas de que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e

a materialidade do discurso é a língua” e, ainda, que “inconsciente e ideologia estão materialmente ligados”. Pontua, nesse sentido, que há dois pares que se conjugam pela materialidade: língua e ideologia / ideologia e inconsciente. Partindo de tal pressuposto, a autora (idem) coloca que, ao ser interpelado pela ideologia (PÊCHEUX, 1975), o sujeito se produz e se constitui enquanto forma material, enquanto materialidade discursiva. Tal materialidade do sujeito pode ser observada em funcionamento pela sua não transparência à medida que a ideologia e o inconsciente fazem intervir em sua constituição. Assim, pensando a relação entre corpo e sujeito, tomando o corpo também enquanto um exemplo de materialidade discursiva, Orlandi (idem) nos mostra que:

(...) devemos referir ao materialismo histórico para o qual os modos de produção da vida material condicionam o conjunto dos processos da vida social e política. O discurso é produzido nessas condições, o sujeito e os sentidos, e isto é efeito da ideologia em sua materialidade. O corpo do sujeito não é indiferente a isso. (...) O corpo simbólico, corpo de um sujeito, é produzido em um processo de significação onde trabalha a ideologia, cuja materialidade é o discurso. (ORLANDI, 2012: 85)

Assim, Orlandi (idem) institui um modo de se compreender o corpo no contexto dos estudos da linguagem, para o qual este é desnaturalizado e remetido ao campo do simbólico enquanto um processo de significação ideológico, materializado pelo discurso, no caso, pelas vias do corpo.

A interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia produz uma forma sujeito histórica com seu corpo. Há, eu diria, uma forma histórica (e social) do corpo, se pensarmos o corpo do sujeito. [...] Comecei a observar o modo como os corpos investidos de sentidos, na materialidade dos sujeitos, se textualizavam-se. Comecei assim a analisar a tatuagem, o piercing, o que eu chamava a textualização do corpo, estendendo esse trabalho para o que denominei de narratividade urbana (2001). Procurei compreender essa textualização do corpo urbano, da sociedade capitalista. [...] ao mesmo tempo, voltei-me para pesquisas sobre a dança em cadeiras de rodas o que trazia para primeiro plano a questão do corpo (ORLANDI, 2012: 86-87).

Podemos perceber que os questionamentos apontados por Orlandi (idem), no que se refere aos processos de significação do corpo e do sujeito pela dança, vão ao encontro da questão inicial do presente estudo, uma vez que este busca responder como se dão os processos de significação sobre corpo-e-sujeito inscrito a partir da sexualidade.

Assim, de acordo com Orlandi (idem), considera-se, aqui, o corpo não como algo exterior ao sujeito, como uma embalagem, mas sim de forma constitutiva e parte do processo de significação do sujeito. Ainda, segundo a autora (idem), considera-se o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, ao corpo social.

Observemos o que coloca Orlandi (2012):

Neste passo, tomarei sobretudo a inclinação da ideologia. E quando digo que o corpo já vem significado, penso ideologicamente, ou seja, na imagem que fazemos

de um corpo ocidental ou oriental, ou como pobre ou rico, como homem, mulher ou homossexual etc. (...) Não há corpo que não esteja investido de sentidos, e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais para a forma com que ele se individualiza, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos, enquanto forma sujeito histórica (em nosso caso, capitalista). (ORLANDI, 2012: 93).

Diante de tais considerações, proponho, então, pensar a forma sujeito histórica e social com o corpo, pensando na materialidade do corpo-e-sujeito inscrito enquanto sexualidade e gênero na sua relação com a ideologia.

Porém, inicialmente, vou trazer uma reflexão antropológica sobre a oposição entre os gêneros masculino e feminino. Para tanto, trago o estudo do sociólogo Pierre Bourdieu (2002) que a partir da análise de uma determinada sociedade pensa na relação de dominação que se institui nos papéis homem / mulher e que integra o sexo, sexualidade e gênero. Tais apontamentos serão importantes para que possamos compreender pela Análise de Discurso como se dá a significação de corpo-e-sujeito a partir de sua inscrição, pelo social, a determinado sexo, sexualidade e gênero.

Bourdieu (idem) busca compreender as transformações que ocorrem (ou não) nas sociedades no que diz respeito às relações entre os sexos, mais especificamente, a relação de dominação do masculino sobre o feminino. O autor (idem) questiona quais seriam os mecanismos históricos responsáveis capazes de gerar a des-historicização⁶, por um lado, e, por outro, a eternização das estruturas que giram em torno da divisão sexual e de seus princípios.

De fato, podemos lembrar de elementos em diversas culturas que marcam essa dominação, como o fato da mulher herdar o nome do marido quando se casa, por exemplo. Diversas práticas e eventos em lugares e culturas variadas apontam para a constatação de uma situação de desigualdade entre homem e mulher, para um mundo moldado para o prazer do homem, em que a mulher é situada como objeto.

Dessa forma, Bourdieu (idem) inicia trazendo-nos aquilo que chama de paradoxo da dóxa: o fato de que na organização do mundo - com seus sentidos possíveis e proibidos, suas

⁶ Importante colocar que o conceito de “des-historicização” a que Bourdieu (2002) se refere não é o mesmo para a Análise de Discurso. Para esse autor tal termo diz respeito à perda de sentido que determinado elemento social pode sofrer ao ser desautorizado; enquanto que o seu contrário, a “eternização” representa os sentidos que ainda fazem valer para a organização social, sendo repetidos ao longo da história. Já para a Análise de Discurso, a des-historicização (ORLANDI, 1998) consiste no apagamento dos sentidos por uma censura que impossibilita a metaforização dos sentidos e impede, assim, que os sentidos possam vir a ser outros. Dessa maneira, ao utilizar o termo “des-historicização” proposto por Bourdieu (idem) a respeito da ordem da dominação masculina, penso no enfraquecimento que tal ordem vem sofrendo na medida em que outros sentidos para corpo-e-sujeito vão se materializando e se inscrevendo discursivamente.

obrigações e sanções, suas transgressões, subversões, delitos e loucuras ou, ainda, com suas relações de dominação, direitos, imunidades, privilégios e injustiças - as imposições, como a dominação masculina, podem permanentemente ser vistas como aceitáveis e até mesmo naturais à ordem estabelecida.

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância do sentimento. (BOURDIEU, 2002: 04)

Bourdieu (idem) tem uma visão antropológica da sociedade, compreendendo-a como resultante de espaços que são divididos e que se constituem de/por tensões. Nesse sentido, a divisão entre homem e mulher divide o espaço social por uma relação em que se exerce um poder e por conseguinte uma dominação. O que é interessante aqui é que sua reflexão marca este espaço como um espaço social e não apenas doméstico ou familiar.

Bourdieu (idem: 04) analisa se a estrutura de uma sociedade “androcêntrica particularmente bem conservada”, a cabila, observada por ele durante a década de sessenta, pode oferecer subsídios que possibilitam compreender determinados aspectos concernentes à divisão sexual que são/estão dissimulados pelas sociedades contemporâneas. De acordo com o autor (idem),

[...] nossa questão principal tem que ser a de restituir à dóxa seu caráter paradoxal e, ao mesmo tempo, demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural. E, ao fazê-lo, nos pormos à altura de assumir, sobre nosso próprio universo e nossa própria visão de mundo, o ponto de vista do antropólogo capaz de, ao mesmo tempo, devolver à diferença entre o masculino e o feminino, tal como a (des)conhecemos, seu caráter arbitrário, contingente, e também, simultaneamente, sua necessidade sócio-lógica. (BOURDIEU, 2002: 07)

Bourdieu coloca que buscar elementos em uma tradição exótica, como a cabila, é fundamental para que seja quebrada a relação equivocada de familiaridade que nos liga a uma tradição. Segundo o autor (idem), essa quebra pode ser observada com a divisão social dos sujeitos em feminino e masculino a partir de suas aparências biológicas, produzindo um efeito de que essa divisão é natural, própria do ser humano:

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os “gêneros” como *habitus* sexuais), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade [...]. (BOURDIEU, 2002: 08-09)

A partir de uma outra perspectiva teórica, o historiador e sexólogo Thomas Laqueur (2001), ao realizar um estudo sobre corpo e gênero desde a antiguidade grega até o século XX, nos propõe mostrar que o sexo, até o século XVII e meados do século XVIII, era compreendido como um epifenômeno. Ou seja, o sexo biológico era visto como um produto advindo e condicionado por um processo fisiológico e, por isso, incapaz de determinar o comportamento dos sujeitos. Já o gênero (homem/mulher), diferentemente do sexo, considerado dentro de uma categoria cultural, era primário ou “real”. De acordo com Laqueur (idem),

Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica.” (LAQUEUR, 2001: 19)

Segundo Laqueur (idem), os avanços dos estudos referentes à anatomia e o surgimento da teoria do germe, no século XIX, referiam-se a uma origem comum entre ambos os sexos, uma vez que estes eram formados por um embrião cuja morfologia andrógina não representava diferenciações que implicavam uma diferença, uma separação entre dois seres opostos. Assim, em meados de 1850, houve uma rearticulação dos estudos de Galeno⁷, e os órgãos sexuais masculinos e femininos foram concebidos como homólogos - pênis/clitóris, lábios/escroto, ovários/testículos – uma vez que tinham origens comuns durante o desenvolvimento do feto. Com isso, de acordo com o autor (idem), havia argumentos científicos suficientes que apoiavam a visão antiga e que apontavam para a existência de um sexo único. No entanto, houve um grande interesse na busca por evidências que separavam os corpos em dois sexos distintos marcando as diferenças anatômicas e fisiológicas, que, segundo Laqueur (idem: 21-22), só começaram “quando essas diferenças se tornaram politicamente importantes.”. E, mais tarde, quando tais diferenças foram apontadas, elas já estavam inscritas e “profundamente marcadas pela política de poder do gênero”. Dessa forma, de acordo com o autor, pode-se dizer que a divisão do sexo que hoje nós conhecemos foi construída em algum momento entre os séculos XVIII e XIX.

Laqueur (idem) ainda nos aponta que a ciência com suas “descobertas” não produziu sozinha a divisão de dois sexos distintos. Tal oposição entre um sexo e outro se deu a partir

⁷ Galeno (século II d.C), de acordo com Laqueur (2001), concebia o corpo feminino tal qual o masculino, de maneira que ambos eram constituídos de forma isomórfica em sua estrutura sexual, com a diferença de que o homem apresentava seu sexo para fora e a mulher para dentro. Laqueur (idem) nos explica que Galeno “demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa” (LAQUEUR, 2001: 16)

de questões políticas. De acordo com o autor (idem), a política, compreendida, de modo geral, enquanto competição pelo poder, lançou novas maneiras de constituir não apenas o sujeito, mas também as realidades sociais dentro das quais tal o sujeito vivia. Assim, conforme Laqueur (idem: 22) “falar em tom sério sobre sexualidade era, inevitavelmente, falar sobre a ordem social que ela representava e legitimava.”.

Dessa maneira, pensar a desnaturalização dos corpos à divisão social dos sexos, como nos aponta Bourdieu (2002), não deixa de ter consequências em sua prática, uma vez que esta divisão implicará na concepção de novas estratégias que visam organizar a relação de forças que constituem a sociedade.

Para Bourdieu (idem), na dominação masculina há um princípio de perpetuação da relação de dominação que não só advém dos lugares mais visíveis, como o doméstico, mas também, e principalmente, das instâncias como a Escola e/ou o Estado, lugares em que são elaborados e impostos os princípios de dominação. Diante disso, Bourdieu (idem) coloca que as lutas feministas são chamadas ao seio das questões políticas para contrariar e des-historicizar as formas de dominação masculina, quebrando o que Bourdieu chamou de eternalização das estruturas da divisão sexual. Importante observar que essa divisão sexual é marcada pelo político, pela divisão de sentidos que constituem não apenas a organização social, mas também corpo-e-sujeito. A esse respeito, podemos citar a retomada que a psicanalista Poli (2007: 25) faz do dizer de Beauvoir (2002 [1949]) quando esta diz que “o destino não é a anatomia, pois o sexo das mulheres é uma questão política”. E, mais adiante, quando Poli (idem: 60) afirma que “toda política é corporal e todo corpo é político.”. Essas formulações apontam não apenas para a determinação histórica dos processos de significação da correspondência entre sexo biológico e gênero, mas também apontam para uma divisão social que demarcam as posições em que cada um dos dois gêneros deve ocupar, de forma que estas posições confirmem prestígio social ao homem e uma posição social desprestigiada à mulher.

Sobre tal ponto, no que se refere à ciência, também considerada um dos principais espaços de elaboração da dominação masculina, Laqueur (idem) nos aponta que, tanto nos textos quanto nas imagens de manuscritos e de livros que buscavam compreender o sexo humano, havia uma *insistência obsessiva*, como coloca, em apresentar o corpo masculino como padrão, de maneira que o corpo feminino ficasse completamente fora dos estudos, como se não existisse. Durante quase dois mil anos, segundo Laqueur (idem), partiu-se do princípio de que é masculino o corpo humano. Já o corpo feminino, este só era apresentado

para mostrar como se diferencia do masculino e, não raro, era tido como “errado”, “imperfeito” etc. De acordo com Laqueur (idem),

Como as acadêmicas feministas tornaram absurdamente claro, é sempre a sexualidade da mulher que está sendo construída; a mulher é a categoria vazia. Só a mulher parece ter “gênero”, pois a própria categoria é definida como o aspecto de relações sociais baseado na diferença entre os sexos, onde o padrão sempre foi o homem. “Como alguém pode ser inimigo de uma mulher sem saber o que ela é?” como dizia Paracelso, o médico da Renascença; isso nunca poderia ser dito do homem pois o “alguém” é masculino. (LAQUEUR, 2001: 32-33)

Fazendo uma aproximação com as ideias de Laqueur (idem), Bourdieu (idem: 17) nos aponta que a dominação masculina se deixa ver no fato de que essa ordem dispensa sua justificação: “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”, pois já se encontra firmada pelo simbólico coletivo.

Assim, ao voltar os olhos para a sociedade cabila, foi possível perceber que:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos, é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, como momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2002: 17)

Bourdieu (idem), diante disso, nos aponta que o mundo social concebe o corpo como uma realidade sexuada e como um recipiente em que os princípios da divisão sexualizante são depositados. Assim, tal programa social, conforme o autor (idem), é responsável por construir a diferença entre os sexos a partir do biológico, fazendo com que haja uma conformidade aos princípios de uma relação arbitrária da dominação masculina frente à feminina, inscrita pela divisão do trabalho e pela realidade da ordem social.

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim, ser vista como justificativa natural da diferença socialmente constituída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (O corpo e seus movimentos, matrizes universais que estão submetidos a um trabalho de construção social, não são nem completamente determinados em sua significação, sobretudo sexual, nem totalmente indeterminados, de modo que o simbolismo que lhes é atribuído é, ao mesmo tempo, convencional e “motivado”, e assim percebido como quase natural) (BOURDIEU, 2002: 18 -19)

Dessa maneira, de acordo com o antropólogo, a definição dada pelo social aos órgãos sexuais está longe de ser um registro despretensioso das propriedades naturais. Ao contrário,

tal definição é produto de uma construção feita através de determinadas escolhas que se pautam no destaque das diferenças biológicas ou mesmo do apagamento das semelhanças.

De acordo com o historiador Thomas Laqueur (idem), a radical naturalização da mulher que a reduzia ao órgão sexual impunha, assim, uma diferença marcante entre os sexos, determinando seu comportamento enquanto uma espécie outra, que não a masculina. Entretanto, tal correspondência vagina/mulher não originou por si só uma posição quanto a um lugar social e/ou cultural específico da mulher. Segundo o autor (idem: 263), o que era levado em consideração era a forma como se dava a argumentação da mudança do sexo para o gênero, do corpo (como a menstruação) para o comportamento (como a moralidade). Dessa forma, as supostas diferenças sexuais oscilavam de acordo com as exigências do período: “[...] a equiparação do cio à menstruação podia ser a base da argumentação contra a participação da mulher em atividades públicas que exigia uma concentração estável e diária.”.

Com tais leituras, é possível observar as configurações sociais de dominação que buscam determinar os sujeitos dentro das esferas dominador/dominado a partir do sexo biológico. Retomando minha proposta dentro dos estudos da Análise de Discurso, pode-se dizer que a significação do corpo-e-sujeito vai se constituindo na medida em que estes vão se inscrevendo nas/pelas práticas sociais. Assim, o corpo, ao ser determinado socialmente pelos órgãos sexuais, automaticamente, ou melhor, arbitrariamente, significa o sujeito inscrito pelo sexo masculino, que domina, ou pelo sexo feminino, que é dominado. Interessante pensar essa relação de dominação pelo fato de que corpo-e-sujeito travesti e transexual se inscrevem e são inscritos por ela. Dessa maneira, questiono o lugar de dominado que corpo-e-sujeito outro, como travestis e trans, ocupa. Estariam tais corpos e sujeitos, ao se significarem para além do masculino, no mesmo patamar inferior de dominação em que se configura o lugar do feminino? Respondendo à essa questão, acredito que não estejam no mesmo patamar, uma vez que os fatos noticiados e observados pelo cotidiano do nosso cenário brasileiro nos apresentam corpo-e-sujeito outro em uma posição ainda inferior que a feminina, sofrendo maior exclusão social.

Dando continuidade à leitura de Bourdieu (idem) para que possamos compreender de que forma ocorre o processo de dominação masculina, temos o seguinte dizer do autor (idem) que nos aponta para a questão de que:

É igualmente através da divisão sexual dos usos legítimos do corpo que se estabelece o vínculo (enunciado pela psicanálise) entre o falo e o logos: os usos públicos e ativos, de parte alta, masculina, do corpo – fazer frente a, enfrentar,

frente a frente (qabel), olhar no rosto, nos olhos, tomar a palavra publicamente – são monopólio dos homens; a mulher, que, na Cabília, mantém-se afastada dos lugares públicos, deve de algum modo renunciar a fazer uso público do próprio rosto e de sua palavra (ela anda em público com os olhos baixos, voltados para os pés, e a única expressão que lhe convém é “eu não sei”, antítese da palavra viril, que é afirmação decisiva, cortante, ao mesmo tempo que refletida e calculada). (BOURDIEU, 2002: 25-26)

Interessante observar que a oposição entre os sexos se dá, conforme o autor (idem), em uma série de oposições de ordem mítica e ritualista que são tornadas visíveis através da análise da sociedade cabila. Ali, tais oposições são vistas ao se estabelecer a divisão entre os gêneros homem e mulher de maneira que o primeiro ocupe o lugar de dominação. Enquanto que ao homem competem práticas ativas, móveis, às mulheres competem o seu contrário, práticas passivas e imóveis – o que, inclusive, é percebido durante as práticas sexuais:

[...] a oposição entre os sexos se inscreve na série de oposições mítico-rituais: alto/baixo, em cima/embaixo, seco/úmido, quente/frio [...] ativo/passivo, móvel/imóvel (o ato sexual é comparado à mó do moinho, com sua parte superior, móvel, e sua parte inferior, imóvel, fixada à terra, ou à relação entre a vassoura, que vai e vem, e a casa). Resulta daí que a posição considerada normal é, logicamente, aquela em que o homem “fica por cima”. (BOURDIEU, 2002: 26)

Dessa forma, o autor (idem) irá compreender a relação sexual como reflexo da dominação social masculina que, além de organizar os papéis sexuais (ativo/passivo; em cima/embaixo)⁸, cria e dirige as formas de desejo. A esses papéis sociais distintos, e presentes pela relação de oposição e dominação, irão corresponder, segundo Bourdieu (idem), ao desejo masculino que é referente ao desejo de posse, enquanto que ao feminino é referente ao desejo de subordinação – este último também observado pela violência simbólica que o autor (idem) nos traz mais adiante.

Sobre as formas dirigidas do desejo, Laqueur (idem) nos aponta que o surgimento da anatomia sexual dividida entre feminino e masculino foi realizado para sustentar ou negar as diversas reivindicações nos mais variados contextos, quer sejam sociais e culturais, quer sejam no campo da economia, da política, da erotização etc. Assim, quando a ordem e/ou costumes se tornavam insuficientes para justificar as relações sociais, as questões que, à

⁸ De acordo com Laqueur (2001), durante o período Renascentista, as categorias de gênero (feminino/masculino) tinham como base as seguintes distinções do gênero: ativo/passivo, quente/frio, com forma/sem forma. Assim, o pênis externo (masculino) ou interno (feminino) era apenas um elemento diagnóstico, sendo as mudanças da estrutura corporal do sujeito que determinavam sua passagem de uma categoria (feminina ou masculina) para outra. De acordo com o autor (idem: 171), “para os hermafroditas a questão não era “a que sexo eles pertenciam, *realmente*”, mas a que gênero a arquitetura de seus corpos mais se ajustava. Os magistrados eram menos preocupados com a realidade corpórea – que o que hoje nós chamaríamos de sexo – que com a manutenção de claras fronteiras sociais, a manutenção de categorias de gênero.”

princípio, giravam em torno do gênero, passaram do sociológico para o ontológico, para a natureza, para a ordem do sexo biológico. Conforme nos expõe o autor (idem: 192-193), “O desejo do homem pela mulher e da mulher pelo homem era natural ou não – daí a nova máxima “os opostos se atraem”. [...] O sexo, em outras palavras, substituiu o que nós poderíamos chamar de gênero como uma categoria basicamente fundamental.”

No que diz respeito às práticas sexuais entre homossexuais, Bourdieu (idem) coloca que, neste caso, há a possibilidade da reciprocidade em detrimento a uma posição fixa entre dominador/dominado, pois o mesmo sujeito, em suas relações sexuais, poderia ora assumir uma posição ativa ora passiva. Dessa forma, as oposições ativo/passivo, alto/baixo, por exemplo, mesmo que se apresentem de forma indissociável das relações sociais de dominação, ainda assim podem mostrar a possibilidade de uma significação outra para tais práticas, uma vez que há a possibilidade da alternância da posição passivo/ativo.

Laqueur (idem), nos mostra que, dentro do panorama histórico de sua pesquisa sobre corpo e gênero, as relações homossexuais entre homens eram (e ainda são) concebidas socialmente de forma diferente em relação às práticas homossexuais entre as mulheres. De acordo com o autor (idem),

[...] quando a honra e o status estão em jogo, o desejo pelo mesmo sexo é considerado perverso, mórbido e completamente repugnante. Escreveu-se muito mais sobre sexo entre homens que entre mulheres porque as consequências sociais e políticas imediatas do sexo entre homens eram potencialmente muito maiores. Já o sexo entre as mulheres tinha relativamente pouca consequência. Mas fosse entre homens ou entre mulheres, a questão não é identificar o sexo, mas a diferença de status entre os parceiros e precisamente quem faz o quê. O homem ativo, o que penetra no coito anal, ou a mulher passiva, a que se deixa esfregar, não ameaçavam a ordem social. O parceiro fraco, efeminado é que tinha problemas profundos, em termos médicos e morais. [...] o escravo é uma pessoa cuja identidade sexual não importa. Para Aristóteles, em outras palavras, os escravos não tinham sexo porque seu gênero não importava politicamente. (LAQUEUR, 2001: 67)

Sobre isso, é importante trazer o que Bourdieu (idem: 30) nos aponta a respeito da homossexualidade. De acordo com o antropólogo, em diversas sociedades, a posse sexual de um homem por outro, não raro, é vista como uma forma de manifestação da virilidade, “um ato de dominação (exercido como tal, em certos casos, para afirmar a superioridade “feminizando” o outro)”. Partindo desse ponto de vista, o autor (idem: 31) compreende a sexualidade como uma forma de poder e aponta que “a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher.”

A análise do antropólogo debruça-se sobre uma sociedade específica mas aponta elementos que estão presentes em diferentes culturas, de modo que se mostra como uma estratégia para falar também da nossa sociedade ocidental. É certo que, diferentemente da

sociedade cabila, a sociedade brasileira é composta por corpos e sujeitos submetidos a outros processos de significação que conferem à mulher, por exemplo, uma participação mais ativa socialmente, o que não significa que o sujeito mulher esteja livre da exclusão em determinadas práticas sociais – em especial as que têm mais prestígio social. Diante disso, podemos perceber não somente a divisão social entre os sexos, mas também o funcionamento da dominação masculina através de diversas práticas sociais. Acredito que não preciso citar muitos exemplos quanto a isso, mas vale lembrar o surgimento de leis específicas⁹ que visam proteger e amparar mulheres vítimas de agressão. Ora, se a dominação masculina não estivesse exercendo seu poder, a própria Constituição Federal seria suficiente para proteger e amparar todos os seus cidadãos, independentemente de sexo, sexualidade e gênero.

De acordo com Bourdieu (idem), os funcionamentos da divisão entre os sexos e da imposição da dominação masculina implicam a um determinado tipo de violência em nível do simbólico. Segundo o sociólogo, violência simbólica é internalizada pelos sujeitos que, inconscientemente, naturalizam e legitimam as práticas que os inscrevem, seja enquanto sujeito dominador seja enquanto sujeito dominado.

Sobre o que diz respeito à violência simbólica, o autor coloca que:

[...] a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre. (BOURDIEU, 2002: 44)

Dessa forma, pode ser percebido, conforme o autor (idem) nos aponta, que a violência simbólica é instituída por uma adesão dos sujeitos na medida em que estes se inscrevem em uma relação de dominação (dominador/dominado) vista como natural e/ou – até mesmo – sagrado e nesse sentido algo que não deve ser violado. Para o autor (idem):

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia

⁹ Podemos citar como exemplo a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 que busca criar “mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.” (Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>)

só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. [...] (BOURDIEU, 2002: 49)

Com isso, a compreensão da lógica da dominação masculina e, consequentemente, da submissão feminina, de acordo com Bourdieu (idem), só poderá se dar se estivermos atentos à duração dos efeitos que tal ordem social exerce sobre corpos e sujeitos; bem como atentos às organizações aparentemente harmonizadas e naturalizadas que lhes são impostas.

Sobre esse ponto, no que diz respeito à Análise de Discurso, é importante termos em mente que não é a dominação masculina que determina os sentidos, pois ela própria já é um desses sentidos determinados pelas condições de produção do discurso que tanto produzem a dominação masculina quanto possibilitam a ruptura dessa dominação, pois, do contrário, não haveria a possibilidade de existência de sujeitos outros, como travestis, transexuais, etc.

Assim, pensando a sociedade enquanto um campo de tensões, como nos trouxe Bourdieu (idem), gostaria de observar como essa tensão se estabelece no discurso da mídia, parte do social, em revistas voltadas ao público feminino. Pode-se dizer que há nas revistas para este público um investimento em um papel social, ou seja, a produção de uma identidade de gênero para a mulher enquanto gênero feminino. As revistas femininas representam o que seria de interesse da mulher, o seu “suposto saber” (desejo), produzindo com isso um determinado sujeito.

Dessa maneira, dando continuidade à reflexão sobre os processos de significação do corpo-e-sujeito a partir da sua inscrição social pela sexualidade, faz-se importante abordar, nesse ponto, pesquisas (VITA, 2013; SILVA, 2013) advindas do campo teórico da Análise de Discurso que giram em torno da significação do sujeito no que se refere à sexualidade. Tais estudos, mais pontualmente, buscam compreender como se dá a significação do sujeito mulher pelas revistas voltadas ao público feminino. Em ambos os trabalhos, os recortes são compostos por edições da revista *Nova/Cosmopolitan* que circularam durante a década de 70, cujo público leitor é, predominantemente, a mulher adulta.

Na primeira pesquisa, as análises desenvolvidas por Vita (2013) permitiram à pesquisadora apontar possíveis interpretações sobre a significação do sujeito mulher a partir da revista *Nova/Cosmopolitan* que, não raro, legitima a dominação masculina apontada por Bourdieu (idem). De acordo com a autora (idem),

[...] podemos inferir que a formação imaginária que *Nova* faz da leitora, sujeito a quem direciona seu dizer, é de uma mulher jovem adulta, heterossexual, que acredita ter problemas relacionados a sexo, mas não conhece seu corpo, ainda não descobriu o que lhe dá prazer. Ela tem medo da reação do homem perante seus desejos sexuais, e entra em conflito com a imagem de mulher tradicional, “direita”, que permanece em seu imaginário por influência de uma criação “rígida”, o que

se observa na memória discursiva, o já-dito que sustenta os sentidos no dizer de *Nova*. (VITA, 2013:103)

Já sobre a segunda pesquisa, Silva (2013) propõe comparar o discurso sobre a significação do sujeito mulher a partir das reportagens da revista *Nova* que circularam no último trimestre de 1973 e em exemplares dos anos de 2010 e 2012. A autora (idem), neste trabalho, busca refletir sobre as diversas formações imaginárias que constituem e atravessam as práticas discursivas e que materializam no discurso efeitos de sentidos sobre a significação do sujeito mulher.

Silva (idem) situa historicamente o surgimento da revista *Nova*, década de 70, que se originou a propósito das conquistas feministas como o uso do anticoncepcional, a partir de 1960, e a atuação mais ativa da mulher no mercado de trabalho. A autora (idem) chama atenção para o fato de que, além de sua função comercial, as revistas podem ser consideradas como difusoras de valores da sociedade vigente de seu tempo e que, por isso, acabam por legitimar as relações de poder ali existentes.

Em suas análises, Silva (idem) nos traz que

As revistas femininas têm como característica a adoção de um tom íntimo no tratamento com as leitoras, fazendo uso muitas vezes do pronome “você” e os verbos no infinitivo que dão à leitora a sensação de estar conversando com uma amiga íntima ou com uma boa conselheira. Contudo, esconde-se por trás de tal naturalidade e intimidade um conteúdo ideologizante que contradiz todo o ideal de liberdade e emancipação defendido pela revista. (SILVA, 2013: 185)

Assim, diante de um dos recortes, a autora (idem) demonstra que é possível perceber a presença de uma formação imaginária do feminino, em funcionamento, no momento em que *Nova* procura definir a posição da mulher que busca sua independência financeira. Segundo Silva (idem), a formação imaginária que está significando o sujeito mulher na referida revista é a de:

[...] uma mulher independente financeiramente e bem sucedida, porém “culpada” por deixar os homens “confusos”. A formação imaginária presente no comentário mostra que a leitora “moderninha” de *Nova*, “dona de seu próprio nariz” e de seu corpo, ainda preocupa-se com as pressões sociais e rótulos atribuídos a ela diante de seus atos. Não apenas ela, mas a própria revista consente, ao utilizar o pronome “nós” e identificar-se com a leitora em tal situação. Na verdade, permanecem as contradições sobre a mulher moderna na revista. (SILVA, 2013: 187)

Podemos citar, ainda, uma terceira pesquisa que busca compreender a significação do corpo-e-sujeito inscrito pelo feminino, realizada por Queiroz (2012). Essa pesquisa toma como recorte de análise as “cartas ao leitor” presentes nas revistas *Atrevida* (1994) e *Todateen* (1995), cujo público alvo é composto por adolescentes do sexo “feminino”.

As análises desenvolvidas por Queiroz (idem) levaram a autora a perceber que tais revistas legitimam um comportamento que deve ser seguido pelas adolescentes: a busca por um namorado e por conhecimentos pertinentes ao campo dos sentimentos, da paixão. Assim, conforme aponta Queiroz (idem), o conteúdo das matérias dessas revistas analisadas caminha para a redução dos interesses das adolescentes aos “rolos” e paqueras, às amigas e à família e, ainda, ao desenvolvimento do corpo e do sexo. De acordo com Queiroz (idem):

Vários estereótipos são reforçados direta e indiretamente nos textos das cartas. Há um aconselhamento voltado para a adolescente que é fazer de tudo para conquistar o homem, ignorando outros fatores da vida das meninas. Os problemas sociais, informação política e futuro no mercado de trabalho não aparecem nenhuma vez no discurso desses jovens que compõem a classe média do país. As revistas *teen* analisadas configuram um tipo de veículo no qual circula uma produção de sentidos de descompromisso social e uma tendência egoísta na construção do caráter destes adolescentes. (QUEIROZ, 2012: 67)

Com tais análises das pesquisas acima mencionadas, pode-se dizer que, em uma interpretação possível, há o funcionamento da naturalização de uma estrutura social que divide corpo-e-sujeito a partir do sexo biológico, implicando na submissão, não raro, consentida e legitimada também pelo sexo dominado. As revistas destinadas às mulheres, como mostram os recortes analisados, buscam estabelecer, fixar na memória do dizer (ORLANDI, 2003), naturalizar sentidos que demarcam a posição feminina, significando corpo-e-sujeito mulher pelo biológico, pelo comportamental, pelo emocional e, por que não, pelo desejo de estar submisso a. Pode ser observado, diante disso, que quando se trata de corpos e sujeitos a respeito da sexualidade, há a recorrência do mesmo, do corpo-e-sujeito mulher (ou homem) inscrito por uma repetição. Ou seja, o normativo para sexo e gênero tem seu funcionamento discursivo pela paráfrase¹⁰, pela repetição de comportamentos, gestos, posturas, enfim, pela repetição de corpos e sujeitos que devem manter o mesmo ideal para se fazer dizer dentro ou a partir de determinado gênero, como se houvesse uma estrutura fixa, um modelo a ser seguido para este ou aquele padrão imposto para a sexualidade e para o gênero.

Gostaria de propor, agora, uma reflexão acerca da (des)naturalização dos sentidos postos para corpo-e-sujeito divididos pelo feminino-mulher/masculino-homem. Sobre isso, interessa-nos compreender os movimentos da significação do corpo-e-sujeito que vão de encontro à uma naturalização da divisão social entre os sexos e que, por isso, trabalham com a desnaturalização dos sentidos para corpo-e-sujeito. Em outras palavras, gostaria de propor

¹⁰ Importante dizer que as noções que se referem à paráfrase e à polissemia, segundo Orlandi (1998), serão mais pontualmente abordadas no terceiro capítulo desta tese.

a compreensão de corpo-e-sujeito não sob a ótica da paráfrase normativa do gênero, mas pela polissemia, pela multiplicidade de sentidos, pelo deslocamento do normativo já dado para significar corpo-e-sujeito a partir da sexualidade e do gênero.

Dessa maneira, para que possamos compreender os processos de significação para corpo-e-sujeito, levamos em conta a sua inscrição na lógica da dominação masculina (BOURDIEU, 2002) e os efeitos de sentidos naturalizados que essa ordem social pode exercer. Atendendo a um olhar teórico discursivo, concebo tal naturalização de dominação masculina enquanto uma repetição do mesmo, enquanto uma paráfrase que vem se mantendo ao longo dos séculos e reproduzindo, mesmo que com outras ‘palavras’, os sentidos fixos para corpo-e-sujeito através da sexualidade e do gênero. No entanto, tal ordem de dominação que se estabelece no simbólico é também atravessada por sentidos outros capazes de ressignificar corpo-e-sujeito, desnaturalizando sentidos cristalizados. Ou seja, mesmo havendo a paráfrase, há, também, a polissemia, o novo, o diferente constituindo corpo-e-sujeito que é sempre sujeito à tensão entre ambas. De acordo com a Análise de Discurso, há sentidos que escapam ao já-dito e que também constituem a forma-sujeito histórica produzindo efeitos de sentido, no caso em análise, para corpo-e-sujeito, para além do instituído enquanto norma, enquanto ordem, enquanto paráfrase

Para demonstrar um exemplo de ruptura, de polissemia, de desnaturalização da ordem social da dominação masculina que encerra corpo-e-sujeito arbitrariamente ao biológico, trago os primeiros recortes que proponho analisar. Estes tratam, primeiramente, de cinco fotografias do cantor e compositor Liniker durante uma apresentação musical¹¹ e, em um segundo momento, de um fragmento do depoimento sobre a sua significação, dado ao canal *online* TripTv¹². Tais recortes, tomados como exemplos de materialidades discursivas do corpo-e-sujeito, nos servirão como dados para a análise dos processos outros que atravessam e constituem corpo-e-sujeito contemporâneo. Assim, seguem abaixo as fotografias de Liniker:

¹¹ Liniker durante a apresentação da música Zero. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4s3yTJCcmI> Acesso em 01/06/2016.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ozvE0STlNzg> Acesso em 01/06/2016.



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4



Imagem 5

Ao observarmos as imagens acima, nos deparamos com a significação de um corpo-e-sujeito outro. Vemos, através da materialidade significativa do corpo de Liniker elementos que escapam à significação normativa para corpos e sujeitos. Temos, ali, um corpo inscrito e significado pela própria tensão do feminino/masculino e que resiste em fechar sua significação em um ou outro polo. Diante de tal corpo, não raro, o olhar da norma questionaria: “é um homem?” “é uma mulher?” ou “como pode um homem fazer uso de elementos estabelecidos para o universo feminino, como brincos, colares, pulseiras, maquiagem, saia?” ou, ainda, “Se é mulher, como pode ter bigode e cavanhaque?”.

Ao se deparar com esse corpo outro, alguns olhares poderiam, ainda, tentar justificar a figura de Liniker a sua carreira de artista, como se o cantor vestisse um personagem que inspirasse a sua presença de palco, abandonando-o depois do show. Como se tal aparição só fosse possível no mundo artístico, do espetáculo. Mas, longe de meramente representar um corpo artístico, corpo-e-sujeito Liniker são constituídos em sua significação pelo paradoxo da união/cisão entre os sexos, podendo expressar, por um lado, o feminino e o masculino ao

mesmo tempo, no mesmo corpo, mas por outro, a negação de ambos, uma vez que não se significa nem como homem, nem como mulher.

Trago em seguida, dois trechos do depoimento de Liniker, dado ao canal Trip TV em 2016, em que fala de sua significação outra, para além da dicotomia do feminino/masculino. No primeiro trecho, percebe-se que a sua constituição enquanto corpo-e-sujeito outro se deu antes de sua aparição como cantor, na mídia. Vamos a ele:

Trecho 01: *Não faz tanto tempo que eu comecei a assumi essa identidade, faz uns dois anos, mais ou menos. Eu achei que eu precisava ser o que eu sou no meu dia a dia, ali no vídeo. E... Mostrar essa simplicidade que eu tenho, o jeito que eu sou realmente, pra ser orgânico. Então, eu falei: “eu preciso estar vestido assim, como eu me sinto à vontade.” Tanto é que eu me visto assim no meu dia a dia. E aí, eu falei: “vou estar assim no vídeo.* (Depoimento de Liniker ao canal Trip TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ozvE0STlNzg>)

Na fala de Liniker, podemos observar que, a princípio, houve um momento de hesitação no que se refere a gravar um vídeo de seu trabalho revelando-se enquanto corpo-e-sujeito fora do normativo estabelecido. Em uma interpretação possível, pode-se dizer que essa hesitação em se deixar ver pela sociedade pode significar o receio de uma não aceitação, da recusa em se aceitar corpo-e-sujeito outro.

Ao refletir sobre a sua significação aos olhos do público, Liniker decide gravar o vídeo de seu trabalho expondo-se de maneira que corpo-e-sujeito Liniker não seja apagado em prol do dizer estabelecido pela norma. Dessa forma, ao significar-se de forma outra diante do público, Liniker atravessa o imaginário deste grupo, ressignificando corpo-e-sujeito aos olhos do outro.

Dando continuidade ao que proponho mostrar, trago, então, o segundo trecho selecionado em que Liniker deixa em aberto os sentidos sobre a sua significação outra:

Trecho 02: *E aí as pessoas me perguntam da questão de gênero “você é homem” ou “você se identifica como homem, como mulher?” Eu não sei. Eu sou bicha, sou preta, mas não sei se sou homem ou se sou mulher. Então, tô em um processo de... estou sendo o que eu sou, sou o que é. Essa semana mesmo, tava indo pra escola, aí passou um cara num carro e falou assim: “EU NÃO ACREDITO!”. Aí parei, assim, e continuei minha caminhada. Mas, fazer o que? Eu sou assim... Não tem como eu fugir de quem eu sou.* (Depoimento de Liniker ao canal Trip TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ozvE0STlNzg>)

Nesta fala de Liniker, pode ser observado o olhar interrogador da norma diante de um corpo-e-sujeito outro. Questiona-se o lugar social da divisão entre os sexos do qual Liniker se posiciona: é homem ou é mulher? Sua resposta parece não responder a essa

pergunta que fecha os sentidos e impõe uma posição a ser tomada ao se fazer dizer. Ali, Liniker deixa em aberto a sua significação ora por dizer não saber se é homem ou mulher, ora pelo uso das reticências, ora por se dizer ser aquilo que é: o outro, o diferente, o que não é o mesmo.

Ao afirmar “estou sendo o que sou, sou o que é” além da inscrição de seu ser em uma antologia, ou seja, um investigação do ser, podemos perceber que, pela falta de um predicado, há uma relação de equivalência ente “sou” e “é”. Não há uma determinação que especifica, que aloca o sujeito em uma categoria de gênero - sou X ou sou Y ou, ainda, sou XY. Percebe-se uma certa desconfiança em relação às denominações de gênero, o que poderia levá-lo ao ato de não se nomear, de não se atribuir a um determinado gênero. Com isso, pode-se dizer que há um efeito de suspensão de uma nomeação que defina um lugar possível desse corpo-e-sujeito. Mais do que isso, é na suspensão de um caráter normativo de gênero que a significação do corpo-e-sujeito Liniker se sedimenta, sendo esta suspensão a própria norma. Em uma interpretação possível, a norma, aqui, é não se submeter ao normativo já instituído para corpo-e-sujeito. É na tentativa reiterada de manter essa suspensão normativa que se configura um lugar possível para corpo-e-sujeito outro. Aqui, pode ser visto o funcionamento do corpo-e-sujeito a partir do *não-sentido* que, de acordo com Pêcheux (1995), é o lugar onde os sentidos são produzidos, onde se configura o novo. Dessa maneira, pode-se dizer que ao vivenciar a tensão entre o já-dito sobre corpo-e-sujeito, entre o não-sentido e o sentido que dá origem ao significante que tal corpo-e-sujeito Liniker é produzido e significado. Retomarei, mais pontualmente, essas noções no terceiro capítulo dessa tese.

Podemos observar, em tais recortes de análise advindos da fala de Liniker, que, além da significação de um corpo que materializa a cisão e a união entre o feminino e o masculino, a sua significação enquanto sujeito também é constituída por tal paradoxo. No primeiro trecho, Liniker refere-se a si no masculino ao colocar “pra ser *orgânico*” e “eu preciso estar *vestido*”, já no segundo, Liniker coloca-se no feminino: “sou preta”. Ali, em sua fala, os sentidos estabelecidos pela ordem social para corpo-e-sujeito aparecem desautorizados, suspensos e, por que não, sofrendo um processo de desnaturalização. Em tal corpo-e-sujeito, pode ser percebido, conforme já visto em Bourdieu (2002), que a organização social, cultural e política que dita a divisão entre os sexos advém de questões culturais e não naturais, do contrário, não seria possível a existência de corpos e sujeitos significados para além dessa dicotomia do feminino/masculino.

O depoimento de Liniker também demonstra outro olhar da norma, advinda pela presença de uma voz social que perpassa o urbano negando a possibilidade de sua existência. Ao ouvir um alto e sonoro “eu não acredito” no meio da rua, durante uma prática cotidiana, Liniker se depara com uma voz social que representa a negação de uma possibilidade, de uma diferença no já-dito sobre homem/mulher em termos de suas marcas simbólicas. No entanto, resiste. Segue em frente na ânsia de se encontrar, de não fugir de si mesmo e demonstra, de forma um tanto conformada, que o preconceito que poderá vir a sofrer não será suficiente para lhe fazer calar. Diante disso, podemos observar que há um confronto: de um lado, temos a resistência do social funcionando por uma voz que carrega o dizer da negação, do absurdo; de outro, temos a resistência do sujeito que, mesmo desacreditado, insiste em uma significação outra para corpo-e-sujeito. Com isso, podemos dizer que o corpo-e-sujeito outro é constituído e atravessado não apenas pelos desejos do sujeito, mas também pelo embate de sua significação ao se expor, nos espaços da cidade, sob o olhar da resistência social.

Sobre tais considerações e pensando em um corpo-e-sujeito sob o olhar do social nos meandros da cidade, trago, a esse respeito, o estudo de Orlandi (2014: 76) em que busca compreender a textualização da escrita do sujeito em si mesmo, na sua relação com a cidade, analisando a forma material sujeito histórica, com o seu corpo, inscrita na materialidade do espaço urbano. A autora (idem) propõe desenvolver a ideia de que a cidade possui uma narratividade urbana (ORLANDI, 2001)¹³ que não é constituída por um narrador em particular, mas por “um conjunto de espaços narrativos”. De acordo com a autora (idem),

Temos procurado compreender como os sujeitos urbanos se encontram formulações próprias a este espaço de vida. São “modos de dizer” que desorganizam o espaço burocrático do urbano tradicional. Sujeitos que atravessam processos estabelecidos e se metaforizam, se subjetivam de outras maneiras, em outras formas significantes. [...] Como formulado em *Discurso e Texto* (ORLANDI, 2001), onde dizemos que “o sujeito é parte do acontecimento do significante”, estamos interessados na “tomada dos lugares, dos momentos que precisam de sentidos e que se significam seja pela arte, pela desorganização do discurso ordinário, ou pela violência que desorganiza o imaginário urbano, na falta de sentido, para chegar ao real da cidade. [...] Consideramos a narrativa, e neste caso pensando o urbano, não no sentido tradicional, ou tipológico, mas porque é aí que a cidade se conta, se diz, é aí que ela se encontra uma discursividade.”. (ORLANDI, 2014: 77)

Dessa maneira, Orlandi (idem: 77) toma como exemplo de narratividade urbana o Parkour para buscar compreender, nos espaços da cidade, os “trajetos e modos de impressão do corpo” inscritos enquanto “traçado narrativo.”. Para tanto, Orlandi (idem) retoma os

¹³ ORLANDI, Eni P. *Discurso e Texto*. Ed. Pontes: Campinas, 2001.

estudos de Beauvoir (2002 [1949]) quando essa autora, a respeito da teoria do materialismo histórico, diz que tal campo colocou em evidência diversas verdades importantes como, por exemplo, a de que a humanidade é uma realidade histórica e não uma espécie animal. Segundo Beauvoir (2002 [1949]) *apud* Orlandi (idem), o indivíduo se define em suas escolhas através do mundo e é para este mundo que devemos voltar a atenção para que possamos responder as questões que nos intrigam sobre a vida em uma relação com o mundo.

[...] refletindo sobre o que diz Simone de Beauvoir, podemos dizer, com ela, que não é na abstração biológica, nem só na energia muscular que podemos definir concretamente o corpo, mas nas referências existenciais, econômicas, sociais. Simbólicas. E, no caso da perspectiva discursiva, que é a nossa, na produção de um imaginário, pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito em sua materialidade e nos modos de sua individuação que presidem seu processo de identificação. Pensando esta materialidade do sujeito, o corpo é o corpo vivido pelo sujeito: “*tomada de posse do mundo e o esboço de seus projetos*”. Portanto, além da existência/práxis, trazemos, para a reflexão, a linguagem e a ideologia, ao pensar a constituição do sujeito na relação com o mundo, a sociedade, a história. E podemos dizer que o sujeito do Parkour se significa, tomando posse do mundo/simbolizando-se no corpo a corpo com a materialidade da cidade. (ORLANDI, 2014: 78)

Dessa forma, propondo pensar a narratividade urbana para poder compreender o corpo na sua relação com a cidade, Orlandi (2014) considera a narratividade enquanto um processo e não como um gênero textual que procura fechar os sentidos do narrativo. Assim, a autora (idem) coloca que podemos

[...] pensar a narratividade como a maneira pela qual uma memória **se diz** em processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando (seu “pertencimento”) sua existência a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas. Isto é narratividade enquanto processo e não como “gênero” como usualmente é definida. (ORLANDI, 2014: 79)

Pensando no movimento de análise feito por Orlandi (2014) a respeito da inscrição do corpo na sua relação com a cidade, proponho pensar a inscrição do corpo-e-sujeito na sua relação com a sexualidade, com a memória e com o social, através da cidade. Diante dos recortes em análise, penso em uma memória sobre corpo-e-sujeito sendo ressignificada pelo corpo-e-sujeito outro, aquele que não se diz homem nem mulher. Corpo-e-sujeito que rompe com os sentidos já estabelecidos pela memória do dizer e que seguem seu caminho “Pela rua, pela calçada, pelos muros, por sobre obstáculos.” (ORLANDI, 2014: 82)

Ao nos depararmos com corpo-e-sujeito Liniker, por exemplo, pode ser percebido que, segundo Orlandi (idem: 82), “uma memória se diz, desencadeando um processo identitário, apoiado em um modo de individuação do sujeito”, aqui, pelo corpo-e-sujeito outro. Essa memória, de acordo com a autora (idem) afirma seu pertencimento, sua posse de

mundo, sua posse “de espaços de interpretação que o metaforizam na narrativa de seu próprio corpo, consoante a sua prática discursiva, materialidade do corpo em movimento, textualizando-se [...]”, aqui, na materialidade do próprio corpo enquanto espaço narrativo inscrito pelo urbano, produzindo, assim, um deslocamento. Conforme Orlandi (idem),

Prática que o metaforiza na narrativa de seu próprio corpo no movimento de sua autoria. Dito de outra forma: corpo textualizando-se no espaço; materialização do espaço em corpo em movimento. Inseparáveis. O sujeito, em sua materialidade, inscreve-se enquanto corpo como um significante de si, inseparável do traçado que o metaforiza no corpo da cidade. Indistintos. Uma só forma material: a que se faz narrativa. Conjugam-se. O objeto/muro e o instrumento/corpo. Atravessam-se. Fundem-se. Um adere ao outro e transmudam-se: o obstáculo não é obstáculo, o corpo não permanece corpo, é forma em movimento. Traço. (ORLANDI, 2014: 82)

Em se tratando do corpo-e-sujeito outro, podemos compreender que, na ânsia de se inscrever, de se fazer significar para além do já-dito, há a fusão entre objeto/corpo e o instrumento/corpo aderindo-se mutuamente. O preconceito, entendido enquanto obstáculo para corpo-e-sujeito outro não se configura como tal, uma vez que não são impeditivos para sua existência. E, ainda, o corpo não permanece corpo, ou seja, o corpo biológico ali não permanece enquanto corpo do sujeito. Em tais recortes, corpo-e-sujeito Liniker nos mostram a forma sujeito histórica em movimento, traçando novos rumos para significar e inscrever corpo-e-sujeito enquanto parte da cidade, do social.

Dessa forma, pode-se compreender que o corpo-e-sujeito outro, ao passo que se inscrevem na memória do dizer, demonstram um funcionamento discursivo que se textualiza nos/pelos corpos de sujeitos que adentram e atravessam os espaços sociais, como a rua, a escola, o lar, etc. Assim, ao tomar o espaço da rua, por exemplo, em seu cotidiano, o corpo empírico é, então, corpo simbólico: “feito de espaço de interpretação, movimento e traçado.” (ORLANDI, 2014: 83). Corpo-e-sujeito outro se inscrevem em/por formações discursivas para além do normativo, deslizando os sentidos do corpo-e-sujeito na cidade, marcando, assim, sua inscrição no espaço social, através do movimento da/na rua. Por mais que Liniker ouça, de outras formas, um “eu não acredito”, sua presença no espaço urbano também o inscreve enquanto parte do meio social.

De acordo com a autora (idem),

Nessa forma de escritura de si, o sujeito estende seu corpo no movimento de sua identidade, corpo-cidade, pontuando o poder do administrativo em seu modo de habitar o espaço urbano, com sua práxis desorganizando a forma-cidade instituída, aí im-posta. Figuras dissonantes, im-posturas, habitam a formação social, criando outro espaço de sociabilidade, que incorpora o espaço da cidade e seus objetos dando outra forma à cidade, e ao sujeito. Esta dinâmica desloca o gesto, o corpo e sua identidade, interrogando assim as maneiras de ser no enquadramento do

espaço de interpretação em sua materialidade. Interroga assim a materialidade do corpo em suas formas de significar(-se). (ORLANDI, 2014: 83)

Segundo Orlandi (idem), as palavras, gestos e corpos são governados na/pela sociedade e os sentidos se constituem nos percursos históricos, filiando-se a memória e submetendo-se a processos que visam estabilizá-los. Assim, o espaço urbano é organizado e estabilizado pelas diferentes esferas administrativas como a escola, a igreja, a família, etc. que estabelecem sentidos, fixando na memória do dizer sentidos específicos também para corpo-e-sujeito. No entanto, a aparição do corpo-e-sujeito outro nesses espaços sociais desorganiza o discurso administrativo, o discurso da divisão social entre os sexos, o da dominação masculina. A sua aparição no meio social provoca a irrupção do corpo-e-sujeito que traça sentidos outros, resistindo, mostrando seu poder de ruptura e deslocando, assim, os sentidos já dados para corpo-e-sujeito.

Esta busca de outra forma material para o corpo do sujeito está em suas manifestações, sejam elas a tatuagem, a pichação, o Parkour. Outras formas: o gótico, o vampiresco, o animal, o tecnológico em suas miríades de formas. O sujeito se busca nas formas que alteram sua relação com seu corpo. O Parkour é uma forma de caminhar outra. Para ela, o sujeito se encontra outro corpo, outros movimentos, outra relação com o corpo da cidade. E daí tira seu sentido. (ORLANDI, 2014: 84)

Dessa forma, no que tange a significação do corpo-e-sujeito outro não nos compete separá-los, dividi-los em masculino/feminino, homem/mulher. No corpo-e-sujeito outro, tal divisão não faz sentido. Em seu processo de constituição, um brinco, uma saia, um colar não são meros utensílios, assim como a barba, o cavanhaque, o pênis não simbolizam apenas os dados biológicos. Juntos, tais elementos (re)significam e (re)inscrevem corpo-e-sujeito, confrontando o normativo, através dessa inscrição no espaço urbano, em sua significação enquanto espaço social. De acordo com Orlandi (idem):

[...] corpo e espaço reescrevem o sujeito, significando-o em outra ordem de relação, deslocando seus sentidos, desorganizando a ordem do urbano, em que seu modo e condições de circulação traz, em sua materialidade, sua forma de resistência, em sua formulação, sua escrita de si. Sujeito em movimento, em fuga. (ORLANDI, 2014: 85)

Assim, os recortes analisados nos permitem dizer, em um gesto de leitura possível, que outras formas de significação para corpo-e-sujeito se constituem e atravessam a memória do dizer produzindo um efeito de suspensão da norma e, na medida em que se inscrevem, podem produzir um efeito de ruptura da lógica estabelecida. Diante disso, pensar a desestabilização da significação dos corpos e sujeitos, no que concerne à divisão entre os sexos, implicará, certamente, na reflexão de novas estratégias que buscam dar conta de significar e organizar as relações sociais de força.

No sentido de compreender o funcionamento discursivo das materialidades significantes do sujeito – levando em consideração a memória, a ideologia e os efeitos de sentido que atravessam e constituem corpo-e-sujeito na relação com o espaço urbano enquanto espaço social –, articulo agora uma reflexão sobre o tecnológico do/no corpo.

1.2 A revolução tecnológica: efeitos de sentido para corpo-e-sujeito

Como já exposto anteriormente, o corpo aqui não é tomado como algo do “natural”, mas como algo que é produzido socialmente. A esse respeito, podemos citar, por exemplo, a ação de se locomover com o corpo ereto que só é apreendida através de estímulos no cotidiano familiar da criança. Assim, pode-se dizer que o corpo, ao ser inscrito em diversas práticas sociais, é afetado e constituído pelo simbólico, fazendo com que este se inscreva enquanto um constructo tecnológico da organização social.

Nesse sentido, busco refletir sobre a relação do corpo do sujeito para com a tecnologia, compreendidos ambos a partir de uma abordagem discursiva, enquanto significação e/ou produção de sentidos. Parto de uma distinção inicial sobre três modos diferentes de relação: a. o mecanismo do corpo, ele mesmo, como um aparato tecnológico, o corpo inscrito em/por diferentes práticas “mecânicas”; b. o corpo estendido nessas práticas através de diferentes formas de tecnologia (telefone, computador etc.) e c. o corpo modificado através de artifícios tecnológicos.

Com isso, buscando compreender os processos de significação do corpo do sujeito contemporâneo, proponho pensar a relação do corpo com a tecnologia, ou, melhor dizendo, o seu funcionamento significante enquanto tecnologia. Dessa forma, tomando como base as perspectivas teóricas da Análise do Discurso de linha francesa, considera-se, aqui, o corpo do sujeito como materialidade discursiva, uma vez que se faz significar aos olhos do outro. Tal corpo, afetado por sua posição-sujeito capitalista, se constitui e se significa enquanto aparato tecnológico em constante evolução.

Partindo de tal ideia, concebemos o corpo em sua forma tecnológica, uma vez que este é inscrito, também, enquanto um corpo-ferramenta que possibilita ao sujeito a condição de vida humana em determinada sociedade. Ao observarmos sua estrutura física como o movimento articulado dos membros, o seu aparato fonador que possibilita a fala, o sistema óptico que captura a imagem e a converte na visão, o tato que exerce uma função termostática, sensorial, enfim, toda uma série de funcionalidades, comandadas pelo cérebro,

a partir de estímulos advindos do social, pode-se considerar tal aparato como construto tecnológico constituinte do corpo humano.

Podemos citar como exemplo de expansão física e mental do corpo, em dada prática social, o simples ato de dirigir. Sabe-se que, quando ao volante, o corpo, através do cérebro, se redimensiona ao todo do carro deixando de ser apenas o motorista para ser, também, o todo que se movimenta. Os retrovisores e faróis aumentam os ângulos da visão; o acelerador e o freio possibilitam velocidades instantâneas que, comandadas pelo corpo do sujeito, ampliam consideravelmente seu poder de locomoção; e, ainda, ao estacionar o carro em uma vaga, exige-se o chamado “golpe de vista” em que o sujeito condutor deverá dimensionar o todo em um espaço físico delimitado.

A esse respeito, podemos trazer o que Freud (2010 [1930]), ao se referir sobre a relação do sujeito com o seu corpo, chamou de “deus protético”:

Com todos os seus instrumentos ele aperfeiçoa os seus órgãos — tanto motores como sensoriais — ou elimina os obstáculos para o desempenho deles. Os motores lhe colocam à disposição imensas energias, que tal como seus músculos ele pode empregar em qualquer direção; os navios e os aviões não deixam que a água e o ar lhe impeçam a movimentação. Com os óculos ele corrige as falhas da lente de seu olho, com o telescópio enxerga a enormes distâncias, com o microscópio supera as fronteiras da visibilidade, que foram demarcadas pela estrutura de sua retina. (...) Com o auxílio do telefone ele ouve bem longe, de distâncias que seriam tidas por inalcançáveis até mesmo em contos de fadas (...). (FREUD, 2010: 26-27)

Em outra situação da prática discursiva, frente ao computador, por exemplo, temos o corpo do sujeito que, além de outras ferramentas, busca a expansão ilimitada de espaço e velocidade na/da memória. Arquivos e programas possibilitam ao usuário a execução imediata de cálculos e tarefas que, sem o auxílio de tal ferramenta, levariam dias, meses ou mesmo anos para serem concluídos. Em constante desenvolvimento, a relação do sujeito com a tecnologia se expande a ponto de possibilitar, por exemplo, tipos de inteligência artificial e recursos cada vez mais especializados que não se limitam ao biológico e ao social do corpo, mas ao contrário: os constituem e os significam.

O ser humano tornou-se, por assim dizer, uma espécie de deus protético, realmente admirável quando coloca todos os seus órgãos auxiliares; mas estes não cresceram com ele, e ocasionalmente lhe dão ainda muito trabalho. Ele tem o direito de consolar-se, porém, com o fato de que essa evolução não terminará justamente no ano da graça de 1930. Épocas futuras trarão novos, inimagináveis progressos nesse âmbito da cultura, aumentarão mais ainda a semelhança com Deus. (FREUD, 2010: 27)

Com isso, podemos observar que, mesmo momentaneamente, frente à direção de um veículo ou à tela de um computador, por exemplo, o real do corpo se expande para além do corpo, significando de forma outra corpo-e-sujeito submetido à formação histórica

capitalista. Tal constituição tecnológica do corpo pode ser observada à medida que corpo-e-sujeito é atravessado e assujeitado, ou mesmo resistente, às descobertas científicas de determinado período histórico.

O corpo e a erosão da normatividade

Tomando, então, o corpo do sujeito enquanto tecnologia e afetado por ela, retomo minha terceira indagação que busca compreender como se inscreve discursivamente o funcionamento do corpo através da alteração biológica, do corpo que se submete às novas formas tecnológicas, como a transgenitalização¹⁴, por exemplo. Para tanto, trago como recorte de análise uma reportagem da revista *Super Interessante*¹⁵ que procura responder como se faz a cirurgia de mudança de sexo, comumente chamada, e, ainda, os comentários dos leitores de tal reportagem veiculada *online*.

Sabe-se que tal alteração é uma intervenção cirúrgica cada vez mais procurada pelo sujeito que, assujeitado pelo normativo que estabelece sexo, gênero e sexualidade pelo biológico do corpo, não vê materializado em seu corpo a identificação com a correspondência pênis = homem e vagina = mulher. Em outras palavras, tendo seu corpo inscrito pelo biológico masculino, por exemplo, o sujeito que não se filia aos sentidos postos para tal sexualidade e gênero, não raro, procura submeter-se à transgenitalização, de maneira que haja a correspondência normativa entre seu corpo e sua identidade de gênero.

É claro que esse procedimento não é o único capaz de alterar as formas do corpo e é fato que existem sujeitos outros insatisfeitos com suas formas físicas não apenas no que toca a sua sexualidade. Havendo a desidentificação com o corpo, não raro o sujeito procura variadas formas de modificações em busca de um corpo ideal que o signifique. Cirurgias plásticas cada vez mais acessíveis estão à disposição daqueles que não se identificam com as marcas do tempo ou dos que acreditam precisar de correções no nariz, na boca, nos seios etc. A tecnologia há tempos se propõe a alterar o corpo do sujeito sem que isso seja um problema social. Mesmo que haja polêmica e recusa por parte de algumas instituições diante de determinados recursos capazes de ressignificar o corpo, a lógica da ciência e do mercado capitalista, não raro, atropelam convenções religiosas e/ou morais. Hoje, recursos como a

¹⁴ A transgenitalização, também chamada de redesignação sexual ou, comumente, mudança de sexo, consiste, no caso das mulheres transexuais, na “remoção dos testículos e à formação da neovagina funcionante. [...] O método mais usado é o de inversão exclusivamente peniana, a qual envolve o uso do tecido do pênis, invertido na cavidade da nova vagina.” (BRUNS & PINTO, 2003:52)

¹⁵ Disponível em: <http://super.abril.com.br/multimedia/como-se-faz-cirurgia-mudanca-sexo-616014.shtml>

transgenitalização e até mesmo a fertilização in vitro garantem ao corpo humano a possibilidade outra de existência, mesmo que a norma social vigente, atravessada e constituída também por formações discursivas advindas do religioso e da moral, conceba tais práticas como absurdo.

Importante observar que algumas instituições, como a Igreja, por exemplo, além das pesquisas relacionadas à fertilização do ser humano em laboratório ou com células tronco, condenam também a alteração do sexo biológico. Há uma memória instituída que condiciona ao corpo biológico do sujeito seu sexo, seu gênero e sua sexualidade heterossexual, como se o sujeito não pudesse significar-se para além dos órgãos determinados pelo corpo. Sobre isso, é pertinente trazer o que Freud (idem) constatou, ainda, no século XX:

A civilização atual dá a entender que só quer permitir relações sexuais baseadas na união indissolúvel entre um homem e uma mulher, que não lhe agrada a sexualidade como fonte de prazer autônoma e que está disposta a tolerá-la somente como fonte, até agora insubstituível, de multiplicação dos seres humanos. (FREUD, 2010: 38)

Interessante colocar que somente alguns adventos tecnológicos que visam a alterar o corpo são criticados e condenados pelo social. Pode ser percebido que só são aceitas, de maneira geral, as alterações propostas para o corpo que reafirmem o dizer da norma, como no caso o implante de silicone nos seios no corpo do sujeito do sexo feminino, por exemplo. Percebemos, inclusive, uma certa naturalidade nesse exemplo de alteração do corpo que já pode até ser visto como algo rotineiro. No entanto, quando o recurso tecnológico vai de encontro ao estabelecido pela ordem social, como a retirada e o implante de órgãos sexuais, por exemplo, encontramos barreiras, formas de resistências em se conceber o corpo pela tecnologia.

É certo que as questões morais e religiosas não mais funcionam como impeditivos aos sujeitos inscritos e assujeitados pela forma sujeito histórica capitalista, uma vez que tal forma sujeito histórica permite possibilidades outras de significar o corpo, sendo este, também e, principalmente, concebido enquanto capital.

Assim, podemos perceber que, independente da norma instituída que dita ao sujeito uma significação fechada ao biológico do corpo, o sujeito capitalista é também atravessado e constituído pelo mercado que tem como promessa a satisfação plena do consumidor. Tal satisfação (ou o seu dinheiro de volta) poderá ser realizada através das inúmeras possibilidades oferecidas para que o sujeito seja aquilo que gostaria de ser.

Essas inúmeras possibilidades advindas de inovações tecnológicas e científicas, de acordo com Chiaretti (2016)¹⁶, nos fazem acreditar que a falta, constitutiva do sujeito por sua base estrutural que se relaciona pelo inconsciente e pela ideologia, seja significada enquanto falha a ser corrigida. Tal correção se daria pela aquisição dos novos avanços e produtos disponíveis no mercado.

A autora (idem), ao retomar Freud (2011 [1930]), nos aponta que

[...] há muito tempo o homem formou as ideias de onipotência e onisciência e as corporificou em seus deuses que dotados de tais atributos ultrapassam em qualidade suas criações, os homens, que somente poderiam desejar tais atributos proibidos a eles. No entanto, esses instrumentos tecnológicos permitiriam que o homem pudesse se aproximar ou encarnar esse ideal cultural, uma vez que o usuário da TIM poderia, por exemplo, a despeito das restrições espaciais e temporais, estar em vários lugares ao mesmo tempo. A TIM teria assim uma solução à ‘humanidade’ do homem, à sua incapacidade de ser deus, ‘corrigindo’ sua falha: na/com a TIM, você não tem fronteiras. (CHIARETTI, 2016: 39)

Diante disso, podemos dizer que, no que diz respeito à sexualidade, o homem encontrou formas na e pela tecnologia científica moderna, a despeito das restrições impostas pelo discurso moral/religioso, de corrigir possíveis “falhas” no corpo biológico. Assim, dentro dessa lógica do mercado capitalista, uma interpretação possível seria a de que a transgenitalização, não raro, é posta como um processo que pode solucionar a correspondência entre sexo biológico e gênero, resultando na significação/identificação desejada, mesmo que não haja garantias sobre a plenitude de tal resultado.

Diante da reiteração da promessa de superação da insuficiência que um “novo” artifício tecnológico engendra, podemos pensá-la não como algo constitutivo, mas sim como uma falha que a próxima mercadoria será capaz de corrigir. Isso permite que o movimento constante de reenvio do sujeito ao próximo objeto se renove, renovando-se assim as promessas de completude e suficiência promovidas pelo mercado de consumo no seu bem sucedido casamento com a tecnologia. (CHIARETTI, 2016: 42)

Com isso, novas portas se abrem no que diz respeito à resignificação do corpo-e-sujeito no que tange a sexualidade. Temos, pelo mercado capitalista, novas possibilidades de significação que rompem o normativo estabelecido para corpo-e-sujeito. Sobre essa quebra da normatização imposta pelo mercado, Safatle (2008) nos aponta que

Na verdade, essa teoria pós-estruturalista do capitalismo foi capaz de tematizar uma etapa na qual o impacto do desenvolvimento da sociedade de consumo, com sua tendência a alargar de maneira cada vez mais indefinida o fluxo contínuo de equivalências, levou os processos de socialização do desejo no interior do

¹⁶ Em sua pesquisa, amparada por reflexões advindas da Psicanálise e da Análise de Discurso, Chiaretti (2016) busca compreender os modos de subjetivação do sujeito frente às novas tecnologias e toma como recorte de análise o slogan da empresa de telefonia TIM: “TIM, você sem fronteiras”.

capitalismo a não mais dependerem da repetição normatizadora de padrões positivos de conduta, ideais e estereótipos. (SAFATLE, 2008: 18)

Para o autor (idem, p. 18-19), pode-se entender que o capitalismo não procura mais impor normas, mas sim atuar no campo do desejo a fim de desestabilizá-las, fragilizá-las em seus próprios códigos. Para tanto, aponta que com isso há, então, uma crise de legitimidade da norma através da sua indeterminação e do seu enfraquecimento, da anomia perante o mercado.

Ora, no que tange a questão da sexualidade, vemos o enfraquecimento da normatização que impõe a univocidade sexual – ou se é biologicamente homem, ou se é biologicamente mulher – à medida que o mercado capitalista oferece a possibilidade do sujeito se inscrever pelo tecnológico, significando no corpo o sexo desejado através da incorporação de elementos significantes do feminino: dos trajes e adereços, aos volumes no rosto e corpo operados pelo silicone, até à cirurgia de transgenitalização. Dessa forma, podemos perceber, através da cirurgia de que visa alterar o sexo, como exemplo, que há o enfraquecimento e a desestabilização da norma pelo mercado, a sua crise de legitimidade, conforme Safatle (idem) uma vez que a normatização, não raro, concebe esse procedimento como algo da ordem do impossível, do pecado, do absurdo.

Safatle (idem:12) ainda nos ensina que as “formas de vida” consistem em um “conjunto socialmente partilhado de sistemas de ordenamento e justificação da conduta nos campos do trabalho, do desejo e da linguagem”. Para o autor, estes sistemas não são apenas um resultado de imposições que obrigam ao sujeito segui-las, mas também a própria aceitação ao se acreditar que tais sistemas operam seguindo o padrão desejado da racionalidade.

Com isso, diante da desestabilização das estruturas de racionalidade ocasionada pela crise de legitimidade da norma, o autor (idem, p. 13) coloca o cinismo como um problema referente a essa mudança que constitui a racionalidade diante de uma dimensão prática. O cinismo estaria na distorção de justificativas, na tentativa do sujeito em dizer algo que não seja de fato, em conformar suas justificativas aos seus interesses que não quer revelados. Haveria, então, uma maneira cínica em funcionamento nessas estruturas de racionalidade que surgem nas sociedades acometidas pelo processo de crise de legitimação, de erosão normativa da vida social.

Isso nos coloca diante de uma hipótese maior: a partir de um certo momento histórico, os regimes de racionalização das esferas de valores da vida social na modernidade capitalista começam a realizar-se (ou ,ao menos começaram a ser percebidos) a partir de uma racionalidade cínica. (...) E, enquanto processo de

racionalização, o cinismo pode aparecer como posição discursiva em várias esferas da vida social (e não apenas no campo dos julgamentos morais). (SAFATLE, 2008:13)

Assim, de acordo com Safatle (idem, p. 15), temos, de um lado, as regras impostas pela lei do simbólico que objetivam a autorregulação do sujeito, bem como a normatização das formas de interação social. E, de outro, a lei do super-eu que impõe ao sujeito a satisfação pessoal acima de tudo, a qualquer preço.

Sobre isso, podemos pensar no funcionamento do cinismo ao abordarmos a temática da mudança de sexo: uma cirurgia que leva o sujeito a acreditar que no lugar do órgão retirado, por exemplo, será produzido um outro órgão capaz de resolver as suas questões de identidade de gênero¹⁷ - até mesmo pelo fato de que, de acordo com a norma, não é só a vagina que faz uma pessoa mulher. “Ser homem” ou “ser mulher” é algo para além do biológico.

Em uma interpretação possível, tal intervenção tecnológica no corpo só se dá pela reafirmação da norma que estabelece o corpo biológico enquanto definidor do sexo e gênero do sujeito. Não se leva em consideração, talvez, o fato de que, por ser cultural, gênero e sexualidade podem se dar de formas outras sem que seja necessário passar por estes e outros procedimentos cirúrgicos, por exemplo.

Sobre o cinismo e a crise de legitimação da norma vistos por Safatle (idem), quero salientar, neste momento, duas questões. A primeira é que a esse trabalho de pesquisa não compete julgar certo ou errado a busca da significação do sujeito que recorre aos procedimentos de transgenitalização. Tão pouco dizer que uma vagina biológica é mais/menos vagina do que a que é feita em/por cirurgia. Aqui, concebemos o desejo do sujeito como peça fundamental na significação do corpo e não o contrário - o corpo biológico como determinante do sujeito. Nessa perspectiva, poderíamos ter sujeitos que se signifiquem mulher, mesmo que em seu corpo haja um pênis, ou barba, ou ausência de seios, ou, ainda, se signifiquem homens usando no corpo roupas/assessórios ditos do universo feminino como vimos mais acima com Liniker, por exemplo. Voltarei a essas questões nos capítulos subsequentes dessa tese.

¹⁷ Sobre isso posso citar a pesquisa da psicanalista Catherine Millot (1992: 123) apresentada em seu livro intitulado “Extrasexo”: “Uma jovem transexual veio ver-me um dia, acreditando erroneamente que eu lhe daria o endereço de um cirurgião capaz de praticar as operações de mudança de sexo. Insisti para que me dissesse por que desejava ser operada. Respondeu-me que era porque tinha a impressão, tendo a aparência de uma mulher enquanto se sentia homem, de viver em uma mentira. Objetivei-lhe que, ao se operar, não faria senão trocar uma mentira por outra.”.

Dentro desse contexto teórico apresentado, a segunda questão, relativa à primeira, nos leva a uma interpretação possível sobre a transgenitalização, remetendo a uma leitura de que o sujeito que busca passar por tal procedimento rompe com o normativo do biológico do corpo quanto ao sexo e ao gênero na tentativa de reafirmar esta mesma ordem normativa: a de que para ser mulher o corpo do sujeito não poderia ter um pênis. Há, no processo de transgenitalização, por um lado, a crise de legitimidade da norma, uma vez que a norma considera *mulher* aquele sujeito que *nasceu* com uma vagina e a cirurgia visa substituir, na fase adulta, o pênis por uma vagina ou vice-versa. Por outro lado, tal cirurgia ao mesmo tempo que quebra essa lógica instituída de que é na formação do feto e no nascimento do bebê que se determina sexo e gênero, a mesma busca dar ao corpo do sujeito aquilo que a norma exige: pênis=homem, vagina=mulher.

Dessa maneira, podemos observar o equívoco, constituinte do discurso, em funcionamento. Paradoxalmente, pode ser percebido, com o processo de transgenitalização, a transgressão da norma biológica (que impõe a ideologia de gênero conforme o sexo biológico do bebê) para que haja, em contra partida, a reafirmação dessa mesma norma. Ou seja, ao não estabelecer identificação entre seu corpo e o gênero destinado a ele em seu nascimento, segundo a imposição ideológica de gênero de que não pode ser possível a correspondência pênis=mulher, vagina=homem, o sujeito suspende a ordem normativa que confere determinado gênero ao biológico do corpo em seu nascimento. Assim, através de recursos advindos da ciência e da tecnologia, o corpo biológico pode ser alterado, indicando que o corpo de origem, identificado e significado quanto ao sexo/gênero ainda na/pela gestação, não será imutável. No entanto, tal suspensão da norma pela cirurgia nada mais é do que a reafirmação da mesma norma que impõe a ideologia do gênero. Enfraquecesse-se a norma do gênero pelo biológico de nascença ao passo que a mesma é reafirmada pelo sujeito que, assujeitado pela ideologia de gênero, necessita que haja a correspondência pênis=homem/vagina=mulher significada no corpo.

Faz-se importante abordar, nesse ponto, o que a Análise de Discurso coloca sobre a relação de dominação ideológica. De acordo com Pêcheux (1990b: 16 [1982])¹⁸ apud Zoppi-Fontana (2005: 53) “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e

¹⁸ PÊCHEUX, M. Délimitations, retournements, déplacements. *L’Homme et la société*, Paris, n. 63-64, p. 53-69, 1982. Tradução de José H. Nunes. Delimitações, inversões, deslocamentos. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas: IEL/Unicamp, n. 19, p. 7-24, 1990a.

contra ela, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente”. Dessa maneira, Zoppi-Fontana (idem: 53-54), retomando Pêcheux (idem), nos aponta que

pensar diferentemente a relação das ideologias dominantes e dominadas coloca em termos novos a questão das práticas de resistência e de revolta, consideradas como “falhas, desmaio ou rachadura” nos rituais de interpelação ideológica. Isto implica necessariamente não “cegar-se ante o fato de que toda dominação ideológica é antes de tudo uma dominação interna, quer dizer, uma dominação que se exerce primeiramente na organização interna das próprias ideologias dominadas” (PÊCHEUX, 1982, p. 16). (ZOPPI-FONTANA, 2005: 53-54)

Conforme a autora (idem), no texto de Pêcheux (1983) *Ideology: fortress or paradoxical space* (1983a)¹⁹, em que o autor retoma seu texto *Zu rebellieren und zu denken wagen* (Ousar rebelar-se e pensar), o autor (idem) nos traz que:

A principal ideia aí defendida é que a ideologia dominante não é jamais dominante sem contradição; que não haverá jamais *qualquer* ritual ideológico sem falhas; e que estas múltiplas falhas são, de fato, o espaço para a constituição das ideologias dominadas. Estas não são nem um simples reflexo da ideologia dominante na ideologia dominada nem um germe independente *sui generis*. Desta maneira, as ideologias dominadas parecem estar aprisionadas no paradoxo de uma ambiguidade que nunca para de deslocá-las através da desregionalização: uma tendência dessidentificadora das massas para o não-Estado (PÊCHEUX, 1983a, p. 32, grifos do autor). (ZOPPI-FONTANA, 2005: 54)

Dessa forma, podemos compreender que o processo de transgenitalização vai ao encontro do que nos aponta Pêcheux (idem) conforme vimos acima. Se é justamente na contradição que se constituem as relações de força entre a ideologia dominante e as dominadas, podemos ver em funcionamento o jogo de contradições, paradoxos e ambiguidades a partir de tal procedimento. Pode ser compreendido, através dessa cirurgia, como exemplo que tomamos, que é através da falha, do equívoco que ela produz, que se abre a possibilidade de observarmos um lugar de constituição das ideologias dominadas. Em contra partida, marca-se, com isso, a existência de uma ideologia dominante (relativa à sexualidade), uma vez que lhe é própria a contradição.

De acordo com Zoppi-Fontana (idem: 55), é “pela linguagem, pelo funcionamento da língua na história, pelas evidências produzidas pelo discurso” que podemos observar a natureza paradoxal de realidades complexas. É, pelo discurso, que pode ser observado “os efeitos contraditórios e paradoxais dessas evidências nos processos de identificação/subjetivação político-ideológica”, uma vez que é no interior das relações de dominação/resistência que se encontram inscritas as formas linguísticas.

¹⁹ PÊCHEUX, M. *Ideology: Fortress or Paradoxical Space*. *Das Argument*, Berlin, n. 84, p. 31-35, 1983a

Zoppi-Fontana (idem) demonstra que, no texto *Ideologie – Festung oder paradoxer Raum?*, Pêcheux (1983b)²⁰ concebe como lugar de resistências múltiplas os processos de interpelação ideológica. De acordo com o autor (idem), apud Zoppi-Fontana (idem: 56),

Trata-se, portanto, de uma série de choques que questionam a definição de fronteira do “discurso político”, na medida em que se baseia nos processos através dos quais o domínio/exploração capitalista se reproduz (no campo da sexualidade, da vida privada, do ambiente, da educação, etc.) adaptando-se, transformando-se, reorganizando-se. Pois “reprodução” nunca significou “repetição do mesmo”. As proposições de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado, que procuram dar continuidade a determinadas colocações de Gramsci a respeito do conceito de hegemonia e da proximidade invisível do Estado no cotidiano, constituem uma ajuda valiosa nessa direção, se elas forem interpretadas de tal forma que os processos de reprodução ideológica [que produzem a evidência do sentido, na qual o sujeito se constitui como sujeito pleno de sentido, origem de si mesmo, de seu pensamento, gestos e palavras] sejam também considerados como lugar de *resistência múltipla*. Lugar onde surge constantemente o imprevisível, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções (PÊCHEUX, 1983b, p. 383)” (ZOPPI-FONTANA, 2005: 56)

Podemos pensar, então, que a reafirmação da norma pelo processo de transgenitalização tem o seu funcionamento no interior da dominação, uma vez que o sujeito, assujeitado pela dominação da ideologia do sexo/gênero, encontra uma ruptura, uma brecha, para poder se adequar a essa forma de dominação. Além disso, mesmo havendo uma repetição da norma através de sua reafirmação em um movimento parafrástico, tal ritual é feito a partir de uma resistência – resiste-se à ideia de que é na formação do embrião que o sexo/gênero são determinados – demonstrando, através de tal cirurgia, a possibilidade do imprevisível. Assim, o processo de transgenitalização, como exemplo, pode ser compreendido como uma forma de interromper a perpetuação da reprodução de uma significação do sujeito pelo gênero a partir do sexo de nascimento, produzindo, com isso, um deslocamento que marca o funcionamento da polissemia, do novo, do diferente, do que não é o mesmo. Dessa maneira, podemos pensar que o processo da transgenitalização, enquanto reformulação do corpo-e-sujeito, é constituído, ao mesmo tempo, pela repetição do mesmo e pelo diferente, pela paráfrase e pela polissemia.

Dessa forma, ao defender a natureza paradoxal de tais realidades complexas bem como a singularidade das lutas que as perpassam, conforme nos aponta Zoppi-Fontana (idem), Pêcheux (1983b) nos traz que

A singularidade dessas lutas de deslocamento ideológico que ocorrem nos mais diversos movimentos populares consiste na apreensão de objetos [constantemente contraditórios e ambíguos] paradoxais, que são, simultaneamente, idênticos em si mesmos e se comportam antagonicamente em relação a si mesmos [...] Esses

²⁰ PÊCHEUX, M. *Ideologie – Festung oder paradoxer Raum?* *Das Argument*, Berlin, n. 139, p. 379-387, 1983b

objetos paradoxais [como o nome de Povo, Direito, Trabalho, Gênero, Vida, Ciência, Natureza, Paz, Liberdade] funcionam em relações de força móveis, em transformações confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis.” (PÊCHEUX, 1983b: 383 apud ZOPPI-FONTANA, 2005: 56)

A autora nos aponta, ainda, que as múltiplas lutas, mesmo que pequenas e instáveis, são significantes em suas originalidades, sendo necessário buscar investigá-las para que possamos compreender de que forma se dá o funcionamento tanto da sociedade quanto da história.

Importante ressaltar que, no segundo e terceiro capítulo dessa tese, retomarei essas noções que concernem o embate entre as relações de força no que diz respeito à sexualidade e à ideologia de gênero. No entanto, devemos deixar marcado, desde já, que a luta entre a ideologia dominante e a dominada, no tocante da significação do corpo-e-sujeito em relação ao sexo e ao gênero, é peça fundamental para o desenvolvimento e compreensão do que venho buscando tratar com essa pesquisa.

Efeitos de sentidos sobre a intervenção tecnológica no corpo: a mudança de sexo

Para exemplificar o funcionamento discursivo do corpo do sujeito que se submete ao procedimento tecnológico da transgenitalização, frente à erosão da normatividade, tomo como recorte a referida reportagem publicada pelo site da revista *Super Interessante*, bem como os comentários de seus leitores sobre o assunto:



Multimídia

INFOGRÁFICO

Como se faz uma cirurgia de mudança de sexo?

Com convicção: no Brasil, é preciso ter mais de 21 anos e encarar 24 meses de acompanhamento médico até que a cirurgia seja autorizada - sem contar a fila do SUS. Entenda como são feitas as transformações nesta versão censura livre - acredite, você não quer ver as fotos.

Infográfico: Emiliano Urbim, Renata Steffen, Willian Vieira e Alex Silva - Versão Digital: Daniel Apolinário

Ao responder à pergunta “Como se faz uma cirurgia de mudança de sexo?” a revista, se colocando na posição-autor, aquele que, segundo Orlandi (2004), busca um efeito de fechamento do texto, se diz convicta de suas informações a respeito de tal procedimento.

Diante disso, a fim de buscar delimitar os sentidos, *Super Interessante* informa ao seu leitor que o processo de *mudança* não é para qualquer pessoa, pois além de ter mais de vinte e um anos, deve “encarar” 24 meses de acompanhamento médico. Aqui, vemos que o que a medicina impõe enquanto segurança para que haja êxito na cirurgia, como idade mínima e tempo de análise determinado, é visto como algo difícil a ser suportado, uma batalha a ser vencida, “encarada”. Coloca-se, então, o processo de modificação do corpo, vivenciado pelo sujeito, como algo penoso, como se o próprio fato de não se identificar com o seu corpo não fosse pesar suficiente. Não se leva em conta, por exemplo, o que até os vinte e três anos, no mínimo, o sujeito insatisfeito com seu sexo significado em seu corpo não teria “encarado” para buscar tais intervenções.

Interessante observar que este procedimento exigido pelos órgãos de saúde para que haja a mudança de sexo significam, muitas vezes, para o sujeito que o procura como uma “ponte” para a realização de seu desejo. O desanimador “sem contar a fila do SUS”, que a revista traz, pode, também, significar um momento de ansiedade, de reflexão, de aceitação do sujeito que espera perante a sua vontade e frente ao que a tecnologia da medicina pode oferecer.

Ao que *Super Interessante* traz como resposta à pergunta “Como se faz uma cirurgia de mudança de sexo?”, temos o advérbio *como* nos remetendo à ideia de um procedimento, de uma instrução que busca explicar como são feitas as “transformações” em uma “versão censura-livre”. Importante colocar que a palavra “transformação” sugere algo realizado fora de um real, remetendo a algo que gire em torno do imaginário. Como um sujeito se transformaria? Ele mudaria de forma se tornando uma outra espécie de ser humano? Ou ele modificaria a sua forma física sexual, buscando não a transformação, mas a sua sexualidade significada em seu corpo? O sujeito que se submete à modificação sexual, em uma interpretação possível, não estaria em busca de ser outra pessoa, transformada, mas sim, estaria buscando ser si mesmo em um corpo: tecnologia adaptável à sua identificação com sexo, gênero e sexualidade aos modos da norma.

Sobre a questão da divulgação do conhecimento científico pela mídia, é importante trazer o estudo de Silva (2002: 129) que busca abordar o jornalismo científico, tomando-o

enquanto objeto de pesquisa, na sua relação com a Mídia e com a Ciência: instituições que especificam um determinado saber sobre “as coisas do mundo”.

Assim, partindo da perspectiva da Análise de Discurso, a autora (idem) coloca que

[...] as instituições são reconhecidas socialmente em função de suas práticas histórico-discursivas. As diferenças entre discurso jornalístico e discurso científico são em parte determinadas através das projeções de imagens, em que cada uma das duas instituições se identificam, em relação, simultaneamente, ao conhecimento (Ciência) ou à informação/comunicação (Mídia), e à sociedade (Ciência) ou ao público (Mídia). (...) a configuração produzida pelas revistas de divulgação científica, de uma ciência para o grande público, quer discutir brevemente alguns dos elementos que envolvem a questão das posições diferenciadas, por parte da Mídia e da Ciência, em relação ao conhecimento. (SILVA, 2002: 130)

Segundo a autora (idem), “a notícia jornalística representa o *acontecimento de interesse público*”, isso quer dizer que a Mídia dá enfoque a acontecimentos específicos, determinando o saber sobre este ou aquele assunto, significando-os enquanto acontecimentos que devem ser de interesse geral. No caso em análise, a matéria sobre a cirurgia de mudança de sexo é compreendida pela revista como uma notícia de interesse público, funcionando enquanto uma temática nova, um acontecimento ainda não abordado anteriormente - ao menos não da forma como esta propõe à medida que tenta explicar como é realizado tal procedimento cirúrgico no corpo.

Silva (idem: 130) chama atenção para o fato de que no cotidiano jornalístico, a ciência, o fato científico, isto é, “o resultado do processo de produção do conhecimento e tecnologia que envolve a prática científica”, é mantido como alvo de interesse do chamado “grande público” e, por isso,

A Mídia pode configurar a ciência (como esse *saber científico* sobre as coisas) em um produto específico para um *público específico*, dentre esse *grande público*, em um tratamento mercadológico – daí inclusive a existência de publicações especializadas na *divulgação científica*, como por exemplo, no Brasil, as revistas *SuperInteressante*, da Editora Abril, e *Galileu*, da Editora Globo.” (SILVA, 2002: 131)

Conforme a autora (idem), há uma distância entre o conhecimento advindo pela Ciência (para o cientista) e o que é advindo pelo jornalismo (para o público leigo). E é justamente na tentativa de diminuir essa distância, por ser acessível a todos, que a Mídia propõe divulgar o saber científico.

Segundo Silva (idem: 132), a imagem que o discurso jornalístico faz de seu público leitor, não raro, é a do leitor comum, leigo, aquele “que não é especialista em área nenhuma”. Tal leitor, de acordo com a autora (idem) é o sujeito que está interessado nas mais diversas “curiosidades”, inclusive no que se refere ao saber advindo fora da Escola. Assim, pode-se

compreender que através da Mídia o grande público tem acesso a diversos outros saberes que não são abordados na/pela Escola, por exemplo, e que são, até mesmo, saberes apagados, censurados justamente por estarem de fora de suas grades curriculares.

De acordo com Foucault (1988), a necessidade “do saber” está intimamente ligada às formas de poder que estruturam e caracterizam as relações sociais, pois parte-se do princípio de que quanto mais conhecimento se tem sobre algo, maior é o poder de dominação sobre este algo. Dessa maneira, o saber sobre o sexo não fica de fora. Nesse caso em análise, temos a referida revista, através da mídia, divulgando um saber sobre o sexo - saber este que lhe confere poder e legitimidade justamente pelo fato de tal revista ocupar a posição de portadora do conhecimento, de um saber sobre algo. No capítulo seguinte buscarei desenvolver tais apontamentos, mostrando a relação do saber-poder, vistos por Foucault (idem), através do discurso jurídico e escolar sobre corpo-e-sujeito a respeito do sexo, da sexualidade e do gênero.

A propósito dos saberes censurados pelas instituições de poder, retomo o dizer da revista que se remete às imagens do procedimento cirúrgico de mudança de sexo: “versão censura-livre”. Com esse dizer, podemos observar que há, então, versões outras, censuradas sobre essa temática, do contrário, tal dizer seria dispensável. Por que haveria a censura? Estaria, tal assunto, funcionando enquanto tabu? Como algo a ser escondido, evitado é, só agora, trazido aos leitores? Pode-se perceber que o significante “censura” retoma uma interdição que em seguida é contrariada pelo “livre”, marcando, de antemão que a cirurgia é um assunto censurado, mas que, no entanto, a revista o tornará livre, para qualquer um que queira entendê-lo. Ainda, mostrando a censura que gira em torno da transgenitalização, vemos em “- acredite, você não quer ver as fotos” a direção fechada dos sentidos que pode levar o leitor a tomar tal procedimento como algo repulsivo, absurdo, que não deve ser visto.

Com o “passar do mouse”, vão aparecendo os procedimentos cirúrgicos que ocorrem durante a mudança de sexo. No entanto, as imagens que aparecem logo abaixo da resposta à pergunta proposta são de frutas e folhas representando a genitália masculina e feminina. Diante disso, questiono se haveria, então, na versão censura-livre, a censura da nudez? Ou, a versão censura-livre só é livre por não mostrar as partes do corpo referentes ao sexo, nada mais do que o foco da reportagem?

Como se faz uma cirurgia de mudança de sexo? Entenda como são feitas as transformações nesta versão censura livre - acredite, você não quer ver as fotos.

INTERVENÇÃO

Como se fosse Lego, desmonta-se o pênis original e usam-se as mesmas peças para construir um novo.

Com anestesia geral, o paciente recebe uma incisão que contorna todo o saco escrotal e o pênis - cuidando para não atingir o aparelho urinário, que será adaptado para que o paciente possa urinar sentado. No final, o corte vai se transformar em uma vagina com profundidade de 12 a 15 cm.

TESTOSTERONA

Bem mais raro que o processo anterior, este se baseia no aumento do clitórís por causa de hormônios masculinos.

A paciente tem de tomar diariamente 200 mg de testosterona. Os resultados são: fim da menstruação, voz mais grave, mais massa muscular, às vezes calvície, mais pelos e o desenvolvimento do clitórís - que tem a mesma origem embrionária do pênis (só que um cresce e o outro não).

Revista *Super Interessante* online. Como se faz uma cirurgia de mudança de sexo? Disponível em: <http://super.abril.com.br/multimedia/como-se-faz-cirurgia-mudanca-sexo-616014.shtml> acesso em 10 de dez. 2014 às 12:00

Com isso, pode-se dizer que os órgãos sexuais aparecem censurados em tal revista, uma vez que temos uma metáfora do corpo em que se procura substituir o pênis e a vagina por algo que os represente. Há uma significação atribuída, no caso, à banana, aos kiwis, à flor como representação do referente que não está lá. Aqui, o órgão sexual é menos possível de se mostrar do que a própria mudança de sexo.

Retomando o estudo de Silva (2002):

(...) o saber científico, de modo amplo, pode ser identificado à possibilidade de ver “no mundo” objetos e relações a partir de um lugar privilegiado de “observação” – a prática científica, através de seus instrumentos. Para que esse saber possa estar ao alcance de todos, a Mídia realizaria então uma “tradução” (a prática da divulgação científica normalmente é associada a uma tradução...), em que se produz a imagem de um conhecimento científico apropriado para o grande público.” (SILVA, 2002: 131)

Podemos perceber, com este caso de análise, que a “tradução” do saber científico feita pela *Super Interessante* não só reduz consideravelmente a prática científica, conforme veremos nas análises a seguir, como também apresenta um tema de forma superficial ao tomar o seu público como leigo.

Sobre a representação do corpo humano feita pela ciência, no que toca a sexualidade, é interessante trazer o que Laqueur (2001) nos diz a respeito. De acordo com o autor (idem), a representação da anatomia sexual do corpo humano dependerá das questões políticas e culturais de representação e não da evidência sobre os órgãos femininos/masculinos. Dessa maneira, nenhuma imagem, seja ela verbal ou visual, que remeta à diferença sexual, existirá de forma independente dos postulados anteriores sobre tais diferenças. Assim, conforme nos aponta o autor (idem: 32), pode-se dizer que “não há uma representação “correta” da mulher em relação ao homem e que toda a ciência da diferença é, portanto, mal interpretada.”.

Laqueur (idem) observa que tanto a natureza quanto a anatomia são fatos alterados por pensamentos e por convenções e se constituem de forma complexa tomando como base não apenas a observação em meio a diversas restrições sócio-culturais do fazer científico, mas também pela estética da representação. Dessa forma, as representações dos corpos femininos e masculinos dos livros de anatomia são produções que fazem parte, e por isso mesmo estão sujeitas, ao próprio período histórico em que foram produzidas.

De acordo com o autor:

[...] todas as ilustrações anatômicas, históricas e contemporâneas são abstrações; são mapas de uma realidade surpreendente e infinitamente variada. As representações das características pertencentes em especial ao homem e à mulher, em razão das enormes consequências sociais dessas distinções, são mais obviamente determinadas pela arte e pela cultura. Como os mapas, as ilustrações anatômicas focalizam a atenção em uma característica particular ou em um grupo particular de relações espaciais. Para realizar essa função, assumem um ponto de vista – incluem algumas estruturas e excluem outras, e esvaziam o espaço cheio de matéria e enche o corpo: gordura tecido conjuntivo e “insignificantes variações” que não merecem nomes ou identidades individuais. Situam o corpo com relação à morte, ou a este mundo, ou a uma face identificável – ou, como na maioria dos textos modernos, não situam. [...] As ilustrações anatômicas são, em suma, representações de conhecimentos historicamente específicos do corpo humano e de seu lugar na criação, e não só de um estado particular do conhecimento sobre suas estruturas. (LAQUEUR, 2001: 203)

Com tais colocações, pode-se compreender que, de um lado, a ciência tomará um determinado objeto em análise, no caso o sexo, a partir das possibilidades do momento histórico, social e cultural a que está inscrita, forjando, assim, um determinado conhecimento²¹. Por outro, na tentativa de tornar pública a construção de novos saberes advindos da ciência, a Mídia traduz, conforme nos aponta Silva (2002), as novas “verdades”

²¹ De acordo com ganhador do Prêmio Nobel de medicina François Jacob (1973), *apud* Laqueur (2001: 27), “A biologia de hoje perdeu suas ilusões. Não procura mais a verdade. Está construindo suas próprias verdades.”.

produzidas pela ciência e, como um dos possíveis resultados, temos, no exemplo acima, imagens que procuram “facilitar” a compreensão do processo de transgenitalização.

Importante levar em consideração que o funcionamento da revista *Super Interessante* na atual sociedade capitalista está dentro daquilo que Althusser (1970) conceituou como Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Segundo o autor (idem), os AIE representam um número de realidades apresentadas ao observador sob a forma de instituições que visam manter a ideologia dominante do próprio Estado.

Não só o aparelho de Estado contribui largamente para se reproduzir a ele próprio (...), mas também e sobretudo, o aparelho de Estado assegura pela repressão (da mais brutal força física às simples ordens e interditos administrativos, à censura aberta ou tácita, etc.), as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado. São estes de facto que asseguram, em grande parte, a própria reprodução das relações de produção, «escudados» no aparelho repressivo de Estado. É aqui que joga massivamente o papel da ideologia dominante, a da classe dominante que detém o poder de Estado. (ALTHUSSER, 1970: 56)

Com isso, vemos que a revista *Super Interessante* assume seu papel dentro dos AIE, no que se refere à sua categoria de AIE da informação, através da mídia. Há uma tentativa de se controlar aquilo que se sabe e aquilo que se deve saber. No caso em análise, tenta-se controlar aquilo que se deve saber sobre a transgenitalização. Aqui, o *saber sobre*, dado pela revista, gira em torno da dificuldade e dos problemas enfrentados pelo sujeito que se submete a tal procedimento cirúrgico e, em momento algum, este saber se remete sobre a busca da identificação sexual do sujeito significada em seu corpo. Pode ser percebida, ainda, uma tentativa não só de desestimular o sujeito diante de tal procedimento, mas também de aterrorizá-lo, uma vez que as imagens referentes à cirurgia são consideradas tão impressionantes que permaneceram censuradas pela revista.

Retomando à função autor do discurso, é possível notar a utilização de verbetes do universo científico que, na tentativa de se fechar os sentidos, visam legitimar o dizer sobre o processo da mudança de sexo, como em “A paciente tem de tomar 200 mg de testosterona.”. No entanto, há a vulgarização do saber científico ao metaforizar os procedimentos cirúrgicos através de brinquedos de encaixe: “*Como se fosse lego, desmonta-se o pênis original e usam-se as mesmas peças para se construir um novo*”.²² Sobre isso, consideramos o dizer de Silva (idem: 134) quando a autora coloca que “(...) a prática jornalística faz mais do que apenas procurar apresentar as questões de maneira “clara”,

²² Disponível em: Revista *Super Interessante* online. Como se faz uma cirurgia de mudança de sexo? Disponível em: <http://super.abril.com.br/multimedia/como-se-faz-cirurgia-mudanca-sexo-616014.shtml> acesso em 10 de dez. 2014 às 12:00. Grifos nossos.

digamos, “passando por cima” das contradições constitutivas dos diversos debates científicos em que se produz a ciência.”. Em momento algum a revista faz alusão a outros textos, como artigos e estudos científicos acerca do tema, ignorando as demais práticas científicas aprofundadas sobre os procedimentos da transgenitalização. O público-leitor da revista além de ser considerado leigo, aparece infantilizado não só pelas frutas enquanto metáfora do corpo, mas também pela referência aos brinquedos de encaixe como o brinquedo *lego*.

Vemos, neste caso de análise, que as intervenções tecnológicas no corpo do sujeito advindas pela ciência/medicina, no que concerne à transgenitalização, ainda funcionam como algo que não deve ser mostrado em sua íntegra, nem para fins de aprendizagem como propõe a revista em “Entenda como são feitas as transformações [...]”.

(...) a grande imprensa de divulgação científica no Brasil não só mantém o seu leitor alheio às configurações específicas dos debates científicos, à discursividade própria das ciências (as expressões técnicas e as abstrações devem ser “traduzidas” por imagens que as concretizam, por exemplo), mas mantém-se também ela nesse alheamento. A formulação mesma do *fato* a ser levado ao conhecimento do grande público, por meio da pauta na prática jornalística, dá-se de forma a ignorar a Ciência institucionalmente, voltando-se para uma busca dos seus *resultados como produtos acabados*. Com esse seu alheamento, porém, em sua relação com a Ciência, a Mídia contribui atualmente na manutenção de um lugar de autoridade inquestionável para a Ciência. (SILVA, 2002: 134)

Diante disso, faz-se relevante apontar que os comentários acerca da matéria divulgada pela revista nos permitem observar diversas formações discursivas em funcionamento através dos gestos de interpretação dos leitores a propósito da referida matéria. Mesmo havendo inúmeros comentários a favor da cirurgia, a ciência e suas novas formas de tecnologia no que concernem à transgenitalização, ainda são vistas como algo que corrompem princípios religiosos e morais:



Levando em consideração os comentários dos leitores da matéria veiculada pela revista *Super Interessante online*, podemos observar algumas formações discursivas que se encontram, ali, em funcionamento. De acordo com Pêcheux (1997: 162), “a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido”, ou seja, a formação discursiva é a matriz de onde se origina o sentido.

[...] as palavras, expressões, proposições, etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...], diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 1997: 160-161)

Dessa maneira, é possível observar, no primeiro comentário a formação discursiva constituída pelo discurso religioso: “cada dia que passa, novos seres humanos aparecem querendo mudar o que deus criou, esse é um dos desejos de Lúcifer”. Mesmo caindo em contradição “mas Deus também nos deu o livre arbítrio”, nota-se a imposição do pensamento religioso como norma, como conduta a ser seguida funcionando enquanto formação discursiva dominante.

Há, também, em funcionamento, a formação discursiva constituída ora pelo discurso tecnológico, quando, mesmo com sarcasmo e ironia, leva-se em conta que esta será capaz de fazer com que os casais homo afetivos possam fecundar e gerar os próprios filhos; e, ora pelo discurso familiar, ao culpar a tecnologia por desestabilizar a norma familiar marido/esposa; homem/mulher já dada como correta, como pode ser observado no segundo comentário acima.

Ainda, podemos observar a formação discursiva constituída pelo discurso da Ciência, ao ser posto, de forma um tanto irônica, que a evolução das espécies estaria indo em direção à homossexualidade, como no comentário: “Homo sapiens evoluindo para homo sexuais, francamente heim...”.

Importante colocar que tais formações discursivas advêm das instituições de poder que organizam os meios político, econômico e social já abordados por Althusser (idem). Assim, é possível dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado em funcionamento, nesse recorte de análise, advêm dos AIE da Igreja, da Família e da Ciência que, enquanto instituições amparadas pelo Estado, ditam como corpo-e-sujeito deve significar, fechando os sentidos através do normativo instituído.

Com isso, podemos notar que ainda existe no cenário contemporâneo social uma grande repulsa ao se tratar da mudança de sexo feita pela medicina. Neste caso em análise, temos uma revista de grande circulação que significa a cirurgia de mudança de sexo como algo a se “encarar”, de grande demora e de impasses burocráticos. Além disso, ao tomar seu público como leigo, o que é próprio das revistas de divulgação científica (SILVA, 2002), *Super Interessante* censura a demonstração do procedimento cirúrgico com órgãos genitais, acreditando ser as imagens algo repulsivo, metaforizando o corpo através de frutas e plantas e o procedimento cirúrgico de forma infantilizada através de brinquedos.

Ainda, pôde ser percebida, através dos comentários de seus leitores (o público leigo, o que não é especialista), a tentativa de se impor normas morais e religiosas frente aos adventos do mercado, o que nos mostra, de acordo com Safatle (idem), a crise de legitimidade e a erosão da norma funcionando neste momento histórico do capitalismo.

Dessa maneira, retomando à função-autor atribuída à revista *Super Interessante*, podemos dizer que há, então, a repetição de uma memória institucionalizada que trata da modificação do sexo como algo, no mínimo, assustador, digno de censura. Temos, com essa notícia da revista, uma tentativa de fechamento de sentidos, como se “Com convicção” significasse a única verdade para a realização da mudança de sexo. Tal dizer, ao ser legitimado e repetido, não raro, exclui outros sentidos possíveis capazes de significar de maneira outra a adaptação do corpo perante as novas formas de tecnologia.

Com isso, observa-se que, embora a tecnologia destinada à modificação do corpo seja utilizada, muitas vezes, indiscriminadamente pela sociedade, no que tange a parte sexual, ainda é significada como algo que fere princípios religiosos e morais. Mais ainda, ao se submeter à mudança de sexo, o sujeito, afetado por tal significação, não raro, é atravessado

por formações discursivas que condenam a alteração do sexo no corpo, o que pode resultar em diversas formas de exclusão social.

Em contra partida a tais formulações que condenam corpo-e-sujeito ao biológico, de acordo com Poli (2007), a psicanálise nos aponta que deve-se conferir a expressão da sexualidade ao desejo, sendo a imposição da anatomia como determinante do sexo uma das marcas da dominação cultural. Ao retomar Freud, o grande responsável por essa tomada de pensamento, a psicanalista (idem) coloca que

Quando a obra de Freud surge, e com ela a Psicanálise, a cultura ocidental já perdeu muitas de suas certezas pré-modernas. A vida privada e a construção das identidades singulares passaram a ser regra, delegando uma certa liberdade de escolha aos indivíduos. Ser homem ou ser mulher também se torna uma “decisão pessoal”. (POLI, 2007: 8-9)

A autora (idem: 10) ainda nos chama a atenção para o fato de que, conforme apontam os estudos freudianos, “ao lado da religião e da arte, a ciência dirige as condições de representação do ser humano.”. Assim, podemos perceber que os gestos de interpretação a respeito da notícia divulgada pela *Super Interessante*, acima observados, demonstram marcas de tais formações discursivas que, não raro, determinam o modo como corpo-e-sujeito é significado.

Assim, tais considerações apontam para o funcionamento discursivo do corpo enquanto tecnologia adaptável às outras formas tecnológicas como divisor de sentidos, uma vez que o político se faz presente. De um lado, temos a aceitação de intervenções cirúrgicas no corpo, seja por fins de saúde ou de estética, de outro, temos a recusa de tais intervenções no que se refere à resignificação do sexo no corpo.

Dessa forma, percebe-se que a negação e a exclusão do sujeito que se submete a determinadas formas de tecnologia é reforçada em formações discursivas diversas. Faz-se necessária, então, a abertura dos sentidos para além do já-dito, possibilitando ao corpo-e-sujeito que se submete ao processo de transgenitalização a sua inscrição social para além da segregação.

2. Memória e Arquivo: A (des)estabilização de sentidos para corpo-e-sujeito

O corpo não é uma coisa, é uma situação: é a tomada de posse do mundo e o esboço de nossos projetos.

Simone de Beauvoir

Dando continuidade ao que venho propondo compreender no que diz respeito ao processo de constituição do corpo-e-sujeito pela sexualidade e pelo gênero, busco, neste capítulo, interrogar os efeitos de sentidos produzidos pela memória de arquivo e pela memória metálica (ORLANDI 2003; 2010) funcionando enquanto forma de (des)estabilização dos sentidos para a significação do corpo-e-sujeito. Questiono, diante dos materiais recortados para análise, efeitos de sentidos produzidos para corpo-e-sujeito que estão em funcionamento através de documentos institucionais legitimados pelo Estado.

Assim, nas seções que compreendem esse capítulo, procurarei compreender de que forma os sentidos para corpo-e-sujeito, no que se refere ao sexo, à sexualidade e ao gênero, estão ditos pelas instituições através da memória institucionalizada e/ou memória de arquivo – tal como compreendem Orlandi (2003; 2010) e Nunes (2008), em um desenvolvimento das colocações de Pêcheux (1982).

Trago como recorte de análise, na primeira seção deste capítulo, um fragmento do texto pertencente à Classificação Internacional de Doenças, doravante CID, que, através de seus códigos, determina diagnósticos sobre diversas doenças, além de classificar diversos procedimentos clínicos. É importante dizer que nesse tipo de documento, legitimado pelo Estado, aparecem “diagnósticos” sobre o sujeito que não se identifica com o normativo estabelecido para sexo e gênero²³, como os sujeitos transexuais, por exemplo.

Ainda, serão analisados fragmentos de petições e sentenças judiciais a respeito da retificação de nome e de gênero para sujeitos transexuais. Há de se dizer, nesse momento, que, não raro, muitos transexuais recorrem à justiça para poder obter em seu registro de nascimento e demais documentos o nome e o gênero com os quais se identificam. Interessame observar de que forma esses documentos institucionais como aqueles advindos da Saúde

²³ Conforme visto no capítulo anterior, o normativo para sexo e gênero a que me refiro está relacionado ao corpo biológico de nascimento em uma correspondência direta à identificação com o gênero. Assim, o pênis determinaria a identidade de gênero masculina (gênero homem) e a vagina determinaria a identidade de gênero feminina (gênero mulher).

(Ciência) e do Jurídico (Estado), juntos, se constituem enquanto arquivo sobre corpo-e-sujeito transexual significando-o à luz do Judiciário - um dos três poderes do Estado.

Em seguida, na segunda seção, trago para análise o dicionário Michaelis, de grande circulação, compreendido como obra tradicional no seu âmbito e que hoje permite um acesso aberto no espaço digital. Além deste dicionário, compõem o material a ser analisado, o Dicionário inFormal, também compreendidos em seu funcionamento enquanto arquivo através da tecnologia digital (ORLANDI, 2010; NUNES, 2008).

Importante colocar que todos esses documentos que trago para análise, o CID, as petições e sentenças judiciais, bem como o Dicionário Michaelis, são exemplos de textualidades que se formulam fora do digital, mas, com o recurso da tecnologia, se colocam no digital para o amplo acesso. Já o Dicionário inFormal demonstra textualidades que se formulam como algo próprio ao digital, embora reverbere sentidos dos instrumentos linguísticos anteriores ao advento do digital: dicionários e glossários são “formatos” muito antigos de textos que se constituem enquanto tecnologia de linguagem para uma relação do sujeito com a língua.

Dessa maneira, o presente capítulo toma como princípio analítico-discursivo a ideia de que a significação do corpo-e-sujeito, em qualquer sociedade, não se dá por mero acaso, mas por suas inscrições em formações discursivas já estabelecidas que os nomearão e os significarão de acordo com suas convenções culturais através da ideologia. Partindo desse pressuposto, questiono de que forma as instituições de poder que compõem a sociedade brasileira, como o Estado, através do aparelho jurídico, e a Ciência, por exemplo, concebem corpo-e-sujeito transexual ao significá-los enquanto (à) parte do todo. Importante dizer que o Estado, em seus poderes legislativo e judiciário, entre outros, faz aliança com a Ciência, como podemos observar através da legislação ambiental e das normas que regulamentam a área da saúde através do CID 10, por exemplo.

Assim, indago: quais os possíveis sentidos estabilizados para corpo-e-sujeito trans? Estaria o já-dito das instituições de poder, através de seus documentos institucionais, funcionando enquanto arquivo sobre tal corpo-e-sujeito? Nesse caso, o que se estabelece enquanto arquivo, enquanto memória institucionalizada, e o que fica de fora? Corpo-e-sujeito corresponderia aos sentidos estabilizados para a sua significação?

Dessa forma, busco analisar o conceito que se tem e que se estabelece sobre corpo e sujeito funcionando enquanto arquivo, enquanto memória institucionalizada (ORLANDI, 2003; 2010) pelas instituições de poder. Pergunto, então, como se institui uma discursividade

normativa para corpo-e-sujeito a partir das instituições sociais? Quais efeitos de evidência produzidos pela ideologia estão em funcionamento nesses dizeres, nesses preconstruídos sobre corpo-e-sujeito transexual tomados como objeto para análise?

Para tanto, tomo tais recortes de análise em seu funcionamento enquanto exemplos de materialidades discursivas que conceituam sexualidade e gênero e que poderiam funcionar enquanto memória que normatiza e padroniza, que estabelece “legalidades” sobre/para a significação do corpo e do sujeito transexual.

Para que possamos compreender, teoricamente, o funcionamento discursivo do corpo-e-sujeito, no caso corpo-e-sujeito transexual, visamos trabalhar com a conceituação dos termos *memória* e *arquivo*, conforme o dispositivo teórico da Análise de Discurso. Tais noções se fazem fundamentais para que possamos compreender o processo de constituição de sentidos que atravessa corpo-e-sujeito, significando-os.

Dessa maneira, partindo da consideração de memória discursiva (PÊCHEUX, 1975), Orlandi (2010; 2003) propõe uma distinção entre *memória discursiva*, *memória institucionalizada* e *memória metálica*. Retomando Pêcheux, Orlandi (idem) compreende a memória discursiva (ou interdiscurso) como constituída pelo esquecimento, que produz o efeito do já-dito, já lá, uma vez que “algo fala antes em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX 1975 *apud* ORLANDI 2010)²⁴. Ao pensarmos na constituição do corpo-e-sujeito a partir de tal noção, podemos perceber que as configurações do corpo-e-sujeito são atravessadas e constituídas por já-ditos, por dizeres anteriores produzidos sobre/para estes.

Já a memória metálica, segundo o que Orlandi (idem) nos aponta, é a memória produzida pelas novas tecnologias de linguagem, através da mídia. Sobre essa noção, interessa-me pensar sobre o que as novas tecnologias possibilitam para a questão da significação do corpo-e-sujeito na sua relação com o sexo, gênero e sexualidade. Penso na expansão e dispersão dos gêneros/ identidades como efeitos que tem uma estreita ligação também com o digital, como parte de um conjunto de elementos constitutivos da chamada “sociedade da informação”.

Em relação à memória institucionalizada, a que pretendo me deter um pouco mais neste momento, também chamada de arquivo, é aquela memória que, segundo Orlandi (idem), não é esquecida, ficando gravada, arquivada e repetida pelas diversas instituições que compõem a nossa sociedade capitalista.

²⁴ PÊCHEUX, M. *Les Vérités de la Palice*. Paris: Maspero, 1975.

Segundo a autora,

(...) a memória institucional ou a que chamo de memória de arquivo ou simplesmente o arquivo, é aquela que não se esquece, ou seja, a que as Instituições (Escola, Museu, políticas públicas, rituais, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado, através dos discursos disponíveis, à mão, e que mantém os sujeitos em certa circularidade. (ORLANDI, 2010: 9)

Diante disso, pode-se tomar, a exemplo do funcionamento discursivo do arquivo, o dizer institucional sobre corpo-e-sujeito, uma vez que este dizer é composto por um conjunto de textos relativos às possibilidades de significação para corpo-e-sujeito. Nessa mesma direção, Nunes (2008), nos aponta que as práticas institucionais e as práticas de arquivo realizam, ambas, um trabalho de interpretação que tende a direcionar os sentidos, estabelecendo, dessa forma, uma temporalidade ao mesmo tempo em que produz uma memória estabilizada.

De acordo com o autor (idem),

Pensar a documentação no campo das ciências da linguagem nos leva a interrogar o modo como a própria noção de ciência se apresenta nas práticas documentais. Que concepções científicas, que teorias, que conceitos, que objetos, que métodos estão em jogo na prática documental? Como o discurso do documentador recorta esses elementos, como ele os seleciona, os classifica, os descreve, os relata em uma temporalidade? O que se repete e o que se apaga nesse trabalho? Enfim, como a ciência é documentada, arquivada, institucionalizada, como ela é significada nos textos documentais e na história? (NUNES, 2008: 83)

Em seu estudo, Nunes (idem), ao buscar compreender o funcionamento do discurso documental enquanto arquivo, propõe retomar as instâncias que constituem a análise de um processo discursivo situando seus estudos no campo teórico da Análise de Discurso.

Assim, retomando Orlandi (2001)²⁵, Nunes (idem: 86) aponta que todo discurso pode ser analisado em três instâncias, a saber: a constituição, a formulação e a circulação. Quanto à constituição do discurso, esta se dá “a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo”. Dessa forma, a constituição diz respeito à dimensão vertical do discurso, no momento em que um enunciado se relaciona a uma determinada rede de formulações, tratando-se, dessa maneira, de um espaço (interdiscurso) em que se organiza tanto a repetição quanto a formação dos elementos constituintes do discurso. Espaço este, o interdiscurso, que é sujeito ao esquecimento, ao apagamento, mas

²⁵ _____. (Org.). História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes ; Cáceres: Unemat, 2001.

também à repetição por ser um lugar onde se localiza, por exemplo, a memória documental, pensada por Nunes (idem: 86) como um “espaço estratificado de formulações”.

No que diz respeito à segunda instância, Nunes (idem) nos traz que a formulação (intradiscurso) é determinada pelo interdiscurso que a atravessa e a constitui. De acordo com o autor (idem: 86), a formulação é considerada na dimensão horizontal do discurso e nela, “instaura-se o texto, na contradição entre uma determinação externa (interdiscurso) e uma determinação fonte (a de determinar o que diz). Se a formulação é constituída pela memória, ela é também atualização dessa memória.”. Aqui, segundo Nunes (idem), há a instauração do texto documental através de seu efeito de unidade, linearidade e completude.

Sobre a terceira instância, a circulação, Nunes (idem) coloca que esta se refere aos percursos dos dizeres. Tais percursos que constituem a circulação, nunca neutros, se dão em situações e conjunturas determinadas. Dessa maneira, pensando o discurso documental em nível de circulação, o autor nos explica que há diversas formas da sua distribuição, considerando, assim

“[...] os meios técnicos (manuscritos, impressos, texto eletrônico), os discursos de divulgação (institucionais, acadêmicos, mediáticos), as publicações, os periódicos, os congressos, enfim, tudo aquilo que faz o texto circular ou não circular (preservação, acesso restrito, desconhecimento etc.). O trabalho documental está diretamente relacionado aos modos de circulação do conhecimento, na medida em que lida com as condições de realização e de divulgação das ciências.” (NUNES, 2008: 87)

De acordo com o que foi apontado por Nunes (idem), o presente estudo não objetiva tratar de forma separada nenhuma das instâncias que constituem a análise do processo discursivo, mas, sim, propõe trabalhar a constituição, a formulação e a circulação de forma conjunta.

Diante disso, conforme nos mostra Nunes (idem), podemos dizer, já de início, que, ao nomear, datar e selecionar objetos e conteúdos, o texto documental traça seus percursos, estabilizando sentidos. Tal processo de estabilização, de acordo com o autor (idem: 84), não se dá de maneira neutra, uma vez que “[...] as compilações, com suas listagens e descrições, já “balizam” os dados, produzindo lugares de interpretação sobre o objeto documentado”.

Dessa forma, vemos que a seleção, a classificação, a descrição e a reprodução do arquivo são realizadas a partir de uma determinada posição e, por isso, suas compilações deixam outros sentidos de fora. Assim, pensar a memória de arquivo pressupõe levar em consideração os percursos que constituem o discurso, no caso, o documental, bem como o jogo de forças que sustenta as práticas institucionais.

2.1 O Discurso Médico e Jurídico na constituição/significação do corpo-e-sujeito transexual

Ao refletirmos sobre o processo de constituição e de significação do corpo-e-sujeito transexual pelo discurso médico e jurídico, tomados aqui em seu funcionamento enquanto arquivo, nos faz questionar, tal como nos ensina Nunes (idem), o modo como a noção de sexo e gênero, em nosso caso de análise, se apresenta em práticas documentais. Mais do que isso, o modo como corpo-e-sujeito é inscrito em tais práticas discursivas. Quais teorias, conceitos e métodos estão em jogo quando há a constituição/formulação/circulação de textos documentais que, advindos de instituições de poder, legitimam um saber sobre corpo-e-sujeito, no caso, transexual? Podemos questionar: como o discurso de um médico/advogado/juiz recorta e seleciona tais elementos, classificando-os, descrevendo-os em uma dada temporalidade? E, ainda, como o corpo-e-sujeito transexual é significado a partir do discurso médico e jurídico através daquilo que é documentado, arquivado, institucionalizado? Quais os sentidos para corpo-e-sujeito transexual se estabilizam nas práticas discursivas institucionais acima citadas?

Para abordarmos tais questões nos recortes que trago para análise, antes, contudo, precisamos compreender que o sujeito transexual, de maneira geral, busca ressignificar a si e a seu corpo de acordo com o gênero com o qual se identifica. E essa ressignificação pode ir desde a usar roupas tidas como aquelas “pertencentes” culturalmente a tal gênero como também recorrer a tratamentos hormonais, procedimentos cirúrgicos (transgenitalização) e judiciais para a retificação do nome e sexo informados na certidão de nascimento e em demais documentos. Isso não significa que todos os/as transexuais passem pelo mesmo caminho e/ou manifestem a transexualidade da mesma forma. Tanto é assim que temos transexuais que não apresentam interesse ou vontade de recorrer a recursos cirúrgicos e/ou a modificação do nome/sexo no registro civil.

No entanto, independente da forma como o sujeito transexual manifeste a sua identidade de gênero, tal sujeito é dito, ou melhor, diagnosticado pela Classificação Internacional de Doenças, através do chamado CID 10, a saber:

Classificação Internacional de Doenças - CID 10
F64 - Transtornos da identidade sexual
F64.0 – Transexualismo

F64.1 - Travestismo bivalente
F64.2 - Transtorno de identidade sexual na infância
F64.8 - Outros transtornos da identidade sexual
F64.9 - Transtorno não especificado da identidade sexual

Disponível em: <http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f64/transtornos-da-identidade-sexual> Acesso em 20/02/2017

CID 10 F 64.0 – Transexualismo

Nota: Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

Todos da categoria F

Categoria: Transtornos da identidade sexual [F64]

Grupo: F60-F69 - Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto

Capítulo: Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais

Disponível em: <http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f649/transtorno-nao-especificado-da-identidade-sexual>
Acesso em 20/02/2017

Interessante observar que, embora a partir de 2012, a American Psychiatric Association (APA) através do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5) tenha aprovado o novo manual que não mais trata da transexualidade como transtorno ou distúrbio, no Brasil ainda vigora, através do CID 10, o conceito de transexualidade como transtorno de identidade sexual, sendo este diagnóstico responsável pelo direito à terapia hormonal e à transgenitalização pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Ou seja, no Brasil, o sujeito transexual para recorrer ao processo de transgenitalização de forma gratuita deve, primeiramente, ser diagnosticado como transtorno de identidade sexual (CID 10 F 64). Assim, para tal área legal, a da Saúde, o sujeito transexual é significado enquanto um sujeito que sofre transtornos mentais. Tal inscrição do sujeito trans pela Saúde nos aponta que não existe a transexualidade fora de uma consideração patológica; como se não houvesse a possibilidade do sujeito não fazer dizer o corpo e a identidade de gênero por outro viés além do normativo. Mesmo que existam outros documentos legais que não signifiquem o sujeito transexual enquanto um sujeito transtornado, como mencionei acima, o dizer do CID 10 ainda funciona como norma que classifica os tipos de doenças, transtornos e demais procedimentos clínicos frente ao SUS.

Dessa maneira, para poder recorrer à transgenitalização, o sujeito trans só a tem enquanto direito no momento em que é diagnosticado com transtorno mental. Isso nos mostra que aos olhos da área Médica, no Brasil, a transexualidade é considerada um tipo de transtorno mental e que não existe transexualidade fora de uma patologização, ou, pelo menos, fora de um tratamento clínico. Assim, para se ter direito à transgenitalização, ao tratamento com hormônios e demais procedimentos, o sujeito trans deve concordar com o laudo médico que o significa como um sujeito que sofre transtorno de identidade sexual para, então, submeter-se a eles. Temos, então, com os laudos médicos, documentos institucionais que tentam estabilizar o sentido para corpo-e-sujeito por essa via clínica, funcionando enquanto arquivo, enquanto saber que não deve ser esquecido, apagado. Mais do que isso, tal saber pertence a documentos institucionais que são legitimados pelo Estado através do Ministério da Saúde (MS). Não se trata de qualquer instituição social, mas de uma instituição que é braço do Estado. É o Estado, pelo MS dizendo “se o sujeito é trans, ele sofre de transtorno mental”.

É oportuno dizer que há muitos debates que emperram a saída deste conceito de transexualidade do CID 10, ou que lutam para que o SUS continue a seguir tal classificação. Isso remete ao fato de que após o termo transexualidade deixar de ser significado pelo transtorno de identidade sexual, o sujeito trans não tenha mais o direito de recorrer gratuitamente à transgenitalização pelo SUS, uma vez que não mais se tratará de algo da ordem clínica ou que necessite tratamento aos olhos da área médica, da saúde. Tendo em vista que o valor da cirurgia é elevado, muitos transexuais ainda se submetem aos laudos de transtorno de identidade sexual para poder obter a redesignação de sexo de forma gratuita. Vale lembrar que tal procedimento não inclui apenas a cirurgia, mas também acompanhamento anterior e posterior a esta com psiquiatras e psicólogos, endocrinologistas e angiologistas, cardiologistas, urologistas/ginecologistas, nutricionistas e demais profissionais da área da saúde para que uma junta médica inspecione, prescreva, oriente e teça os laudos que vão diagnosticar o sujeito trans.

Retomando Foucault (1988), o filósofo nos aponta para as relações entre saber e poder / poder e prazer enquanto elementos que impulsionam as formas de dominação, ficando o controle do sexo, bem como qualquer outro tema de interesse, como produto de uma relação entre saber-prazer-poder. Sobre isso Foucault (idem) nos chama a atenção para o fato de que

O prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e

os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de scandalizar ou de resistir. (FOUCAULT, 1988: 45)

Sobre o que Foucault (idem) nos aponta, podemos observar o poder sendo exercido através do saber advindo pelos diagnósticos, laudos e demais dizeres médicos, como o CID 10, que buscam cercear o sujeito. O SUS, no caso em questão, através de uma junta médica, expõe o corpo-e-sujeito travesti e trans a dizeres sobre a sua significação outra demonstrando um saber sobre parte da população que escapa a ela mesma. Vemos, então, um dizer médico, científico, legitimado pelo Estado, que demonstra saber e poder sobre os “desvios” e/ou “transtornos” de um determinado grupo de cidadãos, grupo este que deve ser apontado, marcado, diagnosticado.

Dessa forma, há regras que o poder, no caso o Estado, impõe ao sexo, à sexualidade e ao gênero que funcionam enquanto formas de dominação, sendo essas regras aplicadas pelos seus aparelhos ideológicos, conforme nos mostra Althusser (1970). Aqui, o jurídico se faz presente, assim como veremos, nas próximas seções desse capítulo, na manifestação do saber-poder sobre corpo-e-sujeito acerca da sexualidade. Essa e outras esferas de poder, cada qual a seu modo, executam estratégias de dominação sobre o sexo aumentando significativamente sua repercussão – ou melhor, a repercussão que tais aparelhos ideológicos pretendem dar. Com isso, não raro, os consultórios médicos, os documentos obrigatórios, entre outros, trazem consigo a obrigatoriedade de se posicionar quanto à sexualidade, tornando público aquilo que é da ordem do privado, íntimo.

Dessa maneira, embora o processo de transgenitalização ofereça uma parte do processo de ressignificação do corpo-e-sujeito trans, no que diz respeito a sua identidade de gênero condizente ao corpo físico, esse procedimento ainda não será suficiente para que legalmente o outro o reconheça como tal. O fato do sujeito trans dizer-se “mulher-trans” ou “homem-trans”, por exemplo, tendo ou não passado pela cirurgia, não mudará o fato fundamental existente: o nome e o gênero em seus documentos que não condizem com a significação desejada.

Mesmo diante do Decreto nº 8727 de 28 de abril de 2016 que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e

transexuais”²⁶, o sujeito trans ou travesti, em diversas situações, deverá apresentar a carteira de identidade e/ou identificar um gênero em um formulário, por exemplo, como mostrarei no capítulo seguinte. Seja em uma blitz policial, no cadastro em banco, ao prestar um concurso público etc, o sujeito transexual, não raro, se deparará com o nome e o gênero que não o significam, trazendo constrangimento e o expondo frente aos demais.

Interessante observar que, nesse ponto a que chegamos, encontramos uma incoerência sem tamanho. Ao ser diagnosticado transexual, o sujeito trans tem direito de passar pelo tratamento hormonal e pela redesignação de gênero. No entanto, essa modificação não aparece em seus documentos legais, não é automática. Isso quer dizer que, por um lado, o Estado legitima a existência do sujeito transexual – mesmo que pela consideração de um transtorno - a ponto de oferecer a ele as alterações físicas que correspondam ao ideal de gênero normativo desejado (características ditas “femininas” ou “masculinas”). Por outro lado, essa mesma instituição de poder, o Estado, barra o sujeito trans quando este além de ressignificar o corpo, quer modificar seus documentos para que corpo/sujeito/cidadão coincidam. No entanto, o fato de o Estado reconhecer o sujeito trans pela área da Saúde não significa que outros órgãos do mesmo Estado, como o jurídico, também o façam.

Assim, após obter o laudo médico que traz o diagnóstico de transexual, o sujeito trans, cirurgiado ou não, deve recorrer ao sistema jurídico para pedir a retificação de nome e de gênero em seus documentos, sendo o principal documento a certidão de nascimento. Nesse documento, além do nome, o gênero aparece em destaque – o que não acontece na cédula de identidade ou no título de eleitor, por exemplo.

Dessa forma, para conseguir as modificações necessárias, condizentes à sua identidade de gênero, o sujeito transexual deve procurar um advogado e lhe apresentar todas as provas possíveis a fim de convencer promotores e juízes que a retificação de nome e gênero se fazem fundamentais para que a integridade do cidadão seja resguardada.

Ao pesquisar sobre os tipos de petições para a retificação de nome e gênero para transexuais, pude observar a recorrência estrutural argumentativa utilizada pelos advogados. Nas petições disponíveis na internet constam, como de praxe, mais ou menos com a mesma ordem, as seguintes seções: “Dos Fatos”, “Do Direito” e “Do Pedido”. Tem-se, com isso, a constituição, a formulação e circulação de novos arquivos sobre corpo-e-sujeito em

²⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm

funcionamento. Agora, além dos arquivos advindos da Saúde, que significam o sujeito trans pelo transtorno de identidade sexual, temos os arquivos do Estado significando corpo-e-sujeito trans pela via do Jurídico.

Diante dessas petições que constituem os arquivos sobre corpo-e-sujeito, podemos observar que na primeira seção, “Dos fatos”, o advogado apresenta ao juiz toda a problemática que o sujeito transexual em questão vivenciou desde a infância até o que vivencia em dias atuais. Há um esforço do advogado em colocar em palavras todos os traumas e situações vexaminosas que seu/sua cliente sofreu. Este esforço pode ser percebido, ainda, ao tentar justificar as condutas do/da requerente sempre de acordo com estereótipos do gênero a que se identifica, como no exemplo abaixo em que a requerente é uma mulher trans:

(...) “Ainda pequena a Requerente se recusava a participar das atividades socialmente consideradas como sendo masculinas e preferia as brincadeiras com bonecas. Seu comportamento, modos e gostos se adequavam, desde muito nova, ao que se considera ser compatível com a identidade do gênero feminina. Por essa razão a Requerente descreve suas experiências na escola como sendo terríveis uma vez que os cenários e os contextos sociais em que ela era inserida a obrigava constantemente a enfrentar chacotas e agressões de seus colegas.

(...)

Ainda nova iniciou o processo de transformação para adequar seu corpo a forma como se compreendia, assim com o intuito de feminizar-se, fez uso de silicone. Aos 19 anos seu pai obrigou-a a parar de continuar seu processo de transformação. Após agredi-la, a Requerente não viu outra alternativa a não ser deixar sua casa e sua família para poder viver quem realmente era.

(...)

Deve-se ter claro que a identidade de gênero da Requerente é formada por sua auto identificação e evidenciada por uma rede de atitudes, gostos, modos como se entende, vestimentas e constituição de laços sociais. A estabilidade dessa identidade é de mesma ordem da estabilidade de identidade de qualquer pessoa: desde criança a Autora se reconhece como sendo mulher assim como qualquer outra mulher que assim se reconheça.

Portanto, a presente demanda não trata de um mero “desejo passageiro” de se tornar mulher. Ao contrário, **a feminilidade da autora é um sentimento de gênero estável e duradouro, inerente a sua própria existência (...)**²⁷

²⁷ JURISDIÇÃO. Fórum João Mendes Júnior, 2ª Vara de Registros Públicos, São Paulo. Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome. Processo 1096231-44.2015.8.26.0100. Nome - A.M.M. ADV: BRUNO FRULLANI LOPES (OAB 300051/SP), MARIA LIMA MACIEL (OAB 71441/SP). 10/02/2016 do TJSP. fls. 2 e 3.. Pelo fato da referida petição correr em segredo, o documento todo não se encontra na íntegra, sendo disponibilizada apenas a seção “Dos Fatos”, as folhas (fls) 2 e 3. (grifos do autor). Disponível em: <http://esaj.tjsp.jus.br/esaj> Acesso em: 20/02/2017

Com esse discurso, ao buscar justificar a necessidade de sua cliente, o advogado tenta demonstrar o que é ser uma mulher trans e/ou o que é pertencer ao gênero feminino - brincar de bonecas, rejeitar o que se estabelece enquanto atividades masculinas, ter seios/quadril - de forma que a requerente se reconheça, por essas identificações, enquanto mulher. Nesse dizer, para se significar enquanto sujeito mulher, os sujeitos, sem exceção, devem praticar os mesmos atos ou ter os mesmos quesitos acima descritos – isto é, há uma normatividade funcionando. O que nos leva a pensar que, do contrário, a requerente trans teria menos chance de convencer o juiz sobre sua identidade de gênero se caso na infância brincasse com carrinho, na adolescência não trouxesse no corpo seios/quadril ou, ainda, participasse de todas as atividades independente de reconhecer como algo próprio do menino ou da menina - e ainda assim se dissesse uma mulher.

Vemos, nesse caso, que, no discurso jurídico, funciona um dizer que fecha corpo-e-sujeito a estereótipos de gênero e que para buscar convencer um juiz sobre a identidade de gênero de um sujeito trans, deve-se, antes de mais nada, reafirmar esses estereótipos. Assim, para provar ser mulher, o sujeito trans deve se submeter ao que o jurídico entende enquanto conduta/aparência de tal gênero - mesmo que nem todas as mulheres brinquem de boneca, tenham seios/quadril e se excluam de atividades ditas “para meninos”. Nesses documentos oficiais, o arquivo que se forma sobre o sujeito mulher trans é o de que para se obter reconhecimento, deve-se apresentar o estereótipo feminino a fim de se fazer compreender frente ao jurídico enquanto mulher. Para esta esfera de poder, não basta se dizer mulher - ser mulher, ali, é atuar sob um pacote fechado de características e atitudes que extrapolam a individualidade do sujeito.

Além de narrar sobre os fatos vivenciados pela transexual, acompanham essa seção da petição, anexos contendo um extenso número de documentos comprobatórios dos argumentos citados. Esses documentos, no caso acima, são compostos por cinco depoimentos de pessoas amigas da Requerente que atestam sua feminilidade e o uso constante de seu nome social; e mais quatro laudos médicos que atestam a sua transexualidade, ressaltando o laudo psicológico que traz as “evidências” necessárias que corroboram com a pertinência em se adequar os registros civis da requerente a sua identidade de gênero. De acordo com a petição em análise, “Afirma o laudo que tal adequação contribuirá substancialmente para a diminuição do sofrimento psíquico e sua consequente melhora de vida” (fls. 3).

Ainda, outros documentos anexos a essa petição constam que a requerente já utiliza o nome social em diversas instituições, como consta na sua carteirinha do SUS, mas, no entanto, outros documentos com o nome social, referentes a outras instituições, ainda lhe são negados, como o seu uso nos cartões de banco:

(...)

“Uma experiência recorrente de constrangimento acontece quando a Autora precisa ir ao Banco. Muitos atendentes duvidam que o RG da Autora de fato seja dela em decorrência do prenome masculino que consta no documento. Assim, a Autora precisa desnecessariamente explicar toda a sua vida uma vez que sente que a sua identidade está sendo desacreditada. Quando finalmente esses atendentes se convencem de que o RG pertence à Requerente, passam a chama-la pelo nome masculino que consta em seu registro.” Processo 1096231-44.2015.8.26.0100 fls. 3

Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj> Acesso em: 20/02/2016

No que diz respeito à segunda seção, “Do Direito”, vemos em diversas petições os argumentos retirados da Lei 6.015/73 que permite a qualquer sujeito a alteração do prenome no registro mediante audiência do Ministério Público e sentença favorável do Juiz. Além dessa Lei, a Constituição Federal é citada no que diz respeito à dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III) e a promoção do bem de todos os cidadãos sem que haja preconceitos de sexo ou qualquer outra forma de discriminação (inciso IV). Ainda, outras Leis são citadas, bem como sentenças já proferidas a favor de requerentes que desejam a alteração do nome e do sexo, como vemos em outro exemplo abaixo:

REGISTRO CIVIL. Retificação Transexual submetido à cirurgia de redesignação sexual. **Alteração do prenome e designativo de sexo. Possibilidade. Princípio da dignidade da pessoa humana. Alteração do registro civil, de modo a refletir a verdade real vivenciada pelo transexual e que se reflete na sociedade.** Ação procedente Ratificação dos fundamentos da sentença (art. 252, do RITJSP/2009) Recurso desprovido. (AP. 9069885-07.2007.8.26.0000, Rel. Luiz Antônio de Godoy 1º Câ, J. 10.01.2012, DJ 11.01.2012)²⁸

Diante dessa sentença, gostaria de compreender quais efeitos de sentidos circundam a expressão “verdade real” que, de acordo com o Juiz, é vivenciada pelo transexual em questão. Haveria, no discurso jurídico, uma “verdade irreal”? Ou outro tipo de verdade que não fosse designada enquanto real? No caso, qual seria? Mais abaixo, voltaremos a essa questão.

²⁸ BUNCHRAFT, Maria Eugenia. A Jurisprudência Brasileira da Transexualidade: uma reflexão à luz de Dworkin. Sequência (Florianópolis), n. 67, p. 277-308, dez. 2013 p. 283 In: <http://www.scielo.br/pdf/seq/n67/11.pdf> (grifos do autor)

Na seção que se refere ao “Pedido”, são pontuados os pedidos da/do requerente frente ao Ministério Público que pode ser apenas em relação ao nome, como também, mais comumente, em relação ao nome e ao gênero, como no exemplo abaixo em que o requerente é um homem trans:

Requer o Autor A.J.H.A.S, através da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pelo seu Órgão de Execução da DEFENSORIA PÚBLICA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, REGISTROS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE DE VILA VELHA, o seguinte:

O acolhimento integral da presente Ação, para que o Autor passe a se chamar T.P.H.A.S., procedendo-se à retificação de seu Registro Civil, inclusive retificando-o para o SEXO MASCULINO, expedindo-se os competentes mandados ao CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS.²⁹

Diante da exigência de tal procedimento jurídico para que haja a retificação do registro civil, o sujeito transexual, de posse de um advogado/defensor público, deve apresentar o referido dossiê a um juiz de primeira instância. A este caberá a leitura do processo e, antes de proferir a sentença, poderá duvidar dos laudos apresentados e não apenas intimar os amigos do/da requerente para confirmar os depoimentos, mas também exigir que o sujeito trans passe por uma junta pericial autorizada pelo Ministério Público, geralmente composta por um médico e um psicólogo. Além disso, a sentença, em muitas das vezes, dependerá de como determinado juiz vai considerar procedente ou não a retificação do gênero, independente do sujeito trans ter feito ou não a cirurgia de transgenitalização.

Dessa maneira, tais circunstâncias podem nos levar a compreender que todo o processo vivenciado pelo sujeito transexual no SUS para que este tenha o direito de recorrer gratuitamente ao tratamento hormonal e até mesmo a transgenitalização, diante do jurídico, não raro, pode não ter valor legal. O juiz poderá julgar insuficiente os dizeres dos médicos (os mesmos dizeres que, em outra instância, a da Saúde, foram suficientes para o diagnóstico, laudos e tratamentos) a ponto de pedir para que o sujeito trans passe por nova perícia. Ainda, se o laudo da perícia não for conclusivo, caberá ao juiz decidir qual sujeito deve (e porque deve) ter direito à retificação do nome e do sexo.

Sobre isso, podemos citar Foucault (1988) no momento em que fala que

O poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime

²⁹ AMARAL, Carlos Eduardo Rios do. Ação de retificação de Registro Civil c/c retificação de gênero com pedido de liminar de tutela antecipatória. Conteudo Juridico, Brasília - DF: 09 ago. 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=8648.54170&seo=1>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

binário: lícito e ilícito, permitido e proibido. Em seguida, que o poder prescreve ao sexo uma “ordem” que funciona, ao mesmo tempo, como forma de inteligibilidade: o sexo se decifra a partir de sua relação com a lei. E, enfim, que o poder age pronunciando a regra: o domínio do poder sobre o sexo seria efetuado através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito. Ele fala e faz-se a regra. A forma pura do poder se encontraria na função do legislador; e seu modo de ação com respeito ao sexo seria jurídico-discursivo. (FOUCAULT, 1988: 81)

De acordo com o que nos traz Foucault (idem), vejamos a sentença abaixo:

Apelação cível. Retificação de registro. Transexual não submetido à cirurgia de mudança de sexo. Sentença que determinou a alteração do nome do autor em seu registro, mas indeferiu a mudança de sexo. Recurso que pretende a alteração do gênero biológico constante no registro de masculino para feminino- impossibilidade-descompasso entre a verdade real e a verdade registral. Princípio da segurança jurídica. Sentença mantida. Recurso conhecido e improvido. À unanimidade. (TJSE, AC 2013223538, Ac. 161/2014, 1ª C. Cív., Rel. Des. Ruy Pinheiro da Silva, j. 13/01/2014)

Disponível em: <http://direitohomoafetivo.com.br/jurisprudencia.php?a=26&s=30> Acesso em: 20/02/2016

Nesse exemplo acima, podemos observar que a sentença dada pelo juiz foi favorável apenas à retificação do nome em registro civil, indeferindo, assim, o pedido para a retificação do gênero em tal documento. Ali, o motivo que fez o juiz ir contra o pedido de alteração de gênero é justificado pelo fato da transexual não ter se submetido, ainda, à transgenitalização. Tal argumento é acompanhado, novamente, pela expressão “verdade real” - embora agora, esta apareça em desacordo a uma “verdade registral”. Podemos compreender, então, que a “verdade real” é, nesse caso, aquela que conjuga sexo e gênero fazendo a correspondência vagina=feminino / pênis=masculino. Como aqui a trans não realizou a transgenitalização, logo o seu corpo por obter um pênis, conforme a sentença, não pode ser considerado feminino, uma vez que haveria “descompasso” à “verdade registral”, aquela verificada pelo registro de nascimento no campo “sexo”. Dessa forma, para que a “verdade real” esteja em acordo com a “verdade registral”, o sujeito mulher trans deve apresentar, nos autos do processo, uma vagina. Do contrário, a presença do pênis o impossibilita de alterar o gênero em seu registro.

Assim, tal sentença toma como base a designação de gênero pelo biológico-anatômico, considerando-os decisivos e até superiores aos laudos de psicólogos que atestam a transexualidade. Vemos, nesse caso, que o dizer científico do século XIX que separa os sujeitos pela diferença, pela anatomia/biologia, conforme aponte com Laqueur (2001) no

primeiro capítulo, ainda encontra lugar na sociedade brasileira do século XXI. Tal dizer, não raro, não apenas repercute, mas mais do que isso, sentencia a significação do corpo-e-sujeito trans que, diante dessa decisão jurídica, tem a sua significação enquanto mulher trans negada.³⁰

No caso da sentença anterior, em que a expressão “verdade real” aparece, não nos é informado se o transexual realizou o processo de transgenitalização, mas comparando com esse último, por obter a sentença favorável a retificação de nome e gênero, em uma interpretação possível, pode nos levar a pensar que, se foi favorável, logo o sujeito trans em questão apresentou, em seu corpo, um pênis.

No entanto, essa ideia que nos leva a crer que o jurídico apenas reconhece enquanto mulher a trans que passou pela transgenitalização, nem sempre procede. Tal questão vai depender do juiz que decide o caso. Isso quer dizer que nem todos os juízes concordam com o fato de que só terá direito à retificação de gênero aquele sujeito que passou por cirurgia.

Nesse momento, faz-se importante abordar o que a antropóloga Lima (2015) nos apresenta em sua dissertação de mestrado que trata sobre as decisões judiciais nos processos de retificação de gênero em documentos dos sujeitos transexuais brasileiros. De acordo com a autora (*idem*),

Na tessitura discursiva dos fundamentos que sustentam a decisão, julgadores/as mobilizam regras, regulamentos técnicos, valores e princípios de formas distintas, atribuindo-lhes significados distintos; o exercício de aparente subsunção imediata do fato à norma se dá contínua e repetidamente, como se óbvio e mecânico e a intencionalidade do escrito fosse clara – no entanto, um olhar detido revela descontinuidades, capilaridades entre a regra escrita e as interpretações dos/as magistrados/as. [...] não se trata de apenas acionar e aplicar princípios e leis; o processo decisório de um tema que carece de regras específicas envolve, em maior escala do que o usual, apelo a linguagens, categorias, classificações e referenciais extralegais – que também são arregimentados e reiteradamente reelaborados, instituindo uma economia de sentidos em constante tensão sob a aparência de verdade, imparcialidade e fixidez usual a discursos não só de representantes do Poder Judiciário mas de aparatos estatais de modo geral. (LIMA: 2015: 02)

³⁰ Sobre esse ponto, cito o trabalho de LIMA (2015) que, em sua dissertação, abordou e discutiu o caso jurídico intitulado Vitor/Vitória. Tal caso, segundo a autora, trouxe inúmeras discussões jurídicas. Após o advogado da requerente apresentar a petição acompanhada de todos os laudos cabíveis, o juiz pediu para que ela passasse pela perícia médica indicada pela justiça. Tal perícia, composta por um médico e por uma psicóloga não trouxe solução, pois apesar da psicóloga apontar, através de narrativa detalhada, o pertencimento da requerente ao gênero feminino, no laudo médico, embora fragmentado, constava que, mesmo tendo passado pela transgenitalização, se tratava de um homem por apresentar o fenótipo XY. Após inúmeras divergências entre juízes e promotores, Vitória perdeu, em primeira instância, o direito de modificar o gênero no registro civil. No entanto, seu advogado recorreu da sentença e, em segunda instância, embora não por unanimidade, conseguiu o direito de alterar para feminino o seu sexo.

É aí, na contradição, no político do discurso jurídico que o sujeito trans encontra outras possibilidades de se significar. E é aí que outros sentidos vão sendo constituídos, formulados e divulgados, fazendo funcionar, enquanto arquivo, sentidos outros para a significação do corpo-e-sujeito trans.

Como exemplo do que estou dizendo, trago uma notícia jornalística sobre o caso de um juiz, em São Paulo, que autorizou a retificação de gênero para um homem trans que ainda não havia passado pela transgenitalização. Ainda, está presente parte de sua sentença que demonstra que a retificação do registro civil não tem ligação direta com a realização da transgenitalização. Além disso, o advogado que defendeu a causa coloca que esses casos ainda deixam muitos magistrados em dúvida, mesmo diante de laudos e demais provas que justifiquem a transexualidade:

Transexual que não fez cirurgia consegue decisão para alterar gênero no registro

04/10/2016 17h02 São Paulo

Flavia Albuquerque – Repórter da Agência Brasil

A 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) determinou a alteração de gênero no registro civil sem a necessidade de cirurgia modificadora para uma pessoa nascida com o sexo biológico feminino, mas que se identifica psicologicamente e socialmente com o sexo masculino. O pedido foi feito por transexual que afirma se identificar com o sexo masculino desde a infância.

De acordo com o TJSP, um laudo psicológico elaborado pelo Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo atesta transtorno de identidade sexual. Parentes e amigos confirmam a identificação social como homem. “Ele já ajuizou ação, que foi julgada procedente, para alterar seu nome e argumenta que sem a retificação do sexo continuará a sofrer discriminação devido à disparidade entre sua imagem social e seus documentos. Tanto o Ministério Público como a Procuradoria Geral da Justiça se manifestaram pelo acolhimento do recurso”, diz o TJSP.

Segundo o relator, o desembargador J.B. Paula Lima, a retificação no registro civil não é vinculada à realização de cirurgia de transgenitalização, pois isso postergaria o exercício do direito à identidade pessoal, tiraria do apelante a prerrogativa de adequar o registro do sexo civil à sua condição psicossocial e violaria o princípio constitucional da dignidade da pessoa. “Diante de tais circunstâncias, o acolhimento do pedido é medida que se impõe, havendo motivo suficiente para autorizar a retificação do sexo civil.”

O coordenador do Núcleo de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Erik Saddi Arnesen, explicou que essa não foi a primeira vez que a Justiça de São Paulo toma esse tipo de decisão. “Nós estamos construindo no

meio jurídico esse reconhecimento de um direito de personalidade das pessoas transexuais que é o direito ao nome. Todas as teorias mais avançadas sobre o assunto já trazem isso como algo que vem de uma auto identificação, algo que vem da pessoa para fora”, disse.

Segundo ele, todas as decisões caminham no sentido da superação do critério exclusivamente biológico. “Nós caminhamos com as decisões judiciais de forma muito mais rápida do que a lei. A quantidade de leis sobre o tema ainda é muito pequena comparada com a quantidade de decisões judiciais que temos.”

Arnesen explicou que a Lei de Alteração de Registro data de 1973 e não tem dispositivos que abarquem a realidade de transexuais. “Decisões como essas são precedentes que servem como elemento de convencimento e difusão de conceitos. Nos estimula a continuar com essa demanda e tocando essas ações e estimula outros juízes a repetirem esse entendimento”.

Na avaliação do defensor público, a decisão é importante porque dá mais liberdade à pessoa e prioriza a dignidade daqueles que não querem se submeter a um procedimento cirúrgico para ter reconhecido um direito fundamental como o nome. “Ainda temos diversos juízes que são reticentes em alterar o gênero no registro sem que haja a cirurgia. Isso é complicado porque a transexualidade não é algo objetivo. Há pessoas que se entendem como transexuais, mas têm medo ou não têm vontade de realizar todas as cirurgias, porque é tudo muito complicado e invasivo.”

Edição: Lílian Beraldo

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-10/transexual-que-nao-fez-cirurgia-consegue-decisao-para-alterar> Acesso em: 20/02/2017

Diante da divisão de sentidos observados nas sentenças judiciais, podemos observar que o arquivo em funcionamento sobre corpo-e-sujeito presente nesses documentos institucionais é constituído pela contradição, pela falha, pelo equívoco. De um lado, temos juízes que consideram o sujeito trans a partir do biológico-anatômico, dando-lhe o direito de retificar o gênero no registro civil se este tiver realizado a cirurgia denominada transgenitalização. Por outro, temos magistrados, como no exemplo acima, que concordam que os laudos médicos e demais documentos comprobatórios da transexualidade são por si suficientes para retificar o gênero, independentemente do sujeito trans ter feito ou não a referida cirurgia. Embora ambas as posições jurídicas considerem o sujeito trans pela via do transtorno mental a que seriam vítimas³¹, ambas demonstram a fuga, o deslocamento de sentido para corpo-e-sujeito e a possibilidade de se fazer dizer para além do normativo.

³¹ Sobre a vitimização do sujeito trans aos olhos do jurídico, é interessante trazer o que Lima (2015) nos aponta a esse respeito: “(...) o debate sobre a possibilidade jurídica ou não da retificação de registro civil perpassa não critérios estritamente legais, mas se concentra na avaliação diagnóstica e no sofrimento causado e qualificado pela doença, merecedor de compaixão. Saberes biomédicos, ao indicarem a origem puramente aleatória da

No entanto, observamos uma ruptura ainda maior nesse exemplo de sentença que confere ao sujeito trans que não fez a cirurgia o direito de retificar o gênero em seu documento. Com esse posicionamento, uma parte do judiciário produz arquivos que deslocam o sentido de homem e de mulher para além do biológico-anatômico, demonstrando, pelo discurso jurídico, que a identidade de gênero advém de identificações outras, não estando estas subjugadas pelo corpo de nascença.

Diante disso, é através da ruptura de sentidos, pelo discurso jurídico, no que diz respeito ao normativo para corpo-e-sujeito, que se configura uma significação outra para corpo-e-sujeito outro. Questiono, então, se a referida sentença não representaria no discurso social e político sobre sexualidade e gênero o que Pêcheux (1990a) chama de *acontecimento discursivo*, uma ruptura localizada no “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. De acordo com o autor (idem), o acontecimento discursivo é capaz de desestabilizar a memória do dizer e a memória de arquivo, fundando outros sentidos possíveis.

Pêcheux (idem) nos exemplifica como se dá o acontecimento discursivo a partir do enunciado “on a gagnè” (ganhamos) que foi entoado em coro pelos franceses diante da vitória política de François Mitterrand em 10 de maio de 1981. Tal enunciado, geralmente advindo pela *formação discursiva*³² esportiva, foi deslocado para a formação discursiva do discurso político, constituindo um novo sentido para “on a gagnè” a partir do embate entre essas duas formações discursivas.

Sobre isso, Gallo (2001), ao retomar Pêcheux (1990a), coloca que

Pêcheux, no texto Discurso: estrutura ou acontecimento mostra o acontecimento da constituição de uma nova posição de sujeito a partir do confronto de duas formações discursivas: a F.D. que caracteriza o discurso político, e a F.D. que caracteriza o discurso esportivo, que em confronto, resultam em uma posição sujeito de um ‘discurso político para o povo’, materializada no enunciado on a gagné. (GALLO, 2001: 02)

transexualidade/ismo, isentam a requerente de qualquer “culpa” e tornam sua dor legítima, e o provimento é alcançado não porque é um sujeito de direitos, mas porque é uma vítima da natureza e da patologia – ou, mais acertadamente, torna-se um sujeito de direitos por ser uma vítima da natureza e da patologia. [...] – enquanto a pessoa transexual alcança essa posição eterna e involuntária vítima-doente, outros sujeitos são expulsos do rol de legitimidade porque enquadrados no âmbito do desvio por outro viés não patológico: são os instáveis, inaceitáveis e culpados saudáveis-perversos.”. LIMA (2015: 63)

³² De acordo com Pêcheux (1997), retomando o que mencionei na página 57 dessa tese, pode-se compreender o conceito de formação discursiva como aquilo que, em uma dada formação ideológica posta, já determinada pela luta de classes, vai determinar o que deve e o que não deve ser dito. Tal determinação do dizer, segundo o autor (idem), pode ser articulado de diversas formas, como por exemplo, através de um panfleto, uma exposição, um programa e, no caso em análise, sob forma de lei regulamentadora, como as sentenças jurídicas.

No caso que trago para análise, temos, de um lado a Formação Discursiva advinda da biologia que estabelece o sexo feminino para os sujeitos que nascem com vagina e o sexo masculino para os que nascem com pênis; por outro lado, temos a Formação Discursiva jurídica que, até então, legitimava o dizer da biologia em documentos oficiais como o de registro de nascimento. No entanto, a partir de sentenças como essa em que há o embate entre ambas as Formações Discursivas, o próprio discurso jurídico se reformula em favor de conceder a cidadania ao sujeito transexual. Assim, configura-se o acontecimento discursivo através de uma posição enunciativa jurídica, uma vez que, legalmente, o sujeito trans poderá alterar, nos documentos, o seu sexo de acordo com a sua identidade de gênero, mudando a história da significação do corpo-e-sujeito no cenário brasileiro. De acordo com Zoppi-Fontana (1997: 51), o acontecimento discursivo pode ser entendido como “a emergência de um enunciado ou de uma posição enunciativa novos que reconfiguram o discurso, e através deste participam do processo de produção do real histórico”.

Dessa maneira, pode-se dizer que tal sentença desestabiliza o já dito para corpo-e-sujeito no que diz respeito à sexualidade e ao gênero e, com isso, funda novos sentidos jurídicos para além da norma que dita a correspondência entre sexo biológico e gênero. Nessa perspectiva, poderíamos considerar enquanto ponto de encontro a emergência da legitimação do sujeito transexual na atualidade tocando a memória de arquivo advinda pelo jurídico e pela Medicina/Ciência que, até então, conferia o sexo feminino apenas para pessoas que nasceram com vagina e o sexo masculino apenas para os sujeitos que nasceram com pênis. Assim, diante de tal exemplo, ao apresentar um dossiê constituído por testemunhos, histórico de vida, laudos médicos, corpo-e-sujeito outro conseguem a legitimidade através de um gesto institucional do reconhecimento.

Pode ser percebido, então, que a partir dessa sentença novos sentidos para corpo-e-sujeito se configuram, uma vez que há a possibilidade do sujeito se dizer juridicamente mulher mesmo tendo um pênis ou se dizer homem, em seus documentos, mesmo tendo uma vagina. Questiono, com isso, se o sujeito trans estaria exercendo um papel de desbravador, pois além de desestabilizar os sentidos legitimados pela esfera jurídica, oferecendo subsídios para novos sentidos que passam a funcionar enquanto ordem judicial, tal sujeito atua também, e anteriormente a isso, no campo semântico da ordem simbólica na medida em que faz romper o normativo fundando sentidos outros para o corpo-e-sujeito se fazer dizer.

Assim, é, também, pelo jurídico que é dado ao sujeito trans o direito de significar o corpo e a identidade de gênero, empoderando e legitimando, com tal decisão, uma parcela da sociedade que, não raro, é pertencente à ideologia dominada³³.

Segundo Pêcheux (1995),

[...] O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidas de alguma coisa “de outra ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio. (PÊCHEUX, 1995: 301)

Dessa forma, podemos compreender, em uma interpretação possível que o arquivo em funcionamento para significar corpo-e-sujeito trans, não raro, se dá pela divisão de sentidos. Temos, através do discurso da Saúde, laudos que atestam que o sujeito transexual sofre transtorno de identidade sexual, de um distúrbio da ordem do psicológico. Além disso, tais laudos indicam os possíveis encaminhamentos para esse “transtorno” de identidade sexual. No entanto, esses documentos comprobatórios da transexualidade tem serventia no que se refere à instituição Médica, relativa à área da Saúde, comandada por um dos Ministérios do Estado, e nem sempre serão suficientes e/ou legitimados quando apresentados à instância jurídica. Esta, por sua vez, em diversos momentos, significará o sujeito trans pelo biológico-anatômico consentindo a retificação de nome e gênero apenas para os sujeitos que se submeteram ao processo de transgenitalização. Em contra partida, o mesmo poder judiciário apresenta contradições, uma vez que não há um consenso entre juízes sobre a quem deve ser dado o direito de alterar o gênero no registro civil – transexuais que passaram ou não passaram pela cirurgia de transgenitalização.

As referidas inscrições advindas pelo Estado - tanto pela área da Saúde (através do CID e dos laudos), quanto pelo jurídico (petições e sentenças) – segundo Orlandi (2011), demarcam um território, um espaço histórico, simbólico e geográfico institucionalizado no qual se impõe uma identificação ao sujeito enquanto seu cidadão. A individuação, essa imposição da identificação entre sujeito e nação, de acordo com a autora (idem: 20) aponta para o fato de que “Estado e território estão inextricavelmente articulados na prática, têm seus aparatos e significam seus cidadãos através/com eles”. Assim, mesmo que, por parte do sujeito transexual, não haja identificação entre a transexualidade e o laudo de transtorno

³³ Tal embate entre ideologia dominante e ideologia dominada a que me refiro é conforme nos aponta Pêcheux (1982; 1983a; 1983b), visto no primeiro capítulo.

mental, por exemplo, o sujeito trans é individuado pelo Estado através de uma patologia, significando-o enquanto um sujeito diagnosticado com transtorno mental, independente se tal sujeito concorde ou não com esses sentidos.

É importante observar que ambas as instituições, por se constituírem enquanto partes do Estado, têm seus documentos legitimados por tal instituição máxima de poder e que, portanto, ditam e regem saberes (des)estabilizados, advindos pela memória de arquivo, que individualizam e significam corpo-e-sujeito trans pela patologização, pela vitimização, pelos traumas vivenciados, pela repetição de estereótipos de um determinado sexo, pela cirurgia de transgenitalização, entre outros.

2.2 O dicionário e a (des)estabilização dos sentidos para corpo-e-sujeito

Gostaria de compreender, neste momento, o funcionamento da memória institucionalizada, do arquivo, através do dicionário, aquele conhecido como “pai dos burros” e que carrega consigo o efeito de estabilidade dos sentidos, uma vez que seu objetivo é estabelecer, frente às instituições, as possibilidades de sentido para o uso das palavras. Interessa-me, aqui, observar os sentidos postos para os verbetes ‘travesti’ e ‘transexual’ funcionando enquanto estabilizadores de sentido para a significação corpo-e-sujeito travesti e trans. Ainda, serão trazidos para análise outro tipo de dicionário, o informal, escrito por usuários da internet que, por um lado, não raro, sustentam o dizer advindo pelo dicionário formal e, por outro, o atualiza, desestabilizando os sentidos veiculados pelo dizer institucional.

Dessa maneira, tomo como base o dizer de NUNES (2008: 92) quando parte dos estudos na área da História das Ideias Linguísticas (HIL) articulados à Análise de Discurso, colocando que tais trabalhos em conjunto “levaram a considerar o dicionário como um objeto de análise e como um instrumento lingüístico, ou seja, como um saber científico de natureza prática e técnica”. Segundo o autor (idem), o trabalho de análise dos arquivos produzidos na atualidade permitirá:

[...] compreender os gestos de documentação realizados em certos domínios, conhecer seus objetos, suas finalidades, seus procedimentos, sua relação com os sujeitos, com as instituições, com as idéias lingüísticas. Trará ainda elementos para a realização de documentações lingüísticas que sejam sensíveis ao discurso, à língua e à história. (NUNES, 2008: 98)

Dessa maneira, buscando compreender os sentidos postos para corpo-e-sujeito em tal forma de arquivo, o dicionário, trago o material recortado para análise: os referidos verbetes do dicionário formal de Língua Portuguesa Michaelis. Aqui, interessa-me observar os efeitos dos sentidos estabilizados para corpo-e-sujeito em relação à diversidade de gêneros, constituindo a memória de arquivo que, segundo Orlandi (2003) é aquela que busca fixar, institucionalizar os sentidos que não se deve esquecer.

Sobre o gênero denominado *travesti*, é interessante observar que o referido dicionário não o considera enquanto gênero, marcando a sua significação pela fantasia, pelo disfarce:

Tra.ves.ti: sm (fr travesti) 1 Disfarce sob o traje de outro sexo. **2 por ext.** Disfarce.

Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=travesti>
Acesso em 20/05/2016

Ali, o arquivo que se estabelece sobre determinado corpo-e-sujeito é marcado pela negação do termo *travesti* funcionando enquanto possíveis corpos e sujeitos outros para além do já estabelecido como feminino/mulher e masculino/homem.

No que se refere ao conceito estabelecido sobre corpo-e-sujeito trans, o dicionário busca estabilizar os sentidos advindos da Ciência, mais especificamente, através da área da saúde com a Medicina através do CID 10 que trata a transexualidade como um transtorno de identidade sexual, conforme abordado na primeira seção desse capítulo. Além disso, o termo *transexual* remete à significação do corpo-e-sujeito significando-o pelo processo do corpo biológico submetido a uma espécie de reversão: administração de hormônios e cirurgias para que se possa adquirir características do sexo oposto:

tran.se.xu.al: (cs) adj m+f sm+f (trans+sexo+al³) Med, Psicol 1 Que ou aquele que revela o transexualismo. **2** Que ou aquele que se submeteu a tratamento com hormônios (estrogênio ou testosterona) e procedimento cirúrgico, a fim de adquirir características do sexo oposto. **adj m+f Med, Psicol 1** Relativo a ou próprio do transexualismo. **2** Diz-se de procedimento clínico ou cirúrgico que tem como objetivo alterar os traços sexuais externos de uma pessoa, tornando-os semelhantes aos do sexo oposto.

Disponível: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=transexual>
Acesso em 20/05/2016

Dessa maneira, podemos observar que o dicionário em questão não menciona ou considera a possibilidade do corpo-e-sujeito se inscrever de forma outra para além do feminino e masculino. E mais, por tratar corpos e sujeitos significados pela biologia, tal material legitima um saber que exclui a significação de corpo-e-sujeito para além da

correspondência estabelecida pênis=homem e vagina=mulher, estabilizando na memória de arquivo o fechamento dos sentidos.

Partindo das noções teóricas revisitadas, pode-se compreender que o arquivo, em uma reflexão discursiva, significa uma memória institucionalizada do dizer inscrita na história a partir de relações de poder que determinam aquilo que deve ser arquivado ou apagado. De acordo com Nunes (2008), podemos observar que o referido dicionário, enquanto prática de arquivo, realiza um trabalho de interpretação que direciona os sentidos, produzindo, dessa maneira, uma memória estabilizada para corpo-e-sujeito ao conceituar os termos travesti e transexual.

Assim, podemos perceber o funcionamento da memória de arquivo através do dicionário Michaellis que, em nível de formulação (NUNES, 2008), abrigam determinados conceitos sobre aquilo que deve ser aprendido pelos sujeitos que se inscrevem (e são inscritos) nas/pelas formações discursivas que constituem o universo de escolarização, do conhecimento, do saber. Sobre esse ponto, Orlandi coloca que:

No arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há assim um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não se deve esquecer). Se no interdiscurso fala uma voz sem nome (cf. Courtine), no arquivo fala a voz comum, a de todos (embora dividida). (ORLANDI, 2003 p. 15)

Diante disso, faz-se importante trazer as considerações de Ferreira (2013) ao questionar em seu estudo como a relação entre sujeitos e saberes em diferentes enciclopédias se encontravam, ou não, com a questão das línguas no Brasil. Ferreira (2013: 20) nos apresenta suas observações iniciais sobre a divisão de sentidos produzida quando se estabelece que *algo é saber*, uma vez que, ao se colocar tal posição, esta implica, então, que *algo não é*.

Trazendo estas considerações de Ferreira (idem) para que se possa pensar o conceito de corpo-e-sujeito funcionando do dicionário de língua portuguesa de uso popular, como o Michaellis, faz-se importante colocar que, ao se estabelecer uma forma para se dizer X sobre determinado assunto, logo apagam-se ou negam-se as outras formas de significação. Dessa forma, o dicionário em questão, por exemplo, estabelece conceitos para corpo-e-sujeito legitimando-os como corretos, como aqueles saberes que devem ser sabidos e utilizados. Com isso, tem-se a negação de outros sentidos possíveis de se conceber corpo-e-sujeito, sentidos estes que, por estarem de fora, não são concebidos como algo que se *deve saber*.

Segundo a autora,

As escolas, as instituições universitárias, as enciclopédias, as gramáticas e as publicações especializadas, por exemplo, são lugares privilegiados desta divisão política e normativa que institui algo como um saber e que produz aí uma divisão. Elas são os espaços onde os saberes são legitimados, ao mesmo tempo em que eles as legitimam. (FERREIRA, 2013: 21)

Diante do que expõe Ferreira (idem), ao tratarmos do *saber* escolhido pelo referido dicionário, podemos perceber que outros sentidos para a significação do corpo-e-sujeito ficam de fora. Não há menção à diversidade de gêneros e tampouco a abertura de sentidos capazes de desvincular o biológico da significação para corpo-e-sujeito.

É interessante observar que a última atualização do dicionário Michaelis, em sua versão online e impressa, data de 2009, no entanto, o referido dicionário continua carregando os sentidos para corpo-e-sujeito estabelecidos na primeira edição de 1998³⁴.

Sobre a possível atualização dos sentidos estabilizados, Nunes (idem), retomando Pêcheux (1990a), coloca que todo acontecimento discursivo pode ocasionar uma modificação nas redes de filiação discursivas. Dessa forma, partindo de tal pressuposto, Nunes (idem) aponta que:

[...] analisar os acontecimentos na história da documentação de dicionários leva a refletir sobre o jogo entre a memória e a atualidade, a considerar tanto os fatos que sustentam a estabilidade dos sentidos dicionarísticos, quanto os que abalam ou produzem uma deriva desses sentidos, diante da alteridade discursiva. Contemplam-se aí os longos períodos históricos, como a passagem de uma sociedade religiosa a uma sociedade baseada no direito, a cientificização, a industrialização, a urbanização, a informatização ou fatos cotidianos, como o aparecimento de uma nova palavra em certas condições, a consulta do dicionário por um aluno no contexto escolar, por usuários de computadores que têm acesso a léxicos automáticos, ou por um leigo no dia-a-dia. Importa observar como os textos documentais significam os acontecimentos, como eles são afetados por eles, ao mesmo tempo em que os constroem e os situam na história. (NUNES, 2008: 96-97)

Sabe-se que hoje, não raro, temos uma diversidade de corpos e sujeitos que não condizem com o dizer posto e reafirmado por instituições de poder, como a Escola, em seus Parâmetros Curriculares Nacionais³⁵ e demais fontes de pesquisa como o dicionário. No

³⁴ Interessante mencionar que outros dicionários, de edições anteriores, também trazem as mesmas acepções para os verbetes travesti e transexual como, por exemplo, o Dicionário Aurélio (1980) e, ainda, o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora (1994), onde, neste último, é encontrado apenas o verbete *travesti*.

³⁵ Sobre isso, posso citar o fato de que, em 2016, a nova Base Curricular Comum Nacional (BCCN) retirou o debate sobre sexualidade de seus parâmetros curriculares. Além disso, diversos Planos de Ensino tanto Estaduais quanto Municipais deixaram de mencionar a palavra “gênero”. Tais informações estão disponíveis em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/orientacao-sexual-e-suprimida-da-base-nacionalcurricular/> Acesso em 15/03/2017. Pretendo discutir, ainda que brevemente, esses fatos nas Considerações Finais desse trabalho.

entanto, essa diversidade que vemos constituir corpos e sujeitos não está documentada em tais arquivos que legitimam o saber para corpo-e-sujeito.

Assim, nesses materiais em análise, pode ser percebido que não há indícios de que a significação outra para corpo-e-sujeito seja possível, uma vez que sua existência é negada, apagada aos/pelos olhos da norma através de seus arquivos institucionais. No entanto, o que vemos no cotidiano político e social brasileiro é também a existência de corpos e sujeitos que contrariam, que ressignificam o dizer estabelecido pela norma.

Diante de tais documentos que buscam normatizar os sentidos para corpo-e-sujeito, percebe-se que o cidadão brasileiro trans, ora pela formação escolar inicial, ora pela pesquisa em dicionários, ora pelo dizer médico-legal, ora pelo judiciário, não raro, é exposto e se expõe a conceituações fechadas ao que tange a sua significação.

Dessa forma, perpassados e constituídos não apenas pelas formações discursivas que atravessam o processo de escolarização de ontem e de hoje, mas também pelas formações discursivas advindas de outros nichos políticos e sociais que se inserem, corpo-e-sujeito está sujeito à tensão dos sentidos para que se possa significar. Essa tensão pode ser observada no momento em que é dada à sociedade a possibilidade de se expressar a respeito daquilo que concebe para corpo-e-sujeito, opinando e construindo conceituações para os termos travesti e transexual em dicionários informais e blogs, por exemplo.

Sobre isso, gostaria de trazer outros sentidos para corpo-e-sujeito advindos por outro viés, que não o normativo, através do discurso obtido em dicionários informais, escritos por internautas e sem o compromisso de trazer ali o saber do especialista. É importante dizer que tais sentidos para corpo-e-sujeito não vêm do discurso que constitui a memória de arquivo, mas sim que constituem a *memória metálica* (ORLANDI, 2010). Tal memória, segundo Orlandi (idem), se constitui pela repetição, pela multiplicidade do mesmo, organizando novas formas do não esquecimento através das atuais tecnologias de linguagem, como a televisão e o espaço digital, por exemplo.

Esse outro material recortado para análise, o Dicionário inFormal, é *online* e funciona de forma parecida com a *Wikipedia* - a enciclopédia livre. Ao acessar o site do Dicionário inFormal, o sujeito pode inserir palavras e seus significados, acrescentar textos que exemplifiquem as acepções e, ainda, opinar sobre os significados dos verbetes escritos por outras pessoas. Diferente do dicionário tradicional, confeccionado por especialistas, em que o sujeito está diante dos sentidos estabilizados e fechados a qualquer alteração, o Dicionário

inFormal permite ao sujeito formular e opinar frente aos conceitos, o que, não raro, faz com que haja o deslizando dos sentidos, a sua abertura para novas significações.

No entanto, mesmo havendo a possibilidade de formulação de novos sentidos, desestabilizando os sentidos já dados, há, por outro lado, sentidos que insistem em se (re)inscrever, em estabilizar determinados conceitos trazidos, por exemplo, por/em dicionários tradicionais. Assim, diante de tal material e considerando a noção de memória metálica proposta por Orlandi (2010), tomamos o espaço digital como uma nova tecnologia de linguagem que, não raro, reproduz já-ditos através de suas mídias *online*.

Segundo a autora (2010), diferentemente da memória discursiva que é constituída pelo esquecimento, a memória metálica está sujeita à saturação pelo acúmulo de dizeres que propõe apresentar. Assim, podemos observar de que forma Orlandi (*idem*) compreende tal noção:

[...] E considero, enfim, a memória metálica, ou seja, a produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito – uma simulação - produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o “quanto mais, melhor”. (ORLANDI, 2010: 09)

Com isso, interessa-me, aqui, compreender de que maneira os sentidos para corpo-e-sujeito aparecem nesse recorte de análise funcionando pela memória metálica, fora dos documentos institucionais ao mesmo em tempo que é atravessado por eles. Que sentidos estariam sendo reproduzidos por uma memória, a metálica, para se constituir um arquivo da significação do corpo-e-sujeito? Diante do Dicionário Informal, construído a partir de saberes do senso comum, questiono se haveria uma reafirmação da norma, dos sentidos estabilizados pelo/no Dicionário Michaelis para significar corpo-e-sujeito. Ainda, pergunto se nesse exemplo de textualidade documental, o dicionário, na sua formulação no espaço digital, haveria sentidos outros capazes de desestabilizar os sentidos para corpo-e-sujeito já dados pela norma em suas formas de arquivo, como foi observado na seção anterior deste capítulo.

Frente a esse material, também é importante retomar o trabalho de Ferreira (2013) que, na mesma direção, busca refletir sobre as “coisas a saber” no que diz respeito ao discurso sobre a cidade, em enciclopédias escritas por especialistas e por pessoas comuns.

Diferentemente de enciclopédias “tradicionais” como a Larousse, a Barsa e a Abril, que contam com a contribuição de especialistas, há também, hoje, no meio virtual, outros tipos de enciclopédia, como a Wikipédia e a Desciclopédia. Mais “democráticas” e menos legitimadas, essas duas enciclopédias contam com contribuição de não-especialistas. Elas funcionam, portanto, de outro modo em relação aos sujeitos e os saberes e isso se mostra no próprio modo como cada uma se define [...]. Assim, nessa passagem do meio impresso para o virtual, há também uma passagem do especialista para *o todos* e para *o qualquer um*, a qual não deixa intactos os modos de produção e circulação de conhecimento. (FERREIRA, 2013: 23)

Para tanto, trago o primeiro verbete do Dicionário inFormal para análise que trata da palavra *Travesti*, bem como as opiniões dos usuários de tal site “traduzidas” por *likes* positivos ou *likes* negativos:

1. Travesti: Travesti era originalmente alguém que se vestia com roupas do sexo oposto para se apresentar em shows e espetáculos, mas essa prática passou a designar hoje em dia principalmente os transgêneros, que adquirirem formas femininas através do uso de hormônios femininos e/ou prótese cirúrgica. (Significado de Travesti Por A. R. (RJ) em 23-03-2008)

Nasceu homem, mas não se conformava. **Virou travesti.**



2. Travesti: homem ou mulher que se veste e assume características físicas ou psicossociais atribuídas ao sexo oposto. Estão incluídos nessa definição aqueles que praticam o homoerotismo. O travesti também se caracteriza pelo uso de hormônios no corpo, e do silicone. Ele se distingue do transexual por não querer fazer a cirurgia da retirada do membro sexual. (Significado de Travesti Por Dicionário inFormal (SP) em 29-01-2013)

Tenho amigos **travesti**, e eles **são seres humanos** como TODOS!



3. Travesti: Travestis são pessoas que quando nasceram foram compulsoriamente designadas como homens, pois possuem um pênis e dentro dessa sociedade, legitimase homem como quem tem pênis. Porém, essas pessoas não se reconhecem como homens. Muitas das vezes se reconhecem como mulheres, em outras, como alguém que não é nem homem e nem mulher, mas um terceiro gênero ou simplesmente travesti. (Significado de Travesti Por T. (RJ) em 26-08-2013)



Dicionário inFormal. “Travesti”.

Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/travesti/> Acesso em: 20/05/2016

Interessante observarmos que, aqui, há um efeito de atualização do sentido posto pelo Dicionário Michaelis ao termo travesti. Lá, o sentido para esse termo, basicamente, se resume em “disfarce sob o traje de outro sexo” (Dicionário Michaelis. Travesti. 2009). Porém, o Dicionário Informal desliza tais sentidos ao passo que reformula o dizer sobre corpo-e-sujeito, atualizando-o: hoje o termo travesti é usado para designar pessoas transgêneras que, de acordo com o dicionário Informal, são pessoas que buscam alcançar o corpo biológico dito feminino através do uso de hormônios ou intervenção cirúrgica. Podemos perceber, através do número de *likes*, que o deslize de sentidos para o termo travesti é considerado e reafirmado por uma maioria.

A segunda acepção, dada pelo editorial do próprio dicionário, parece tentar explicar a primeira conceituação do termo, acima observada. Ali, é posta a ideia de que o termo *travesti* se refere à pessoa assujeitada, a partir do sexo biológico, como homem ou mulher e que se veste e age contrariamente ao que é postulado para o masculino ou feminino.

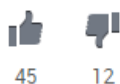
Ao colocar uma distinção entre travesti e transgênero, temos, nessa conceituação, a aparição de dois outros gêneros. O primeiro, o gênero travesti, se caracteriza pelo uso de hormônios e silicone e por querer manter o órgão sexual biológico “contrário” à significação imposta ao feminino/masculino. O segundo, o gênero transexual, em um sentido possível, além de utilizar hormônios e silicone, quer fazer a cirurgia para a retirada do membro sexual. O número de *likes* positivos parece sugerir que essa acepção sobre o termo travesti tem certo funcionamento.

Já na terceira acepção para o termo, mais do que nas duas anteriores, há o deslize de sentidos para corpo-e-sujeito para além do que é imposto pela norma. Ali, rompe-se com a ideia de que o biológico é suficiente para designar corpo-e-sujeito a um determinado gênero, uma vez que se considera tal designação feita de maneira compulsória e não natural. Assim, estabelece-se um terceiro gênero para além do homem e mulher, o gênero travesti. Embora o número de *likes* não seja expressivo, é ainda a maioria que está de acordo.

No que tange o conceito da palavra transexual, o dicionário informal apresenta duas acepções:

1. Transexual: Transexual é um indivíduo que sente-se mal com o sexo biológico, o sexo que nasceu... Portanto sente a necessidade de mudar, transexual é diferente de travesti, e a diferença é mental ;) (Significado de Transexual Por J. (RS) em 12-01-2010)

Bianca é transexual, quando nasceu era um menino mas nunca foi feliz com essa realidade e **sentia-se mal com seu órgão sexual**.



2. Transexual: Homens e as mulheres transexuais apresentam uma sensação de desconforto ou impropriedade de seu próprio sexo anatômico e desejam fazer (ou fizeram) uma transição de seu sexo de nascimento para o sexo oposto (sexo-alvo) com

alguma ajuda médica (terapia de reatribuição de gênero) para seu corpo. (Significado de Transexual Por Dicionário inFormal (SP) em 03-09-2014)

Vários modelos **transexuais fazem sucesso** no mundo da moda.



Dicionário inFormal. "Transexual".

Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/transexual/> Acesso em: 20/05/2016

Interessante observar que o primeiro sentido para designar o termo transexual já toma como base a existência de outros corpos e sujeitos para além do homem ou mulher. Aqui, temos um gênero atribuído a um sujeito específico: aquele que não se identifica com o sexo do corpo biológico. Há, também, a diferenciação desse gênero em relação ao gênero travesti por uma questão da ordem psicológica, de identificação do sujeito a determinado gênero e não apenas por uma questão biológica - a que divide homem e mulher. O número de likes positivos dessa acepção nos mostra que, de fato, há outros sentidos possíveis para a significação do corpo-e-sujeito circulando mesmo que informalmente através de uma memória metálica.

Na sequência das acepções, novamente temos uma conceituação formulada pelo editorial do Dicionário inFormal. Nessa segunda acepção para o termo transexual, pode-se depreender, em uma interpretação possível, que tal termo abarca os sujeitos que, ao serem subjetivados aos gêneros homem ou mulher pelo biológico, demonstram inconformidade

entre o biológico do corpo e a identidade de gênero, buscando, assim, a modificação biológico-anatômica.

Comparando o dicionário formal ao informal, pode-se perceber entre o verbete em um dicionário tradicional e o verbete em um dicionário outro, como o informal, uma diferença entre os dizeres. De um lado, tem-se um dizer de fora, do especialista que fala de outro lugar; por outro lado, tem-se um dizer de dentro da sociedade, uma vez que uma certa parcela da população toma a palavra.

Dessa maneira, pode ser percebido que os sentidos apresentados para o termo transexual não apenas reafirmam, mas atualizam o dizer para o mesmo termo advindo do Dicionário Michaelis. Aqui, de forma um tanto diferente, o transexual não aparece significado como uma pessoa que sofre distúrbios mentais referentes à desidentificação de gênero, como é posto no CID 10, quando se “diagnostica” um sujeito pelo termo transexualismo. No entanto, o sentido de *transexual* fica restrito a inconformidade com o biológico e à busca pelos recursos para modificá-lo.

Há, dessa forma, através do discurso informal observado pela significação dos dois últimos termos, uma atualização do dizer que se refere à significação do corpo-e-sujeito reconhecido, agora, para além dos gêneros homem e mulher. Tais sentidos podem indicar um saber outro para a significação do corpo-e-sujeito que ainda se encontram fora de um saber documental, institucional. Assim, de acordo com Ferreira (2013):

Outro aspecto importante é que a Wikipédia se atualiza e reatualiza muito rapidamente pelos usuários que colaboram com sua edição. Isso poderia levar a pensar que não haveria limite de informação nas enciclopédias virtuais. Mas sabemos que esse limite sobre o que se pode/deve saber existe, uma vez que ele está determinado por condições históricas específicas e não apenas pela amplitude do espaço virtual. Tendo isso em vista, a questão em relação aos limites do que se pode/deve saber e dizer nesses diferentes espaços enciclopédicos, é: o que, no processo histórico da relação entre os sujeitos e saberes fica dentro dos limites já existentes e o que os ultrapassa? (FERREIRA, 2013: 31)

Dessa forma, se por um lado o Dicionário inFormal, funcionando enquanto efeitos de sentidos dispostos a partir de uma memória metálica, reafirma o dizer estabilizado pela norma ao atribuir sentidos para corpo-e-sujeito, por outro, desestabiliza esse dizer ao passo que engloba sentidos outros para a significação de corpo-e-sujeito advindos do senso comum. No entanto, tais sentidos que desestabilizam os postulados normativos ainda se encontram no nível da informalidade, sendo apagados, excluídos dos conteúdos selecionados pela norma, pertinentes ao que se deve saber sobre corpo-sujeito.

3. A revolução corpo-e-sujeito: efeitos de ruptura alhures

*Eu quero dizer
Agora o oposto do que eu disse antes
Eu prefiro ser
Essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Sobre o que é o amor
Sobre o que eu nem sei quem sou*
Raul Seixas

O presente capítulo busca aprofundar a compreensão sobre o funcionamento discursivo do corpo-e-sujeito travesti e transexual, corpos discursivizados pela oposição binária masculino/ feminino, que vão além da reprodução da lógica do “ou se é mulher ou se é homem”. Mais especificamente, proponho analisar sentidos possíveis que circundam e constituem o gênero significado no corpo através de narrativas de tais sujeitos sobre sua significação outra aos olhos da norma. Para tanto, serão analisadas duas matérias jornalísticas em que, na forma de entrevista a órgãos de imprensa, o sujeito se coloca publicamente. Nesse sentido, vamos trabalhar sobre dois depoimentos que representam narrativas de constituição da realidade do sujeito para além da lógica binária.

Busco pensar em corpos discursivizados, atravessados e também constituídos pela memória do dizer e de arquivo sobre corpo e sobre sexualidade que estabelecem, conforme expus no capítulo anterior, uma normatividade e produzem silenciamento sobre corpo-e-sujeito travesti e transexual. Dessa maneira, pensar corpo-e-sujeito travesti e transexual gera, em si, uma crescente gama de significações para além de um já dito, para além do normatizado sobre sexualidade e sobre gênero.

Assim, em um primeiro momento, retomo novamente os estudos de Orlandi (2003), Guilhaumou & Maldidier (1994) e Nunes (2005) sobre a noção de arquivo buscando colocar em questão o discurso do/sobre o sujeito travesti funcionando pela memória de arquivo sobre a produção social, histórica do corpo-e-sujeito, constituída pela sexualidade e pelo gênero, mas também pelo equívoco, pela falha, pelo paradoxo.

Para tanto, na primeira seção, utilizo como recorte de análise uma entrevista concedida pela cartunista Laerte Coutinho ao jornal *Folha de S. Paulo* em novembro de 2010. Como se sabe, a cartunista, desde 2009, vem se travestindo com roupas e acessórios ditos femininos, causando muitos questionamentos a respeito da sua sexualidade e de seu

gênero, tanto que a entrevista feita pelo jornal tem exatamente essa temática como foco: a mudança de gênero de Laerte Coutinho.

Dando continuidade ao que procuro compreender, na segunda seção deste capítulo, tomo como recorte de análise o depoimento da transexual Gabriela Perini, publicado pelo canal Tv Carta Capital, em que fala da sua luta por direitos perante as instituições sociais. Diante de tal material, interessa-me investigar a possibilidade de novos sentidos para corpo-e-sujeito advindos da relação já-sentido/não-sentido/sentido. Estabeleço essa relação buscando compreender o funcionamento discursivo do corpo transexual ao partir de um já-dito sobre corpo-e-sujeito (já-sentido) que, atravessado pela irrupção do novo, pela possibilidade outra de vir a ser (não-sentido), poderia romper com as discursividades corpo/sujeito/gênero, criando sua própria memória (sentido) ao estabelecer novos sítios de significação para corpo-e-sujeito.

Ao analisar o discurso do/sobre corpo-e-sujeito travesti e transexual a partir de uma perspectiva discursiva, faz-se oportuno dizer que aqui corpo-e-sujeito não é tomado como um resultado biológico, genético, anatômico, mas sim constituídos pelo assujeitamento à língua, à ideologia, ao Estado, à historicidade, à dizeres anteriores sobre corpo-e-sujeito.

Dessa forma, tomo como objeto de análise corpo-e-sujeito travesti e trans significados a partir da sexualidade e do gênero, gerando sentidos para além de corpos convencionados, já estabelecidos, já significados enquanto homem ou mulher.

3.1 Corpo-e-sujeito travestis: lugares de (des)encarnação da memória

Ao procurar compreender os processos de significação do corpo-e-sujeito, coloco de lado o corpo biológico, constituído por células, tecidos, ossos, músculos etc. que traz consigo órgãos sexuais reprodutores, pois, como vimos, a própria compreensão desse corpo biológico é socialmente produzido. Penso, portanto, em um corpo discursivo atravessado, constituído e também significado pela memória de arquivo sobre sexo, sexualidade e sobre gênero. Penso, ainda, como já disse, na relação corpo-e-sujeito constituído pelo assujeitamento à língua, à ideologia, ao Estado, à historicidade - corpo-e-sujeito este em constante (re)produção de sentidos.

Considero a relação entre corpo-e-sujeito sempre na profusão de sentidos que tanto um quanto outro produzem em si, ambos como forças motrizes de novos sentidos. Ao refletir sobre essa relação entre corpo e entre sujeito, posso dizer que, uma vez assujeitados pela

ideologia – e isso é desde sempre - o sujeito imprime no corpo as suas marcas, assim como o corpo imprime as suas no sujeito. Seja uma cicatriz, seja um alisamento de cabelo ou o simples uso de óculos, este corpo discursivo não é mais puramente biológico, se é que um dia foi. Esse corpo tão pouco é um objeto de posse do sujeito, pois o corpo discursivo é carregado de outros elementos que também o constituem independente da vontade do sujeito, como as diversas posições ocupadas no discurso que determinarão posturas corporais diferentes, roupas e comportamentos específicos nas mais diversas condições de produção do discurso e, ainda, pela sua própria modificação biológica imposta pelas mais variadas circunstâncias. Nessa perspectiva, poderia dizer que o sujeito na sua relação com o corpo produz efeitos de sentidos que giram em torno de uma ilusão de dominação sobre o corpo. Ilusão essa a que também o sujeito não escapa, sendo ambos assujeitados a regras e normas sociais, lançados aos impulsos, resistências e desejos que os constituem enquanto corpo-e-sujeito discursivo.

É fato que corpo-e-sujeito discursivo necessita do corpo biológico, condição básica para a existência humana, mas isso não significa que o corpo biológico dite como corpo-e-sujeito se constituirá. E, nessa ilusão de que o sujeito tem a posse, o domínio sobre o corpo, cada vez mais o sujeito da sociedade capitalista é pego por uma novidade, seja da medicina, seja do mercado, capaz de modificá-lo: corrigir defeitos, realçar qualidades, colorir, implantar, retirar etc. Tais intervenções possibilitam ao sujeito a tentativa de apagar certas marcas no corpo, silenciar aquilo que ele julgue inconveniente para si e para os olhos do outro. Com isso, podemos pensar que o corpo-e-sujeito discursivo significa e também constitui o corpo biológico.

Assim, busco refletir sobre a ideia de que é no corpo que se formulam e se textualizam os processos de (des)identificação a respeito do gênero/sexo dos sujeitos. Tal corpo discursivizado vai ganhando e apagando marcas que, de alguma forma, ficam arquivadas em si, no corpo-e-sujeito. Então, a partir disso, questiono a sexualidade e gênero femininos e masculinos funcionando enquanto arquivo no corpo-e-sujeito, significando-os.

Retomando o dizer de Orlandi (2003: 15), “o arquivo é memória institucionalizada”, parto dessa perspectiva para buscar compreender a sexualidade do sujeito funcionando enquanto arquivo, enquanto memória institucionalizada, estabilizada de sentidos, tendo como norma o feminino e o masculino. Podemos, com isso, pensar no arquivo do sexo masculino e no arquivo do sexo feminino e em todas as características pré-definidas que os compõem, como roupas e acessórios que vestem o corpo, comportamento e traços físicos

específicos de cada uma das duas sexualidades – ou seja, os sentidos estabilizados para corpo-e-sujeito advindos também pela ciência, pela mídia, pela moda etc. E, como arquivo, tais características buscam um efeito de fechamento de sentidos, como se sexo, sexualidade e gênero se resumissem no feminino ou no masculino do corpo biológico.

Enquanto arquivo, a memória tem a forma da instituição que congela, que organiza, que distribui sentidos. O dizer nessa relação é datado. Reduz-se ao contexto, à situação de época, ao pragmático. Enquanto interdiscurso, porém, a memória é historicidade, e a relação com a exterioridade alarga, abre para outros sentidos, dispersa, põe em movimento. (ORLANDI, 2003: 15)

Assim, diante de um corpo que fuja ao padrão do feminino ou masculino instituído na memória de arquivo, como no caso de Laerte Coutinho, podemos pensar que tal sujeito tenta apagar em si elementos que significam a sexualidade e o gênero que lhes foi imposto ao nascimento, o masculino/homem. O uso de roupas e acessórios já estabelecidos como do universo feminino em um corpo biologicamente masculino, trazem novos sentidos à significação do corpo-e-sujeito. Há, na figura de Laerte, uma ruptura, um deslocamento daquilo que já está dado, significado enquanto os possíveis arquivos para sexo, sexualidade e gênero.

Orlandi (idem, p. 16) ainda nos aponta, como já dissemos, que “O arquivo não se sobrepõe ao interdiscurso”, ou seja, não significa que o arquivo do masculino ou do feminino prevaleça ao interdiscurso, pois sempre poderá haver sentidos outros capazes de se inscrever na memória, modificando ou constituindo formas de arquivo que remetam à significação para corpo-e-sujeito.

Dentro dessa mesma perspectiva teórica discursiva, é interessante retomar que, de acordo com Guilhaumou & Maldidier (1994), o funcionamento do arquivo não é transparente e, por isso, o arquivo não pode ser considerado enquanto um reflexo passivo ou neutro de uma realidade institucional. Isso nos mostra que o uso de determinadas peças de roupa, por exemplo, podem funcionar para além de simples panos que encobrem o corpo. Vestidos, ternos, calcinhas, cuecas, etc, não raro, são estabelecidos como caracteres que também organizam a divisão social pelo sexo. Como prova disso, posso citar, como exemplo, o fato de um aluno ter sido barrado pela segurança e pela Polícia Militar ao entrar na Universidade Federal de Lavras³⁶, em Minas Gerais, por estar usando uma saia. Ao ser

³⁶ Tal fato ocorreu em maio de 2016 e gerou grande repercussão a ponto de provocar um movimento denominado “saião” em que alunos e professores vestiram saia e foram protestar na entrada da referida universidade. Reportagem disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/05/estudantes-fazem-saiaco-apos-aluno-ser-impedido-de-entrar-na-ufla-em-mg.html> Acesso 03/03/2017

questionado por jornalistas sobre o ocorrido, o reitor da referida universidade, José Roberto Scolforo, justificou a atitude do guarda dizendo: “a pessoa [aluno] veio fora de um padrão considerado por ele [guarda] razoável, observando as normas, e portanto, ele [o guarda], de uma forma extremamente cortês, considerou que aquilo ali não era uma vestimenta adequada.”³⁷. Ainda, o reitor disse ao jornalista que a atitude do guarda foi preventiva, pois não é permitido trotes dentro do *campus*. Esse caso nos mostra que as vestimentas também organizam as relações sociais e, como afirmam os autores (*idem*), estão longe de serem reflexos neutros e passivos de uma realidade institucional. Ali, para essa instituição de ensino, a saia é uma vestimenta feminina e se um homem faz uso dela, logo ele está subvertendo a norma e/ou participando do chamado “trote”.

Importante considerar, também, o que Nunes (2005) aponta sobre o material de arquivo. Para o autor, este material está sujeito à confrontação entre diferentes maneiras de se interpretar, não correspondendo a um espaço específico de comprovação. Ou seja, não há como supor uma única interpretação possível. Sobre isso, gostaria de retomar o exemplo acima exposto. O arquivo tanto gera outras interpretações que o dizer “ao homem é proibido usar saia” - que traduz o gesto do segurança da instituição, da PM e do Reitor - gerou um movimento, o “Saiaço”, em que alunos demonstraram outros sentidos possíveis para o arquivo do feminino/masculino, confrontando os sentidos estabilizados para a significação de corpo-e-sujeito pela vestimenta.

Assim, fica-nos a noção de que no arquivo há o deslize, a falha e a ambiguidade como seus constituintes e que, através do arquivo sobre corpo-e-sujeito, mesmo que haja uma memória oficial, não há uma transparência ou mesmo uma permanência de sentidos, mas a multiplicidade destes.

Pode-se compreender, então, que o arquivo, em uma reflexão discursiva, significa uma memória institucionalizada do dizer inscrita na história a partir de relações de poder que determinam aquilo que deve ser arquivado ou apagado - como vimos nos materiais e nas análises no segundo capítulo dessa tese.

Dessa forma, trazendo para o entendimento a noção de arquivo, pode-se questionar: a) quais efeitos de sentido advindos da memória de arquivo podem ser observados em funcionamento no corpo-e-sujeito travesti? b) quais os sentidos outros que atravessam, furam a memória institucionalizada pela significação do corpo-e-sujeito travesti em

³⁷ Entrevista disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/05/estudantes-fazem-saiaco-apos-aluno-ser-impedido-de-entrar-na-ufla-em-mg.html> Acesso: 03/03/2017

funcionamento? c) corpo-e-sujeito travesti, ao se normatizarem, na medida em que conquistam direitos, estariam possibilitando sentidos capazes de produzir uma memória outra para corpo-e-sujeito?

Tocando no ponto específico da sexualidade, parto também do pressuposto teórico da Psicanálise que coloca que a sexualidade deve ser conferida a partir do desejo do sujeito (POLI, 2007), da vontade, independente do aparato biológico. Com isso, podemos pensar a sexualidade como parte que constitui corpo-e-sujeito discursivamente, significando e fazendo significar para além do corpo biológico. Isso pode nos dizer que é a sexualidade a que o sujeito se filia que significa o corpo biológico e não o contrário.

Pensar essa inversão é também ir contra a uma memória instituída a esse respeito, uma vez que não se considera, aqui, o corpo biológico como definidor da sexualidade, mas sim a forma física material humana que, assujeitada, faz significar, entre outras coisas, a sexualidade do sujeito. A sexualidade está nas filiações do sujeito a medida que se identifica ou não com o biológico do corpo, mas, no entanto, é também no corpo biológico que a sexualidade se materializa.

Em muitos casos, a sexualidade e o gênero do sujeito se constituem a partir de uma rede de filiações, as quais o senso comum legitima como norma constituída há séculos no interdiscurso, na memória do dizer: a sexualidade feminina deve ser em um corpo biológico que contenha vagina: sexo feminino = gênero mulher; e, a masculina, em um corpo biológico que contenha pênis: sexo masculino = gênero homem. Tal questão pôde ser observada nos documentos institucionais referentes ao discurso sobre corpo-e-sujeito pelo sexo, sexualidade e gênero, vistos no segundo capítulo, funcionando enquanto memória de arquivo que, não raro, buscam sedimentar os sentidos para corpo-e-sujeito em homem e mulher. Em torno disso, temos vestimentas, adereços e posturas específicos que designam e diferenciam a sexualidade dual, oposta nos corpos: o feminino e o masculino.

Nessa perspectiva, temos, então, um já dito, que circula na memória discursiva e na memória de arquivo sobre a sexualidade funcionando de forma a limitar o sujeito ao dualismo: ou se é homem ou se é mulher, fechando os sentidos sobre formas outras de se fazer significar corpo-e-sujeito.

Segundo Pêcheux (1990a: 30), temos uma infinidade de “técnicas” de gestão social que visam marcar, identificar, classificar, comparar os sujeitos, colocando-os em ordem e colunas, a fim de reuni-los ou separá-los de acordo com determinados critérios. Tais “técnicas” que correspondem aos espaços jurídico, econômico e político nos remetem ao que

chamou de “aparências da coerção lógica disjuntiva”, ou seja, a aparente impossibilidade de que uma pessoa seja solteira e casada, tenha trabalho e esteja desempregada e, a propósito do que venho buscando compreender, seja mulher e homem ao mesmo tempo.

Para o autor (idem),

Esses espaços - através dos quais se encontram estabelecidos (enquanto agentes e garantia dessas últimas operações) detentores de saber, especialistas e responsáveis de diversas ordens – repousam em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas (verdadeiro ou falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A?) (...). (PÊCHEUX, 1990a: 30-31).

Conforme nos diz Pêcheux (idem), assujeitado pelas “técnicas de gestão social”, o sujeito é atravessado por discursos “logicamente estabilizados” que o delimitam a proposições que remetem à univocidade. Assim, pensando em meu objeto de análise, pode-se dizer que, no caso do sexo, sexualidade e gênero, temos através das “técnicas de gestão social” discursos que fecham o sentido para corpo-e-sujeito à escolha de uma opção entre duas: ou se é homem, ou se é mulher.

Há, então, um efeito de completude, de transparência de sentidos dentro desses “espaços discursivos logicamente estabilizados” em que o sujeito tem a ilusão de propriedade e domínio do que diz, do que pretende significar. Tal ilusão e efeito de transparência são próprios desses espaços discursivos que demandam proposições lógicas, unívocas.

E o que unifica aparentemente esses espaços discursivos é uma série de evidências lógico-práticas, de nível muito geral, tais como: - um mesmo objeto X não pode estar ao mesmo tempo em duas localizações diferentes; - um mesmo objeto X não pode ter a ver ao mesmo tempo com a propriedade P e a propriedade não-P; - um mesmo acontecimento A não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer, etc. (PÊCHEUX, 1990a: 31)

Com isso, teremos possíveis formulações lógico-práticas conforme acima nos traz Pêcheux (idem), se colocarmos em questão que no lugar do objeto X ou do acontecimento A pode estar o corpo do sujeito em relação à sua sexualidade e ao seu gênero:

- um mesmo corpo não pode estar ao mesmo tempo em duas identidades sexuais diferentes;
- um mesmo corpo não pode ter a ver ao mesmo tempo com a sexualidade masculina e a sexualidade feminina, bem como um mesmo corpo não pode ter a ver, ao mesmo tempo, com o gênero homem e o gênero mulher;
- um mesmo corpo biológico do sexo masculino, por exemplo, não pode ao mesmo tempo ser e não ser.

Pêcheux (idem: p. 32) coloca que a homogeneidade do lógico condiciona aquilo que é logicamente representável ao dualismo do verdadeiro ou falso, sendo atravessada por inúmeros equívocos que encobertam regiões heterogêneas do real:

(...) tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente, mesmo e talvez, sobretudo, aqueles que se acreditam “não-simplórios”: como se esta adesão de conjunto devesse, por imperiosas razões, vir a se realizar de um modo ou de outro. (PÊCHEUX, 1990a: 32)

Assim, o autor (idem) nos chama a atenção à necessidade de se interrogar sobre a existência de um outro real para além dos que foram evocados, na busca por sentidos outros que se constituem fora da univocidade lógica do “ou... ou” para, então, abordarmos o real da língua constituído pelo equívoco, pela elipse, pela falta. Considerar tal constituição do real da língua implica construir meios capazes de abordar o equívoco como fato estruturante pela ordem do simbólico, “isto é, a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais”” (PÊCHEUX, 1990a: 51)³⁸.

Dessa forma, pensando nos sentidos logicamente estabilizados propostos pelas “técnicas de gestão social”, como nos aponta Pêcheux (idem), pode-se dizer que temos tal fechamento de sentidos para corpo-e-sujeito ao levarmos em consideração no corpo uma inequívoca interpretação sexual, perante a sociedade de maneira geral, ainda dita sobre a sua significação. A partir da interpretação de uma oposição anatômica no corpo biológico, ou se é mulher ou se é homem – do contrário, estariam as travestis ocupando, nos espaços sociais, lugares no mercado de trabalho, no cenário intelectual, por exemplo, como um cidadão comum.

Com isso, partindo do que o autor (idem) aponta sobre o equívoco discursivo funcionando enquanto ponto de fuga, modo de resistência, de deriva, penso, então, na reformulação do corpo-e-sujeito travesti funcionando enquanto fuga, enquanto resistência, enquanto equívoco. Dentre o jogo dos sentidos estabilizados, no que tange a sexualidade e gêneros unívocos do sujeito, algo escapa a ele mesmo, algo fura o lógico instituído

³⁸ Neste momento, é interessante colocar o que Pêcheux (1990a) coloca sobre o sujeito pragmático do discurso - aquele que busca um mundo ideal onde há a estabilização dos sentidos. Tal conceito será explorado nas seções seguintes.

feminino/masculino, homem/mulher irrompendo sexualidade e gênero ao novo, ao *nonsense*, ao absurdo³⁹.

É certo que a identificação sexual e/ou de gênero do sujeito travesti não é algo exclusivo do século XXI. Mas pensar no surgimento do sujeito travesti, em uma suposta origem ou primeira aparição, não é o mesmo que pensar a significação de tal corpo-e-sujeito hoje, em sua inscrição diária na sociedade. Neste momento histórico, político e social brasileiro, nunca se teve um número tão significativo de sujeitos que concebiam o sexo, a sexualidade e o gênero para além do feminino ou masculino. Se antes tínhamos restrições e, não raro, privações pelas quais sujeitos filiados a outras redes de identificações sexuais sofriam, seja pela censura do período, seja pelas impossibilidades do mercado, da medicina etc. hoje temos, além das leis do Estado que os amparam, uma infinidade de recursos disponíveis no mercado que possibilitam ao sujeito travesti e trans, por exemplo, buscar meios de significar a si e ao corpo de forma outra e publicamente como foi observado nos dois capítulos anteriores.

Assim, podemos dizer que é próprio deste século e que se configuram de forma atual as possibilidades de se significar no corpo a identificação do sujeito com a sexualidade fora do logicamente estabelecido. Isso não significa que tal ruptura seja vista e aceita pela norma e/ou pelo senso comum. Acreditar nela é ter que rever e desconstruir muito do que já se sabe sobre o assunto, além de esbarrarmos em formações ideológicas distintas, conservadoras, religiosas ou não, que reforçam o já estabelecido como padrão para corpo-e-sujeito e condenam o que foge à regra.

Com isso, pensar no corpo-e-sujeito travesti é dizer que há uma memória instituída que impõe como norma o feminino/mulher *versus* o masculino/homem e que tal significação representa uma quebra, um deslizamento de sentido para além de tal normatividade.

Pêcheux (idem: 53) nos aponta que a interpretação está diretamente ligada ao equívoco da língua, uma vez que todo enunciado pode vir a ser outro, pode deslocar discursivamente de seu sentido primeiro tornando-se outro diferente. Frente à descrição de um enunciado, estamos sujeitos a lugares diferentes de interpretação, pelo fato do mesmo oferecer diversos pontos possíveis de deriva, de sentidos outros.

³⁹ Sobre isso, gostaria de ressaltar que o *absurdo* a que me refiro diz respeito aos sentidos que, por ainda não trazerem uma significação posta, dada, significam algo novo para além de uma normalidade de sentidos existentes. Dessa maneira, o absurdo, aqui, tem uma relação com aquilo que, até então, era impossível de existir, o que não significa que seja algo da ordem do erro, mas sim de uma desestabilização diante do novo, uma incredulidade. Retomarei tais questões de forma mais pontual nas páginas seguintes.

A esse respeito, em meio ao já-dito sobre corpo-e-sujeito, à memória discursiva e de arquivo que individua corpo-e-sujeito a essa divisão inequívoca que opõe homem/ mulher no que diz respeito à sexualidade, busco investigar possíveis efeitos de sentindo que a inscrição social do sujeito travesti pode fazer funcionar. Dessa maneira, questiono se a presença pública da cartunista Laerte Coutinho assumindo sua sexualidade travesti não se configuraria enquanto uma ruptura que nos possibilita compreender o equívoco discursivo através da sexualidade do corpo-e-sujeito travesti rompendo a memória do dizer, o já lá, e desestabilizando os arquivos sobre corpo-e-sujeito.

De um lado, podemos dizer que a não aceitação da sexualidade outra inscrita no corpo-e-sujeito travesti, não raro, dificulta e até mesmo impede a sua atuação em diversos setores sociais e que, assim, pode ser “empurrado” à margem, sem grandes chances de romper o estabelecido, de se constituir enquanto memória. E, de outro, temos a figura de Laerte Coutinho: cidadã respeitada por atuar no panorama político-cultural do país como cartunista e jornalista durante as décadas de 70, 80 e 90 que, desde 2009, se assumiu travesti.

Interessante observar que a sexualidade outra de Laerte Coutinho significa uma tentativa da abertura de sentidos para além da lógica estabelecida, uma ruptura, um acontecimento à medida que inaugura novas discursividades a respeito do corpo, da travesti, e do sujeito em face à sociedade. Não se trata do sujeito travesti comum que é apagado, vítima de exclusão e que, não raro, não se constitui enquanto cidadão aos olhos da norma.⁴⁰ Mas sim do sujeito que já está inserido no seio social, que se legitima por ocupar lugar de destaque, possuir um bom nível de estudo, ser intelectualizado etc., que, a partir de um dado momento, tem a sua sexualidade e gênero significados fora do padrão instituído.

Volta-se o mesmo olhar de estranhamento para este sujeito, mas não mais temos em funcionamento a negação do equívoco, mas sim uma busca por sua explicação, por tornar lógico e estável os novos sentidos que irrompem na memória discursiva e de arquivo. Sentidos novos que podem vir, futuramente, a compor os sentidos para corpo-e-sujeito na e pela memória de arquivo. Assim, Laerte Coutinho se torna, então, alvo de questionamentos sobre seu sexo, sua sexualidade e seu gênero, sobre suas preferências e anseios.

Para mostrar o que venho trazendo sobre o funcionamento do corpo-e-sujeito travesti enquanto abertura de sentidos para corpo-e-sujeito, tomo como recorte de análise a referida

⁴⁰Abordarei, nas páginas seguintes, exemplos de exclusão a que o sujeito travesti é vítima, ao retomar minha dissertação de mestrado sobre essa temática.

entrevista concedida pela cartunista Laerte Coutinho ao jornal *Folha de São Paulo*, em novembro de 2010:

FOLHA DE S. PAULO

LOGIN

ASSINE A FOLHA

ATENDIMENTO

FOLHA DE S. PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

SEXTA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 2015 17H17

SÃO PAULO 33°C

OUTRAS CIDADES

Site OK

Opinião - Política - Mundo - Economia - Cotidiano - Esporte - Cultura - F5 - Tec - Classificados - Blogs - +SEÇÕES -

ÚLTIMAS NOTÍCIAS França enfrentou, mas não acabou com as ameaças, diz presidente

EN ES

ilustrada

04/11/2010 - 07h46

Cartunista Laerte diz que sempre teve vontade de se vestir de mulher

IVAN FINOTTI
DE SÃO PAULO

PUBLICIDADE

De salto médio, meias coloridas, maquiagem leve e namorada a tiracolo, Laerte chega para dar entrevista à **Folha** sobre seu novo estilo de vida. Confira.

Para cartunista Laerte, amigos fingem que nada mudou
Título com travesti é novo lançamento do cartunista cross-dresser

Carlos Ceconello/Folhapress



O cartunista Laerte Coutinho na segunda-feira

Folha: Diversas possibilidades para a mudança do seu estilo de vida passam pela cabeça. A primeira delas é que você pirou, um processo que teria começado em 2005, com a morte de seu filho num acidente de carro, passou pelas tiras da Ilustrada, cada vez mais estranhas, e agora isso. Você está louco, Laerte?

Laerte Coutinho: Eu não me sinto fora do eixo, fora do tom, fora de nada. Comecei a me aproximar do travestimento, ou “cross-dressing”, em 2004; Interrompi – e a morte de meu filho em um peso nisso -- e retomei em 2009. Fiz a minha primeira montagem em 2009.

104

Mas as coisas se evidenciaram [em meu trabalho] a partir de 2005 já estava ali, latentes, germinando em 2004.

Uma segunda possibilidade é que você se veste porque isso dá tesão.

Não, não é um fetiche sexual. Não é, nem é um tema que me interessa agora. O travestimento é uma questão de gênero, não de sexo. São coisas independentes, autônomas, que nem o executivo e o legislativo. É um erro fazer essa mistura. “Ah, está vestido de mulher, então é viado.” “Jogou bola, é macho.” E eu que gostava de costurar e de jogar bola?

O que tenho feito é investigar essa parte de gênero. O que tenho descoberto é que isso é muito arraigado, essa cultura binária, essa divisão do mundo entre mulheres e homens é um dogma muito forte. Não se rompe isso facilmente. Desafiar esses códigos perturba todo o ambiente ao redor de você.

Mas você é bissexual, certo?

Sou.

E não há ligação entre isso e o “cross-dressing”?

Não.

Você está fazendo isso pra espantar o tédio?

Não faço isso porque a vida está sem graça. O problema é a vida submetida a essa ditadura de gêneros, a esses tabus que não podem ser quebrados. É você sentir que sua liberdade está sendo tolhida, que as possibilidades infinitas que você tem de expressão na vida, ao sair, ao se vestir, ao se manifestar, ao tratar as pessoas, seu modo, seu gestual, sua fala, tudo isso é cerceado e limitado por códigos muito fortes e muito restritos. Isso é uma coisa que me incomoda.

As pessoas aparentam normalidade e tentam não demonstrar um espanto, certo?

Por uma razão: se demonstram espanto, estão ferindo um código de boa conduta intelectual. Demonstram que não são modernos, por exemplo.

E na rua?

Quando eu estou na rua de saia e passa uma Kombi e o cara faz “fiu-fiu” pra mim, ele não teve dificuldade nenhuma de fazer aquilo. E eu também recebo de forma muito clara.

Você dá pistas de que vai estar travestido quando vai encontrar uma pessoa que ainda não sabe?

Existe uma tática, um modo de preparar um pouco. Vou na casa de uma pessoa que não conheço, não vou totalmente montado. Questão de bom senso.

Mas você pode ir de homem?

Estou abolindo esses negócios.

Você pode ir sem maquiagem?

Eu estou sem maquiagem. Ops, ah, não, estou com olho pintado! Mas posso, sim, ir sem maquiagem.

Como foi o Natal em família? Como estava vestido?

Não, não. Só unha mesmo. Não estava nem de bolsa. Acho que foi mais mãos mesmo. Rolou um certo estranhamento com o cabelo. Esse corte feminino, feito pela [minha namorada] Tuca.

Avisou de alguma forma para se prepararem?

Não, fui na louca.

Como você explica isso para as pessoas?

É como se a vida tivesse me levado a essa circunstância e, quando eu me vi, percebi que aquilo representava uma busca pra mim. Foi mais ou menos isso que senti. Quando vi, comecei a fazer tiras do Hugo virando a Muriel.

O lema do Brazilian Crossdresser Culb, do qual você faz parte, é “existimos pelo prazer de ser mulher”. Que prazer é esse, Laerte?

Eu não concordo muito com esse lema, porque é uma frase que procura construir uma certa fantasia que eu não partilho. Eu não vou ser mulher nunca. Mas acho que é possível sair na rua e ser aceita como uma pessoa que se veste daquela maneira, que se enfeita e se produz e se apresenta daquela maneira.

Entrevista com Laerte Coutinho, Jornal A Folha de São Paulo (2010)

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/825136-cartunista-laerte-diz-que-sempre-teve-vontade-de-se-vestir-de-mulher.shtml> Acesso em 10/10/2014

Como exemplo do funcionamento da memória de arquivo para corpo-e-sujeito, podemos ver que logo na introdução da entrevista, ao dizer que Laerte Coutinho “sempre teve vontade de se vestir de mulher”, o jornal não diz que Laerte sempre teve vontade *ser travesti* ou de *travestir-se*. Com isso, pode ser percebido, em uma interpretação possível, que a *Folha* não considera a significação do corpo-e-sujeito inscrita fora do normativo masculino/homem e feminino/mulher. Ali, fica marcado o estranhamento diante do fato de alguém do “sexo masculino” ter vontade de se apropriar dos elementos pertencentes ao sexo dito oposto. Temos, na figura de Laerte Coutinho o funcionamento de sentidos outros que indicam o furo, o equívoco desestabilizando os sentidos a respeito da significação para corpo-e-sujeito.

Em seguida, temos a descrição da foto: “De salto médio, meias coloridas, maquiagem leve (...)” mostrando, em um sentido possível, a tentativa do jornal em descrever os elementos que fogem ao arquivo do masculino e que estão presentes na figura de Laerte Coutinho. Ali, corpo-e-sujeito marca efeitos de sentido para além da norma masculino X feminino, fazendo funcionar, frente a mídia jornalística, outros sentidos possíveis. E mais: tal corpo-e-sujeito, em seu processo de (des)estabilização de arquivos, mobiliza

interpretações ao se colocar frente aos olhos do outro, como podemos ver ao longo da entrevista.

Pode-se observar, logo na primeira pergunta, a tentativa do jornal *Folha de S. Paulo* em procurar entender o que fez Laerte Coutinho mudar seu comportamento e identidade sexuais e de gênero. No trecho “Diversas possibilidades para a mudança do seu estilo de vida passam pela cabeça.” percebe-se a necessidade de tal instituição, que se coloca “a serviço do Brasil”, em racionalizar, em entender a questão de uma nova significação para corpo-e-sujeito como fato.

A partir de então, são formuladas hipóteses que, em princípio, giram em torno do descrédito, justificando a sua preferência como uma loucura que teria começado com a morte de seu filho, afetado seu trabalho com tiras “cada vez mais estranhas” e resultando em algo fora do normal: “e agora isso”.

Em uma leitura possível, os trechos “A primeira delas é que você pirou” e “Você está louco, Laerte?” significam, por um lado, a resistência em se aceitar algo que fure a lógica instituída do feminino/masculino do homem/mulher, ao tratar como insanidade aquilo que se configura como ruptura, como ressignificação do corpo-e-sujeito, como equívoco. Por outro, a busca pelo entendimento e domínio sobre o novo que acontece diante de si, que desestabiliza os sentidos e que, justamente por isso, deve ser enquadrado em uma lógica na ânsia de dar conta, de explicar e, novamente, de fechar os sentidos na ilusão da estabilidade. E ainda por um terceiro lado: a significação do corpo-e-sujeito travesti a partir da norma atravessada e constituída pelo discurso médico e da saúde que o classificaria como um sujeito que sofre de transtorno de identidade sexual, como vimos no segundo capítulo dessa tese com o CID 10.

Assim, a primeira pergunta que busca saber se o fato de se travestir é um transtorno mental, tem como resposta de Laerte Coutinho o descarte da hipótese de loucura. Com isso, passa-se às demais hipóteses que não menos questionam a sua significação outra, interrogando-a, agora, partindo de uma tara sexual ou falta de se ter o que fazer: “Uma segunda possibilidade é que você se veste porque isso dá tesão” / “Você está fazendo isso para espantar o tédio?”. Novamente Laerte descarta tais direções propostas pelo jornal, colocando que o grande problema em se entender e se aceitar as diferenças sexuais e de gênero está na “ditadura de gêneros, a esses tabus que não podem ser quebrados”.

Vemos, assim, uma investida do jornal *Folha de São Paulo* em esmiuçar a sexualidade outra, em sondar de todos os lados o que são corpo-e-sujeito travestis.

Questionamentos do tipo “Mas você é bissexual, certo?” / “E não há ligação entre isso e o “cross-dressing”?” / “Mas você pode ir de homem?” / Você pode ir sem maquiagem?” / “Como você explica isso para as pessoas?” podem dar exemplo da significação de corpo-e-sujeito situado fora da normatização, funcionando enquanto (des)estabilizador para a significação outra de corpo-e-sujeito, no caso, travesti.

Há uma enorme tentativa do referido jornal em explicar, em dar conta dos sentidos diante do novo, pois não se trata de uma travesti qualquer, mas de uma travesti pertencente a uma elite intelectual e que, a partir de então, desestabiliza a lógica instituída do “ou se é mulher ou se é homem” perante a sociedade. Se antes não tínhamos essa lógica desestabilizada pelo fato da sexualidade do sujeito travesti não se inscrever na memória, ao ser excluído, apagado, agora temos a figura do sujeito travesti a partir de outro ângulo, de outra esfera social, que não se apaga por já estar incluso, por já fazer parte. Talvez advenha daí a tentativa em se justificar corpo-e-sujeito travesti a partir de já-ditos e da memória de arquivo que os significam pelo viés da loucura e/ou da subversão.

Ao tomarmos a mídia como um espaço de circulação específico e abrangente, podemos compreender que corpo-e-sujeito travesti, na figura de Laerte Coutinho e a partir de seu discurso, reafirmam uma nova discursividade na sociedade para corpo-e-sujeito. Assim, podemos pensar, em uma possível interpretação, que temos um deslocamento pois o sujeito travesti não aparece aqui como objeto cômico ou personagem teatral, mas como “cidadão comum” – não tão comum, já que é Laerte, cartunista.

Segundo Orlandi (2003, 18), “O interdiscurso é movido pelo jogo contraditório da prática significante”. Isso significa que o equívoco é constituinte do interdiscurso, da memória e que seu funcionamento faz gerar novos sentidos para além do já dito. Assim, dentro de tal perspectiva, busquei compreender o funcionamento da significação do corpo-e-sujeito travesti enquanto equívoco, enquanto ruptura de sentidos logicamente estabilizados pela memória discursiva e pela memória de arquivo, como procurei demonstrar com a atualização de sentidos para o verbete “travesti” no dicionário tradicional e no informal, vistos no segundo capítulo dessa tese.

Em relação ao corpo-e-sujeito travesti como materialidades significantes, podemos dizer que estes se constituem enquanto ruptura à medida que desestabilizam uma série de dizeres sobre o corpo e sobre o sujeito no que concerne ao sexo, à sexualidade e ao gênero. Tais dizeres que irrompem, por sua vez, inauguram redes de formulações, mesmo que algumas dessas formulações tenham uma ancoragem com já-ditos preconceituosos.

Ainda, procurei analisar o funcionamento do corpo-e-sujeito enquanto memória, não apenas no que tange a sexualidade/gênero do feminino/mulher e masculino/homem já instituída na/pela memória, mas também a sua abertura de sentidos. Questiono, diante disso, se novos sentidos sobre corpo-e-sujeito começariam, então, a se constituir, na medida em que tais corpos e sujeitos outros se inscrevam na memória do dizer e na memória de arquivo através de suas aparições em diferentes esferas, não apenas no cotidiano, mas em esferas institucionais, como no meio jurídico, escolar e jornalístico, por exemplo.

3.2 Não-sentido e sem-sentido do/no corpo

Partindo do ponto de vista discursivo, do qual nos apropriamos para poder compreender as diversas possibilidades de significação do discurso, gostaria de propor uma reflexão acerca dos sentidos que circundam e constituem o corpo-e-sujeito outro, tomado, aqui, como materialidade significante.

Proponho pensar em um corpo-e-sujeito que, a princípio, se dá pelo não-sentido. Ou seja, um corpo-e-sujeito que oferece a possibilidade de outros sentidos para além do já-dito, mas que, em um primeiro momento, por ser da ordem do não-sabido, não se sabe quais são ou podem ser as suas possíveis formas de se significar.

Dessa maneira, buscando compreender o surgimento do sentido a partir do não-sentido, tomando corpo-e-sujeito como materialidade discursiva, faz-se necessário acompanhar o percurso teórico feito por Orlandi (1998b) para que a presente reflexão proposta seja possível.

Em seu trabalho “Do não sentido e do sem sentido”, Orlandi (idem) nos traz, primeiramente, a relação entre sentido e silêncio, apontando que este, o silêncio, constitui o sentido. Dessa maneira, segundo a autora (idem), não há uma oposição entre silêncio e sentido, mas sim uma comunhão entre ambos.

Ao trazer a formulação de que “os sentidos são feitos de silêncio”, Orlandi (1998: 58) nos mostra de que forma o silêncio é percebido discursivamente, ao afirmar que as palavras, por exemplo, são constituídas pelo silêncio. Assim, a autora (idem: 58) se refere aos “Silêncios do “a não dizer”, silêncios do “não dizer”, silêncios do não-sentido. Daí poder afirmar que as palavras são carregadas de silêncio, elas percorrem a espessura material significante do silêncio, elas produzem silêncio.”

Diante disso, a autora (idem) coloca que seu interesse, nesse momento, é compreender os silêncios do não-sentido, propondo uma distinção entre não-sentido e sem-sentido para que se possa compreender o silêncio. Orlandi (idem) busca, ainda, compreender o sentido que se silencia, que fica em silêncio para que outros sentidos sejam possíveis e o sentido que é posto em silêncio, que é silenciado, censurado. Para tanto, a autora (idem) propõe pensar o silêncio de duas maneiras: o silêncio fundador e o silenciamento ou, como coloca, a política do silêncio.

O silêncio fundador está em que todo sentido tem uma relação fundamental com o silêncio, sendo este a condição mesma para que haja sentido. Há um movimento entre silêncio e as palavras que está na base da produção de qualquer sentido. Mais ainda, a relação com o sentido é antes de tudo relação com o silêncio. Iminência, vestígio do possível, o vir a ser da linguagem, seu movimento e sua matéria primeira, o silêncio é sentido. Para o homem enquanto ser histórico (ideológico) e ser simbólico, este silêncio fundador é a marca de sua significância. O movimento do sentido, o desdobrar-se do sentido em sentido, indefinidamente, é função do silêncio fundador. Assim como também é esse silêncio que nos permite compreender o sujeito discursivo como errância, o sujeito itinerante. Porque o sentido não é um, o silêncio acolhe a experiência sensível da polaridade sujeito/sentido. O silêncio é contínuo e esse caráter permite ao sujeito se mover nas diferenças, percorrer sentidos. (ORLANDI, 1998: 62)

A propósito do que nos aponta Orlandi (idem), ao tomarmos o corpo como materialidade discursiva, faz-se necessária a compreensão de que este, enquanto linguagem, é constituído pelo silêncio fundador, pela possibilidade de vir a ser enquanto corpo, enquanto significação primeira do sujeito. Há, então, no corpo e no sujeito o silêncio fundador que os constitui, dando condição para que haja sentido, para que o sujeito signifique diante de si e aos olhos do outro. Dessa forma, o sujeito está sujeito ao silêncio, ao movimento dos sentidos que se desdobram em sentidos para que se possa significar.

Assim, considerando o corpo um constructo da manifestação de sentidos atribuídos pelo sujeito sobre o que é historicamente um corpo, pode-se dizer que corpo-e-sujeito está, sobretudo, inscrito pelo silêncio que o funda, pelo movimento de dar sentido ao corpo, permitindo à significação do sujeito novos rumos a outros sentidos possíveis. A esse respeito, pensar na constituição dos sujeitos transexuais e travestis, por exemplo, pressupõe compreender o movimento itinerante do sujeito, proposto por Orlandi (idem), uma vez que os sentidos para a significação de corpo-e-sujeito podem ser outros, para além do padrão dicotômico homem/mulher que a norma estabelece.

Dessa maneira, pode-se pensar que a possibilidade de (re)significação do corpo-e-sujeito é um movimento previsto e próprio do sujeito ao levarmos em consideração que este é atravessado e constituído pelo silêncio que possibilita a abertura para novos sentidos. Com

isso, questiono se um sujeito transexual, por exemplo, ao resistir à imposição da norma que leva em conta a significação do corpo-e-sujeito partindo da esfera biológico-anatômica, não seria nada mais do que um sujeito diante da possibilidade outra de vir a ser, se fazendo através do movimento entre silêncio e sentido? Não estaria qualquer sujeito sob o assujeitamento ao silêncio fundador, à possibilidade outra de vir a ser, seja ela qual for? Não seria um processo natural o sujeito forjar seus próprios sentidos para se fazer significar enquanto tal sem que isso significasse a sua exclusão, o seu silenciamento?

Tais questionamentos dão indícios a outra manifestação do silêncio estabelecida por Orlandi (idem): a política do silêncio ou o silenciamento. Há, aqui, a divisão do significar entre o que se diz e o que não se diz, entre o que pode e o que não pode ser dito. Para esta noção, a autora (idem: 62) conceitua a política do silêncio de duas formas: a primeira refere-se ao *silêncio constitutivo*, “aquele que está na base do fato de que para dizer é preciso não dizer, ou seja, todo dizer traz em si um outro dizer, presente no primeiro por sua ausência necessária”; já a segunda refere-se ao silêncio local, à censura:

Chamamos b.2.silêncio (silenciamento) local, ou censura propriamente dita, aquele silêncio que resulta de uma interdição do nível da formulação do dizer. É o que se poderia dizer mas que está proibido. Nesse caso, onde há censura, há resistência, pois a interdição ao dizer atinge diretamente os processos de identificação do sujeito. Um sentido silenciado (censurado) em seu lugar próprio migra para outros objetos simbólicos, O sentido não para, ele muda de caminho. (Orlandi, 1998: 62)

Dessa maneira, ao pensarmos na constituição do corpo-e-sujeito outro, pode ser observado o funcionamento da política do silêncio, proposto por Orlandi (idem), que atravessa e constitui tal corpo-e-sujeito. Em um primeiro momento, observa-se o *silenciamento constitutivo* no momento em que o sujeito transexual diz ser transexual para não dizer a sua significação a partir da correspondência entre gênero e corpo biológico-anatômico. Sabe-se que muitas transexuais alteram seus corpos e que, tais alterações, não raro, buscam silenciar, não dizer as marcas biológicas que não se deseja ver significadas no corpo.

Além disso, o segundo momento proposto para se compreender a política do silêncio, o *silêncio local* (censura), também pode ser observado em funcionamento ao levarmos em consideração a constituição e significação do sujeito transexual. Como foi abordado no segundo capítulo dessa tese, observamos que tanto sentenças judiciais quanto o dicionário tradicional, enquanto documentos institucionais, não raro, silenciam, censuram corpos e sujeitos que fogem do normativo de gênero homem/mulher.

Além disso, em minha dissertação de mestrado⁴¹, (PEREIRA, 2014), pude observar a censura posta aos corpos ditos travestis e transexuais pelo Estado (análise de um cartaz do SUS) e pela rede social facebook (análise de uma notícia *online* e seus comentários/comentadores). Os recortes ali analisados apontaram, como uma interpretação possível, para a interdição de tais sujeitos.

No primeiro material analisado, foi possível compreender que muito do sujeito trans é silenciado no momento em que o Estado, através do Ministério da Saúde, lança um cartaz de combate à AIDS intitulado “Travesti, não fique na dúvida. Faça o teste da AIDS”. Junto a este dizer em destaque, está a imagem de uma transexual que sorri. Diante disso, como uma interpretação possível, pôde ser percebida uma certa censura do Estado frente tais sujeitos ao trazer a ideia de que travestis e transexuais são possíveis portadores do vírus HIV, portanto, grupos de risco. Ali, significados dessa maneira, tanto o sujeito travesti quanto o transexual são individuados pelo Estado que os censura ao silenciar outros sentidos possíveis para corpo-e-sujeito. Deixa-se marcado enquanto sentido possível para corpo-e-sujeito que se são travestis ou transexuais, podem estar contaminados.

No segundo material analisado, uma notícia jornalística e os comentários de seus leitores, também foi percebido o silêncio local, a censura, proposto por Orlandi (idem) quando os recortes indicaram, em uma interpretação possível, a recusa, a não aceitação do sujeito travesti que buscou intervenção cirúrgica para modificar as maçãs do rosto e os lábios. Tendo este sujeito recorrido a métodos clandestinos, o resultado da cirurgia foi fracassado, ocasionando diversas deformidades na face. Diante dessa notícia veiculada pelo *Facebook*, diversos usuários da rede manifestaram suas opiniões. A grande maioria dos comentários caminha em direção da recusa e da não aceitação de tal sujeito, ora chamando-o de ignorante, ora culpando-o por não ser o que Deus quis que fosse, ora considerando-o uma aberração. Ali, a censura se dá pela recusa em se aceitar determinadas alterações no corpo, pela negação diante do efeito de ruptura dos sentidos já dados sobre corpo-e-sujeito.

Interessante observar que a indignação frente ao corpo-e-sujeito outro é provocada pela aparição do corpo-e-sujeito que silencia determinadas marcas anatômicas e biológicas na tentativa de buscar a significação desejada. Pode ser percebido que o sujeito em questão demonstra o funcionamento do silenciamento constitutivo ao buscar alterações que tentam

⁴¹ A referida pesquisa de mestrado, em uma perspectiva teórica da Análise de Discurso, buscou compreender os processos de significação do sujeito travesti fora do grupo social a que pertence, analisando o dizer sobre tal sujeito sob o olhar do Estado e da sociedade.

silenciar no corpo aquilo que não quer ser significado, como as marcas referentes ao que se estabelece como masculino, censurando-as.

Conforme Orlandi (2007),

(...) a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. A diferenciação entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo (ORLANDI, 2007: 73).

Com isso, retomando o que Orlandi (1998b) aborda sobre silêncio, a autora (idem), dando prosseguimento aos seus estudos, parte para a distinção entre silêncio fundador/silenciamento em relação aos processos de interpretação. Segundo a autora (idem), todo dizer resulta de um gesto interpretativo e nos explica:

Quando o gesto de interpretação – não esqueçamos que o gesto é um ato no domínio simbólico e que tem sua materialidade, sua espessura semântica – mexe com a memória, ele a desloca. Por seu lado, toda interpretação é antecedida por um silêncio grave de sentidos possíveis. Este momento, parte do ritmo entre dizer e não dizer, ao se inscrever no processo significativo, é decisivo na relação entre a repetição mnemônica, a técnica e a histórica (a que desloca). Por que é aí que o sentido pode ser outro. (ORLANDI, 1998: 62-63).

Dessa forma, tomando o gesto de interpretação como elemento fundamental para que haja constituição do sentido, a autora (idem) propõe compreender a tensão entre os dois processos que dão sustentação à linguagem, a saber: a paráfrase e a polissemia. No primeiro, a paráfrase, há o trabalho da interpretação que busca fixar os sentidos, estabilizando-os, produzindo e repetindo o mesmo. Se pensarmos na paráfrase do corpo, tomando-o enquanto linguagem, podemos perceber seu movimento parafrástico, por exemplo, se observarmos os corpos que identificam sujeitos como homem ou mulher, em que o sentido destas identidades situado na divisão inequívoca entre duas anatomias opostas e reforçado por gestos, posturas, vestimentas, etc.

Já no segundo processo, que se refere à polissemia, há o trabalho da interpretação que desloca, produzindo o diferente. Pensando na constituição do sujeito transexual, por exemplo, percebe-se que há um deslocamento dos sentidos estabilizados para corpo-e-sujeito. Ao se significar de modo outro para além do instituído para a significação do sujeito em feminino e masculino, o sujeito transexual fura o movimento parafrástico da repetição, abrindo para a possibilidade de novos sentidos, para a polissemia.

Orlandi (idem) nos ensina, ainda, que tal relação entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, é tensa pelo fato de haver a impossibilidade de tornar visível, de delimitar quando se está em um ou em outro processo. Nos exemplos citados acima, não há

como garantir que aqueles sujeitos que repetem os sentidos já dados para corpo-e-sujeito não estão, de alguma maneira, produzindo novos sentidos para se ressignificar. Tão pouco se pode dizer que o sujeito transexual, aberto à polissemia, não esteja, de alguma forma ou de outra, reafirmando a norma instituída para corpo-e-sujeito. Assim, não se trata de delimitar quando o sujeito está no campo da repetição ou no campo da polissemia, contudo, podemos dizer que o sujeito está sob a tensão de ambos.

Dessa maneira, Orlandi (idem) prossegue em seu dizer retomando os estudos de Pêcheux (1990a) que propõem compreender a dimensão pragmática do sujeito, colocando que em todo sujeito há o desejo de controlar os sentidos, de estabilizá-los, de torná-los semanticamente estáveis.

Esse desejo faz com que haja um fechamento dos sentidos no nível pragmático. O contexto imediato, tal como é considerado na pragmática, serve para decidir sobre o sentido (conteúdos): o dizer da língua + o contexto = sentido em situação. Teoricamente, a crítica que fazemos à pragmática é que, por não trabalhar com a memória discursiva, ela não atravessa os efeitos imaginários que não deixam ver que o contexto imediato já é ele mesmo atravessado pelo interdiscurso. Em outras palavras, o que funciona na circunstância imediata da palavra já vem significado (determinado, recortado) pela memória. Em termos práticos, em relação ao sujeito pragmático (que tende para o fechamento do sentido) o que consideramos é que não é a partir dele ou de suas intenções que se deva procurar compreender os sentidos. O que interessa é como um objeto simbólico produz sentidos para o sujeito na relação que este estabelece com a linguagem. (ORLANDI, 1998: 63)

Assim, independente da realidade pragmática do sujeito que, ao ser afetado pela ideologia, produz o efeito do fechamento do sentido, o que interessa à autora (idem), nesse momento, é, além de compreender a relação entre paráfrase e polissemia, compreender o jogo de sentidos que essa relação produz, entre o mesmo e o diferente. De acordo com Orlandi (idem:63) “entre estabilidade e equívoco”.

Dessa forma, a autora (idem) coloca que é diante desse jogo de sentidos entre paráfrase e polissemia que propõe compreender a relação entre o não-sentido e o sem-sentido. Assim, ao conceituá-los, Orlandi (idem) demonstra que:

O não sentido, tal como o estamos considerando, é da instância do interdiscurso, da relação com o Outro, domínio da memória em que há movimento possível do sujeito e dos sentidos. Esse movimento se dá a partir do silêncio fundador, grave de possíveis, onde o não-sentido é disponibilidade e não vazio. O sem-sentido deriva do efeito imaginário, o que produz a evidência, a estabilização na relação com o outro. Sem o silêncio que é disponibilidade, aflora o silenciamento, o apagamento da margem, do possível. O vazio, aqui o sem-sentido é o imaginariamente saturado (conteúdo). (ORLANDI, 1998: 63)

Com isso, a autora (idem) aponta que seu intuito é mostrar que através da diferença entre silêncio fundador e silenciamento é que se pode compreender o funcionamento da sobreposição, ou o seu contrário, da redução, do não-sentido com o sem-sentido.

Considerando, então, que o sujeito não é nem a origem de si, nem a origem do dizer, sendo este interpelado em sujeito pela ideologia, segundo Orlandi (idem), o sentido não se projeta ou se constrói a si mesmo, mas se constitui no não-sentido presente no silêncio fundador. De acordo com a autora (idem: 64), o silêncio fundador “é o lugar que acolhe a indistinção, a desorganização, o contínuo e não discreto, o equívoco, o múltiplo”. Diante disso, Orlandi (idem) procura mostrar que em um mesmo lugar há a estabilização dos sentidos, que é trabalho da ideologia, mas há também o equívoco, a interpretação, o outro, a possibilidade de vir a ser, como vimos nos materiais analisados ao longo do capítulo dois dessa tese.

A esse respeito, é importante trazer o que Pêcheux (1995: 295) nos aponta sobre a produção dos sentidos e do sujeito: “A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira.” Para o autor (idem: 301), o sentido é produzido no não-sentido (non-sens) pelo fato de haver o deslizamento daquilo que é da ordem do impensado, ainda “sem origem do significante”. Sobre esse ponto, retomo o primeiro capítulo dessa tese quando Liniker diz “sou aquilo que é”, configurando, assim, a suspensão da norma enquanto norma.

Assim, ao me referir ao corpo do sujeito transexual colocando-o em uma relação de sentidos entre já-dito sobre corpo-e-sujeito, entre o não-sentido e o sentido, busco pensar nos discursos cristalizados sobre o que é um corpo de mulher e o que é um corpo de homem para, então, pensar na produção de novos sentidos advindos do irrealizável, do impossível para corpo-e-sujeito. Falo dessa divisão dicotômica homem/mulher partindo da sua significação como tal a partir de diversas instituições de poder como o Estado e seus aparelhos ideológicos: o Jurídico, a Escola, a Mídia, etc, como vimos anteriormente com as petições e sentenças, com o dicionário tradicional, com as entrevistas de Liniker e Laerte e com a reportagem sobre a transgenitalização. Sabe-se que, em geral, essas instituições delimitam, restringem, fixam formas específicas de dizer o corpo, a partir de uma oposição lógica: ou é homem ou é mulher, conforme a lógica disjuntiva do ou/ou descrita por Pêcheux (1990a) e observada na primeira seção desse capítulo.

Sobre isso, é importante frisar mais uma vez que não se trata apenas do ponto de vista biológico-anatômico para que exista essa divisão. Trata-se de um corpo desde já significado pelos discursos de gênero e sexo que circulam, corpo discursivo, investido de sentidos, se fazendo significar, nessa relação dicotômica, enquanto um corpo já dado, já constituído na memória do dizer (interdiscurso) circulando os sentidos possíveis para a significação dos

sujeitos. Significação esta que impõe aos/nos corpos o fechamento de sentido, direcionando os sujeitos para formas corpóreas já estabelecidas, significando-os enquanto homem ou enquanto mulher.

Na direção da estabilização de sentidos, há um movimento parafrástico, conforme nos traz Orlandi (1998b), através de um conjunto de recorrências entre os corpos marcados por um discurso de gênero que opõe a identidade homem à identidade mulher que os caracterizam e os fazem significar discursivamente enquanto tal. Podemos citar algumas recorrências que marcam esses efeitos de sentido, funcionando enquanto evidência, como se fosse próprio do corpo a sua significação a partir do biológico-anatômico.

Manuais de conduta, de vestimenta, de postura, entre outros, ecoam no imaginário coletivo de uma sociedade, inclusive em uma sociedade como a nossa que teve (e ainda tem) sua base constituída a partir de princípios religiosos como o Cristianismo, somados aos posteriores princípios do Estado e da medicina, por exemplo. Com isso, temos, com a gestação e o nascimento de um bebê, diversos rituais e preparativos que inscrevem este corpo às práticas discursivas, demarcando sentidos fixos para a sua significação presente e futura.

Dessa maneira, ao nascer uma criança cujo corpo biológico acuse órgãos reprodutores femininos, por exemplo, a inscrição desse corpo se dará pelo dizer do outro que o inscreve em práticas discursivas determinadas àqueles sujeitos que possuem uma anatomia tal (feminina). Dessa forma, haverá, em casa, na escola, na rua, etc. a imposição e a chamada à ocupação de um determinado lugar, de uma determinada posição-sujeito.

Assim, circulam discursos cristalizados que giram em torno de frases como “meninas têm que ficar sentadas de pernas fechadas”, “meninas são frágeis e, portanto, não brincam de lutinhas”, “a mulher deve ser uma dama para a sociedade e uma prostituta na cama”, convocando o sujeito nascido sob determinado sexo a se vestir e portar, por exemplo, de acordo com as normas instituídas para o que deve ser uma mulher⁴². Como exemplo, retomo a petição trabalhada no capítulo dois em que o advogado, para convencer o juiz, faz comparações entre a requerente e aos hábitos ditos femininos, como brincar de bonecas, como um argumento que justifique a posição-sujeito mulher assumida pela cliente em questão. Ou ainda, pode ser retomado o exemplo do aluno que foi barrado em uma universidade federal pelo fato de usar saia.

⁴² De acordo com Simone de Beauvoir (2002 [1949]), o sujeito não nasce mulher, se torna mulher. Ou seja, o indivíduo, ao nascer sob determinado sexo, é compelido a se portar, vestir, pensar, não pelo sexo a que se subjeta, mas ao que esse sexo significa em uma dada sociedade.

Da mesma forma, temos dizeres já arraigados que giram em torno do sujeito que nasce sob a égide do sexo masculino, constituindo-o e convocando-o a assumir as possíveis posições-sujeito já dadas, de maneira que se signifique dentro do que é posto para corpo-e-sujeito a partir da masculinidade. Através de dizeres do tipo “homem que é homem não chora”, “carrinho é brinquedo de menino”, “todo homem deve proteger sua família”, etc, o sujeito é direcionado a processos estáveis de identificações, como se não houvesse a possibilidade de sentidos outros capazes de significar corpo-e-sujeito de forma diferente.

Com isso, podemos observar que o sentido já dado pelas instituições de poder à significação do corpo-e-sujeito exclui a possibilidade dos sujeitos compreenderem e significarem seus corpos de formas outras, uma vez que fecha o sentido através da dicotomia entre o feminino e o masculino que, de uma diferenciação interpretada como dada e inequívoca, projeta uma diferenciação em termos de porte e papel social. Dessa forma, a norma estabelecida não abre espaço para o não-sentido, para a possibilidade outra de vir a ser, para o processo polissêmico do corpo-e-sujeito.

Entretanto, de acordo com Pêcheux (1995), esta tentativa de fechamento dos sentidos esbarra com a falha, com a impossibilidade de se manter enquanto norma no momento em que o sujeito, no batimento entre não-sentido e sentido sobre si e sobre seu corpo, irrompe com o sentido posto, desequilibrando a norma que identifica homem/ mulher a partir dessa lógica disjuntiva. Tal funcionamento pôde ser visto, nessa tese, através de Liniker e de Laerte e será observado, nas próximas páginas, com Gabriela Perini.

Em reação a essa desestabilização da norma, pode ser observado o funcionamento do silêncio local proposto por Orlandi (1998b), no momento em que há a censura do corpo-e-sujeito que se significa fora desse já-dito sobre corpo-e-sujeito homem ou mulher. Como exemplo desse silenciamento, temos o fato de que, há pouco, vimos tramitar na Câmara dos Deputados, um projeto de lei, proposto pelo deputado Pastor Eurico (PSB-PE), que autorizaria a “cura gay”⁴³. Percebe-se, com essa notícia, a ilusão do sujeito pragmático, conforme nos aponta Pêcheux (1990a) - aquele que busca um mundo ideal onde há a estabilização dos sentidos - a ponto do referido deputado contrariar o Conselho de Psicologia que, em 1999, proibiu tratamentos que se dispusessem a tratar a homossexualidade como algo a ser revertido. Com isso, pode-se perceber que o projeto de lei mencionado é um

⁴³ Tal notícia foi divulgada pelo site g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/deputado-reapresenta-na-camara-projeto-de-lei-que-autoriza-cura-gay.html, no dia 12/05/2014 às 17h50.

exemplo, dentro da esfera política, da tentativa de fechamentos de sentidos no que diz respeito à significação do corpo-e-sujeito.

Essa ideia de anormalidade/transtorno insiste, ainda hoje, como vimos ao longo desse trabalho, a despeito do desenvolvimento da Psicanálise, que já no início do século passado rompia com a visão tradicional que considerava a existência de desvios/ patologias na sexualidade humana. Freud (2006 [1905]) afirma que a pulsão sexual que atua nas psiconeuroses é a mesma que atua nas pessoas que se consideram normais e com isso rompe as fronteiras entre o normal e o patológico. Além disso, não existe um objeto privilegiado da pulsão, não existe objeto pré-determinado. Nesse contexto, a sexualidade é libertada da presidência da moral normativa (quer científica, quer religiosa, que relaciona sexo e reprodução) e admitida como plural na ética da singularidade.⁴⁴

Mas vê-se que o pensamento que sustenta a dicotomia entre duas identidades de gêneros, a partir da diferença anatômica, atravessa ainda hoje as instâncias de poder no país, sendo por estas legitimado – embora já tenha sido superado pela área de estudos da Psicanálise, área fundada justamente na questão da sexualidade e do sujeito. Assim, na sociedade, busca-se fixar a divisão dos sujeitos a partir do biológico-anatômico, no sentido de uma coincidência entre anatomia e gênero e uma oposição inequívoca: ou se é homem, ou se é mulher, a partir de um elemento anatômico e uma representação biológica, reprodutiva, de sexo na sexualidade humana.

Miller (2004) retoma Lacan (1954-1955) no momento em que este busca compreender a relação imaginária entre o corpo e o ser vivo. Ainda, a respeito do corpo falante, o corpo afetado pelo simbólico, proposto por Lacan (1982)⁴⁵, é posto que, de acordo com Miller (idem: 13), “o corpo não avulta do ser, mas do ter”:

Podemos dizer ainda mais simplesmente que o sujeito, a partir do momento em que é sujeito do significante, não pode identificar-se com seu corpo, e é precisamente de lá que procede sua afeição pela imagem de seu corpo. O enorme inchaço narcísico, que é característico da espécie, procede desta falta de identificação subjetiva com o corpo. [...] É na falha dessa identificação entre o ser e o corpo, é mantendo, em todo caso, que o sujeito tem uma relação de “ter” com o corpo que a psicanálise arranja seu espaço. (MILLER, 2004: 14)

No trecho abaixo, Fink (1998) descreve como o corpo é resultado da inscrição da linguagem:

O Real é, por exemplo, o corpo de uma criança “antes” do domínio da ordem simbólica, antes de controlar os esfíncteres e aprender os costumes do mundo. No

⁴⁴ Cf. FREUD, S. Três Ensaio sobre a Sexualidade (1905), In. Obras Psicológicas Completas: Edição Standart Brasileira Vol. VII, Rio de Janeiro - RJ: Imago, 2006

⁴⁵ LACAN, J. O seminário. Livro 20: Mais ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (1982 [1975])

curso da socialização, o corpo é progressivamente escrito ou sobrescrito com significantes; o prazer está localizado em determinadas zonas, enquanto outras são neutralizadas pela palavra e persuadidas a se conformarem com as normas sociais e comportamentais. (FINK, 1998: 43)

Fink (idem: 44), aponta, nesse sentido, o real como “aquilo que ainda não foi simbolizado, resta ser simbolizado, ou até resiste à simbolização; pode perfeitamente existir “lado a lado” e a despeito da considerável habilidade linguística do falante”. Assim, ao pensarmos no corpo-e-sujeito, podemos conceber, a partir de um ponto de vista psicanalítico, que o real é da ordem do impossível, do irrealizado.

Dessa maneira, pode-se dizer que há uma produção de evidências de sentidos sobre o corpo – a partir dos discursos sociais em sua normatização. E há um movimento do sujeito para a contenção, na direção de dominar a significação também do corpo fazendo deste uma espécie de espelho que possa refletir uma imagem entre o desejo do sujeito e o desejo do Outro. Dessa maneira, assujeitado ao real do corpo, não raro, o sujeito se sente impotente diante da sua significação. Busca-se, então, alterar o corpo, intervir cirurgicamente, para se atingir um ideal de corpo que seja capaz de significar o sujeito em sua plenitude – o que é algo da ordem do irrealizável. De acordo com a Análise de Discurso, o sujeito não está na condição de origem do dizer, mas sim na condição de assujeitado ao dizer e, por isso, está sujeito a falhas, rupturas, deslizos: elementos constituintes do discurso, no caso, do discurso do/no corpo-e-sujeito.

De acordo com Pêcheux (idem):

Assim, ficava contornado, com toda a obstinação filosófica possível, o fato de que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca é inteiramente recoberto* nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma “pulsção” pela qual o *non-sens* inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar. (PÊCHEUX, 1995: 300)

Assim, por mais que o sujeito lute por fechar os sentidos sobre a sua significação, tentando se delimitar e se delinear, e/ou por mais que a norma tente fechar os sentidos, no caso, sobre a significação do corpo-e-sujeito, estarão, sujeito e norma, sempre sujeitos ao não-sentido, à possibilidade outra de vir a ser, à tensão, conforme Orlandi (1998b) entre paráfrase e polissemia.

Importante abordar que, estando inscrito sob a formação discursiva dominante que compreende o sujeito como produto do biológico-anatômico, o sujeito transexual terá de enfrentar a censura e confrontar a oposição binária e a coincidência entre anatomia e gênero.

Assim, ao produzir um efeito de ruptura nas formas determinadas pelas instituições de poder, exclusivas para corpos femininos ou masculinos, resta, a tal sujeito, legitimar frente às instituições outras possibilidades de significação do sujeito para além do já-dito sobre corpo.

Dessa forma, mesmo havendo a tentativa de fechamento de sentidos através da censura (ORLANDI, 1998b), da domesticação do corpo (FOUCAULT, 2013) e seus efeitos de permanência de sentido (PÊCHEUX, 1995), há algo que resiste ao sentido dado, florescendo o novo. Assim, diante do não-sentido presente no silêncio fundador, proposto por Orlandi (1998b), da possibilidade emergente de fazer sentido a partir do novo, há a constituição do corpo-e-sujeito outro.

Em um primeiro momento, ao se deparar com o novo de sua significação, uma vez que esta se dá fora do já-dito sobre corpo-e-sujeito, o sujeito transexual busca dar sentido, nomear, caracterizar e, sobretudo, compreender o corpo que se origina do não-sentido, do silêncio fundante que oferece possibilidades outras do sujeito vir a ser.

A propósito do que venho falando, trago um fragmento do recorte de análise que trata do depoimento da transexual Gabriela Perini:

Trecho 01: *“Tem pessoas trans que vão viver isso desde a infância, né? Tem pessoas que vão... crescer e depois de um determinado tempo elas vão perceber que o gênero que lhes foi imposto não funciona bem e este foi o meu caso, né? Então com vinte anos eu pensei assim, né? O que que está acontecendo?” (Gabriela Perini)*

Com essa fala de Gabriela Perini, pode-se perceber, em uma interpretação possível, o funcionamento do não-sentido, ou seja, da possibilidade do corpo de vir a ser outro, de se significar para além de um já dito. Aqui, pode-se observar o não-sentido, o irrealizado, emergindo para o sem-sentido, para aquilo que ainda não se significou aos olhos de si e do outro e que se encontra na emergência de se significar, de se atribuir sentido.

Se pensarmos na constituição do sujeito transexual, podemos observar a irrupção do sentido novo no momento em que esse sujeito, sujeito ao não-sentido, à possibilidade de, se depara com o sem-sentido, com algo que está lá, mas que ainda não se atribuiu sentido. Na fala de Gabriela Perini (2015) “o que que está acontecendo?” temos um exemplo desse flagrante captado. De um lado, temos o sujeito diante do novo, o sem-sentido na urgência de se significar, de outro, o já dito, a norma instituída sobre como se deve significar corpo-e-sujeito.

Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na

medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/non-sens do sujeito dividido. (PÊCHEUX, 1995: 300)

Assim, havendo essa pulsação do sentido/não-sentido no sujeito dividido diante dos sentidos estabelecidos pela norma vigente que impõe ao corpo-e-sujeito a determinação da significação a partir de uma interpretação (homem/ mulher) já-dada por uma oposição anatômica inequívoca, o sujeito transexual instaura sentidos outros para se fazer significar. Podemos observar o exemplo deste funcionamento no momento em que Gabriela Perini (idem) coloca que: “Tem pessoas que vão... crescer e depois de um determinado tempo elas vão perceber que o gênero que lhes foi imposto não funciona bem e este foi o meu caso, né?”

Dessa forma, temos o encontro de sentidos, proposto por Orlandi (idem), que faz com que exista a possibilidade de sentidos novos: de um lado, a certeza de um já-dito sobre corpo-e-sujeito e, de outro, aquilo que ainda não é nomeado, significado. Ao se tocarem, o sem-sentido e o já-dito forjam sentidos outros, dando possibilidade de abertura aos sentidos no que tange a relação de significação do sujeito para consigo mesmo e para com o corpo.

Assim, o sem-sentido do corpo-e-sujeito, ao partir do já dito para se fazer significar, possibilita sentidos novos para a significação corpo-e-sujeito. Eu diria que temos, como um resultado possível, a fundação de um novo discurso que, partindo do non-sens da transexualidade, é capaz de dar novos sentidos à significação corpo-e-sujeito.

3.3 O discurso fundador de um corpo-e-sujeito outro

Para avançar nas questões que venho propondo desenvolver, retomo a fala da transexual Gabriela Perini, publicada pelo canal Tv Carta Capital em 2015, que busca relatar suas vivências enquanto sujeito transexual. Seu dizer ora nos mostra as dificuldades cotidianas ao se assumir publicamente a significação outra para corpo-e-sujeito, ora nos aponta para uma resistência, uma militância frente à norma e seus órgãos repressores do corpo-e-sujeito outro.

Ao nos voltarmos para o processo de constituição e de significação do sujeito transexual, é importante abordar neste ponto que tal sujeito é inscrito em uma sociedade cuja formação discursiva dominante é marcada pela divisão em dois gêneros e no investimento em uma diferenciação discursiva entre eles, como se tais polos pudessem dar conta do real do corpo-e-sujeito. A divisão que é posta nesse jogo com o corpo-e-sujeito, desde o útero materno, significa o sujeito a partir de uma memória discursiva que regula o gênero em duas

ordens o feminino/mulher e o masculino/homem que, nessa perspectiva, se caracterizam pela presença/ ausência de órgãos sexuais, em sua interpretação inequívoca. Dessa maneira, corpo-e-sujeito que se significa fora dessa regularidade de sexo e gênero é, em muitos casos, excluído, negado, diminuído, apagado.

Assim, partindo do pressuposto de que a constituição e a significação do sujeito transexual se dão no não-sentido do corpo-e-sujeito, questiono se este processo vivido pelo sujeito transexual não fundaria um discurso outro para além da dicotomia homem e mulher. Estaria o sujeito transexual se servindo do sentido já-lá para, através de seus anseios em dar sentido ao sem-sentido, instalar um efeito de ruptura?

Orlandi (1993), ao retomar a questão posta em um de seus trabalhos anteriores⁴⁶ sobre a irrupção de um sentido novo a partir do sem-sentido, busca compreender como, partindo da certeza de um já-dito, de um lado, e o nunca experimentado, de outro, os sentidos se encontram e se transformam em outros, permitindo sua abertura e marcando uma história particular. Dessa maneira, a autora (idem) busca compreender o processo de significação do sem-sentido na sua relação com o já-dito, resultando em novos sentidos.

E é esse movimento que a presente seção busca compreender: o processo de significação do sem-sentido do corpo-e-sujeito na sua relação com o já-dito sobre sujeito e sobre corpo, resultando em novos sentidos.

Partindo de tal pressuposto, proponho pensar nesse movimento do sem-sentido e do já-dito na fundação de novos sentidos para além do que é estabelecido sobre a significação corpo-e-sujeito. Interessa-me compreender se há, de fato, um efeito de ruptura dos sentidos estabilizados para corpo-e-sujeito que se inscreva na memória do dizer, funcionando enquanto Discurso Fundador, conforme nos aponta a autora (idem).

Para que seja possível avançar nessa linha de pensamento, proponho dizer que o novo que configura corpo-e-sujeito se dá a partir do momento em que há uma nomeação. Retomando a fala de Gabriela Perini “Tem pessoas trans que vão viver isso desde a infância, né?”, podemos observar que o sem-sentido posto, vivenciado pela sua inquietude aos vinte anos em tentar compreender o deslize do sentido no trecho que diz “o que que está acontecendo?” é mais tarde respondido, nomeado, dando origem ao já-sentido da transexualidade.

⁴⁶Em seu estudo, Orlandi (1990) tratava em compreender como, a partir do sem-sentido, o sentido se faz e irrompe em um sentido novo.

Assim, ao atribuir sentido ao sem-sentido, nomeando-o “trans”, o sujeito transexual no lugar do, então, já-sentido, constrói sítios de significação para si e para o corpo, na ânsia de se fazer dizer para além do já-dito sobre a significação de corpos e sujeitos.

Importante observar que essa nomeação se dá em uma relação com o já-dito sobre corpo-e-sujeito, sobre o que é ser mulher e o que é ser homem. Temos um sujeito que, diante da impossibilidade de se significar mulher pela norma, uma vez que na memória do dizer circulam sentidos que giram em torno de que para ser mulher o sujeito deve ter em sua anatomia a vagina, por exemplo, o sujeito transexual, ao nascer com o corpo biológico masculino, no caso em análise, ressignifica o já dito sobre corpo e sobre ser mulher.

Sabe-se que inúmeras transexuais recorrem a cirurgias na tentativa de se submeter ao já-dito sobre o corpo biológico feminino, buscando aproximar-se ao máximo à norma instituída. Como vimos nos capítulos anteriores, os recursos para essa adaptação do corpo à norma, dado o ponto de vista da oposição anatômica de que se parte para fazer significar corpo-e-sujeito, vão desde a administração de hormônios, implante de seios e quadril à retirada ou implante do órgão sexual. Data de 1930⁴⁷ o primeiro caso de cirurgia de transgenitalização e, quase um século depois, com o desenvolvimento da ciência, casos como esses não param de se inscrever.

Aqui, percebe-se o funcionamento do equívoco atravessando e constituindo o corpo transexual cujo sujeito intervém: o de que para ser mulher o sujeito precisa se assujeitar ao corpo biológico feminino. Não basta se sentir mulher, é preciso reafirmar o sentido de corpo feminino como, entre outros, lábios carnudos, traços finos, seios, cintura, vagina etc, para se significar mulher.

Ou seja, a transexual que busca fazer uma intervenção em seu corpo o faz pelo desejo de reafirmar pra si e para o outro o já estabelecido de que para ser mulher, deve-se ter o corpo feminino, não considerando, talvez, que poderia se significar mulher mesmo possuindo a genitália masculina - como vimos, no segundo capítulo, uma sentença em que o juiz determinou a retificação do gênero na certidão de nascimento sem que o sujeito trans tivesse passado por cirurgia.

⁴⁷ De acordo com Pierre-Henri Castel (2001), que faz um estudo cronológico acerca do surgimento da transexualidade entre os anos de 1910 a 1995, data de 1930 a primeira cirurgia de mudança de sexo realizada em Dresde, Alemanha. Segundo Castel (idem), o cirurgião Felix Abraham operou Rudolf por duas vezes para que este obtivesse aparência feminina, sendo considerado o primeiro caso de transexualidade feito cirurgicamente.

Diante da correspondência normativa entre corpo e gênero, o sujeito é capaz de romper com o sentido já-dado de corpo à medida que o altera, ressignificando-o, mas, na maioria das vezes, não consegue deslocar a significação do corpo-e-sujeito para além da divisão dicotômica homem/ mulher, uma vez que a reafirma, como abordei no primeiro capítulo a propósito do recorte de análise sobre o processo da transgenitalização.

Acredito que, diferente do que busca intervir cirurgicamente no corpo, o sujeito transexual que resiste em se submeter à norma, ao corpo biológico-anatômico como definidor da significação do sujeito, ao mesmo tempo que é atravessado e constituído por outros sentidos já estabilizados no sítio de significação do feminino, como roupa, acessórios, postura corporal e gestos, por exemplo, poderia romper significativamente com o sentido de corpo-e-sujeito socialmente normatizado.

Penso nessa questão pelo fato de que ao manter o corpo biológico masculino e ainda assim se significar para além do masculino, teríamos uma ruptura em nível da significação do corpo e outra quanto à significação de gênero, como possibilidades de uma outra identidade definidora para o sujeito. A primeira pelo fato de que haveria uma dissociação entre o corpo biológico e sujeito, uma vez que o sujeito transexual romperia com o imaginário de que a anatomia do corpo é o definidor do feminino e do masculino. A segunda ruptura, da ordem do sujeito, implicada à primeira ao permitir vislumbrar que o sujeito não está confinado à significação já-dada sobre o corpo biológico, se dá no momento em que há a possibilidade de se fazer dizer para além do masculino e do feminino, atravessando e, por que não, suspendendo essa dicotomização imposta pela norma.

A este respeito, trago mais dois trechos do recorte em análise para que possamos compreender o novo, denominado transexualidade, e possíveis efeitos de sentido acerca da ruptura do já-dito sobre corpo-e-sujeito.

Trecho 2: *Não tem assim, o momento que eu me vesti de mulher pela primeira vez, assim, né? “Me vestir de mulher” esse é um termo horrível de se falar. Mas vestir, vestir roupas femininas pela primeira vez e então tudo fez sentido, assim... Isso não acontece, né? Pelo menos não comigo. (Gabriela Perini)*

Trecho 3: *Ninguém acorda num dia se olha e fala “nossa, meu corpo é horrível”. Isso tem a ver com toda a questão da indústria da beleza, né? Essa coisa do pênis igual a homem e vagina igual a mulher. E tudo isso, vai, a gente vai absorvendo todas essas coisas e vai refletir na chamada disforia. A disforia é esse momento em que a pessoa trans olha pro seu corpo e fala que tá errado. Mas não, né? O corpo de todo mundo é... cada pessoa tem seu corpo. Não existe corpo errado. Todos os corpos são certos. Tem mulher trans que não quer*

mudar o corpo, tem mulher trans que quer mudar também. As mesmas coisas para os homens trans, né? Eu? Tamo aí pra ver, não sei ainda. (Gabriela Perini)

Vemos, nessas falas, a necessidade da nomeação para designar o momento em que se percebe a instabilidade de sentidos entre norma/sujeito/corpo. Antes de compreender o que se é, é preciso compreender o processo pelo qual se está passando. Assim, diante da instabilidade dos sentidos e da ânsia em se compreender o novo, é atribuído o nome *disforia*⁴⁸ para designar o momento em que o sujeito percebe o sem-sentido em si e no corpo. Este sem-sentido, agora já-sentido, é nomeado, nesse caso, como transexualidade.

Com isso, podemos perceber na fala de Gabriela Perini o funcionamento do efeito de ruptura que proponho, tanto em relação à ordem do corpo, quanto em relação à ordem do gênero, possibilitando outras filiações de sentido para corpo-e-sujeito. No trecho 3, Gabriela separa corpo-e-sujeito do corpo biológico ao conceber a possibilidade do sujeito se fazer dizer fora da significação dicotômica que leva em conta a anatomia sexual do corpo. Ao colocar: “Não existe corpo errado. Todos os corpos são certos. Tem mulher trans que não quer mudar o corpo, tem mulher trans que quer mudar também. As mesmas coisas para os homens trans, né?” podemos tomar, como um dos sentidos possíveis, o efeito de ruptura pela resistência, pela negação de uma concepção de corpo já-dito pela norma, que fecha o sentido de corpo-e-sujeito frente a determinação do corpo físico. Assim, ao resistir “ao gênero que lhes foi imposto”, Gabriela ressignifica o corpo, não mais a partir do biológico-anatômico.

Ao pensarmos no segundo momento de ruptura, da ordem do gênero, podemos observar que, diante da possibilidade de uma significação outra do corpo, fora da determinação biológica e anatômica, temos a significação do sujeito para além do já dito sobre o próprio sujeito. Suspende-se a norma que significa o sujeito enquanto homem ou enquanto mulher. Gabriela Perini traz em sua fala que não se trata de se “vestir *de mulher*”, ou seja, não há uma afirmação do feminino pelo feminino, mas sim uma ressignificação do

⁴⁸ A Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA) define como “disforia de gênero” “aquele estado psicológico por meio do qual uma pessoa demonstra insatisfação com o seu sexo congênito e com o papel sexual, tal como é socialmente definido, consignado para este sexo, e que requer um processo de redesignação sexual cirúrgica e hormonal” (RAMSEY, 1996, p. 176 apud TEIXEIRA, 2009; p. 61). É importante colocar que, segundo os estudos de ABDO, PEREIRA & SPIZZIRRI (2014), o termo “Transtorno de Identidade de Gênero” proposto em 1993 pela Organização Mundial da Saúde – OMS coloca a transexualidade inserida na Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Embora, a partir de 2012, a American Psychiatric Association (APA) através do Diagnostic and statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5) tenha aprovado o novo manual que não mais trata da transexualidade como transtorno ou distúrbio, no Brasil, ainda vigora, através do CID 10, o conceito de transexualidade como transtorno de gênero, sendo este diagnóstico responsável pelo direito à terapia hormonal e à transgenitalização pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

sujeito que, neste caso, sem alterar o corpo físico, o mantém, vestindo-o com roupas femininas, por exemplo. Esse movimento faz com que haja o deslize, o efeito de ruptura dos sentidos fixos sobre a significação do sujeito, fazendo emergir a possibilidade outra de vir a ser para além do já-dito.

Retomando o dizer de Gabriela quando coloca “vestir *de mulher*” seguido da reiteração “este é um termo horrível de se falar”, pode-se perceber que não se trata de se vestir de mulher, mas, talvez, de se sentir, de se dizer para além do masculino. Ali, a preposição “de” funciona de forma que a indumentária do feminino tenha já um dono próprio: a identidade “mulher”. Talvez houve, ainda, por parte de Gabriela, a necessidade de se corrigir, uma vez que o termo “vestir de mulher”, pode, em uma leitura possível, dar ideia de falseamento, de faz de conta, de parecer ser uma coisa que não se é, como vestir uma fantasia – vestir de soldado, vestir de palhaço, etc.

Em seu depoimento, Gabriela fala partindo do lugar de uma transexual que não se submeteu, ao menos ainda, às intervenções cirúrgicas, demonstrando que é possível ressignificar aquilo que o já-dito estabelece enquanto mulher e enquanto homem. Mas, há a dúvida se essa significação permanecerá suficiente para se fazer dizer. Ao considerar a possibilidade de mudar o corpo para poder se fazer dizer enquanto mulher, Gabriela coloca: “Eu? Tamo aí pra ver, não sei ainda.”, indicando um não fechamento, uma aceitação de que pode ir se elaborando de outras formas durante a sua história. Não se sabe se em outro momento de sua vida, tal sujeito buscará reafirmar o feminino a partir do biológico, do anatômico.

Independente disso, o dizer de Gabriela Perini sobre si e sobre o corpo instaura o novo, a possibilidade outra de vir a ser, de se significar enquanto sujeito, ressignificando a si e ao corpo. Dessa forma, ao nomear o sem-sentido, tornando-o já sentido, Gabriela se ressignifica ao mesmo tempo que ressignifica o já-dito, uma vez que o funcionamento discursivo do corpo-e-sujeito outro possibilitará outros sítios de significação na memória do dizer para se conceber o corpo-e-sujeito.

Nesse momento, gostaria de trazer o que Orlandi (1993) chama de discurso fundador. Segundo a autora (idem: 13) o discurso fundador cria uma nova significação para o que já existia, fazendo funcionar uma outra memória a partir do novo, desautorizando o sentido anterior. Assim, conforme Orlandi (idem), instalando outra tradição de sentidos, instala-se outra rede de filiações a ponto desse dizer irromper no processo significativo, produzindo a sua memória.

Para a autora (idem),

(...) uma das características do discurso fundador: a sua relação particular com a “filiação”. Cria tradição de sentidos projetando-se para frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). (ORLANDI, 1993:13-14)

No caso em análise, podemos dizer que a transexualidade se funda enquanto um novo sentido possível para significar corpo-e-sujeito. Ao se dizer transexual, o sujeito se serve do sentido já-lá para instalar a ruptura, para criar uma nova significação para o que já existia sobre corpo e sobre sujeito. Assim, esta nova significação, a transexualidade, instala-se gerando outras filiações de sentido, fazendo irromper na memória do dizer a sua própria memória de sentidos. De acordo com Orlandi (idem),

Esse processo de instalação do discurso fundador, como dissemos, irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significante – apoiando-se em “retalhos” dele para instalar o novo. (ORLANDI, 1993: 13)

Com isso, poderíamos dizer que o sujeito transexual desloca o discurso fundador já existente, aquele que se calca na divisão entre as identidades homem/mulher, baseadas no investimento de uma discursividade marcadamente feminina ou masculina em concordância com o corpo anatômico funcionando enquanto formação discursiva dominante.

Esta formação discursiva dominante, constituída ora pelo discurso religioso, ora pelo campo de estudos da biologia humana, ora pelo jurídico e ora pela moral, por exemplo, é atravessada por outras filiações de sentido, como a da transexualidade, que buscam conceber formas outras de se dizer corpo-e-sujeito.

Importante dizer que a inscrição do Discurso Fundador da transexualidade se dá, não no momento de sua origem quando da existência do sujeito transexual, mas na sua relação com o outro que o (re)afirma enquanto tal. Para se inscrever, para tornar possível, o sujeito transexual deve ter a sua significação enquanto transexual perante aos olhos do outro. É preciso o reconhecimento, a sua legitimação frente à norma, frente às instituições de poder, como, por exemplo, frente ao jurídico, como vimos no segundo capítulo.

Assim, para que seja possível a fundação de novos sentidos acerca da significação do corpo-e-sujeito, para que estes se inscrevam na memória do dizer, não basta o fato da existência do sujeito transexual apenas em seu meio familiar ou círculo de amigos. Faz-se necessária a sua inserção nas diversas esferas sociais, sendo legitimado, por exemplo, enquanto sujeito de direito no que diz respeito à esfera jurídica, enquanto profissional no que

tange o mercado de trabalho e, em outras instâncias, enquanto filho de Deus no que concerne a esfera da religião.

Aqui, ao colocar que não basta a existência do sujeito transexual para que este se inscreva na memória do dizer, levo em consideração o já-dito sobre tal sujeito. Sabe-se que, não raro, ainda hoje grande parte das transexuais sofrem diversos tipos de agressões físicas e/ou psicológicas, resultando na evasão escolar e na rejeição do mercado formal de trabalho, por exemplo. Tal rejeição experimentada pelas transexuais, e também pelas travestis, é consequência do não assujeitamento à norma que, a todo momento, tenta estabilizar os sentidos sobre corpo-e-sujeito, negando possibilidades outras de se dizer, excluindo-os. Dessa forma, para conseguir se inscrever, o sujeito transexual deve lutar pelo seu espaço social, atravessando a margem do sem-sentido para o já-sentido aos olhos do outro.

De acordo com Orlandi (1998b),

[...] a partir da relação com um outro “x” (no contexto imediato) se trabalha a relação com um outro “y”, ambos determinados pelas suas relações não visíveis com o Outro (interdiscurso). Sobrepõem-se assim sentidos constituídos em relações diferentes, apagando essa diferença. O que é silenciado aí é que o “outro” x não é o “outro” y. Isso resulta em um silenciamento mais profundo na relação com o interdiscurso: aparece como se se pudesse transportar memória (saber discursivo), fazendo valer para y o sentido produzido em x. (ORLANDI, 1998b: 65)

Com isso, em uma interpretação possível, poderíamos ter, no lugar de X, o sujeito que se subjetiva à norma dicotômica para corpo-e-sujeito e, no lugar de Y, o sujeito transexual. Partindo de tal pressuposto, pode-se dizer que o preconceito, a exclusão do sujeito transexual se dão, entre outros fatores, pelo silenciamento profundo na relação do sujeito transexual com a memória discursiva, com o interdiscurso. Há, aí, a tentativa de se fazer valer para o corpo-e-sujeito outro (Y) os sentidos produzidos no corpo-e-sujeito sob a norma feminino/masculino (X).

O resultado disso é que o y, apartado da memória que poderia lhe fazer sentido, fica sem-sentido e, por uma necessidade vital do sujeito que é a de tudo interpretar, se preenche com o sentido lá, o sentido do já dito, enquanto mera repetição (de x). Identificam-se assim esses processos, produzindo-se o sem-sentido no não-sentido. Essa sutura impossibilita o movimento do sujeito em seus processos de identificação. Funciona como uma censura. Pelo que estamos dizendo de silêncio e de sentido [...] podemos afirmar que o sem-sentido pode ser considerado como o silenciamento do não-sentido que, considerado em relação ao silêncio fundador (o irrealizado), poderia produzir sentido. (ORLANDI, 1998b: 65)

Com isso, de acordo com Orlandi, há a produção do sem-sentido no não-sentido, barrando o movimento do sujeito no percurso de sua identificação a sentidos outros, censurando-os. Dessa forma, em muitos casos, o não-sentido do corpo-e-sujeito outro é silenciado, resultando no sem-sentido, naquilo que não tem significação.

Dessa maneira, ao buscar sentido no sem-sentido, vivenciando esta ânsia em se fazer dizer transexual, por exemplo, aos olhos do outro, na tentativa de fixar sítios de significação que demarquem a transexualidade, Gabriela Perini tenta se inscrever enquanto possível, enquanto sujeito fundante de um discurso outro:

Trecho 04: Pra grande população, acho que o primeiro passo é a gente dizer que existe. Por isso que estou me focando para estudar, né? Pra eu chegar na academia, nas palestras e dizer “eu existo, eu estou aqui como uma igual”, né? E disputar os espaços de poder da sociedade: o espaço acadêmico, o espaço político e que elas vejam que uma mulher trans também tem coisas a dizer, uma mulher trans também pode estudar, né? E que é uma pessoa como qualquer outra. (Gabriela Perini)

Dessa forma, é pela luta, pela disputa dos espaços sociais que se configura a tentativa de inscrição do sujeito transexual no simbólico, para que seja possível, assim, o discurso fundante da transexualidade. Assim, tendo como alvo a sua inserção na esfera acadêmica, a transexual Gabriela Perini rompe com o já-dito sobre tal sujeito, uma vez que conquistou uma vaga em uma das universidades públicas do país, a Universidade de São Paulo - USP. O exemplo de Gabriela não é o único, visto que, hoje, o sujeito transexual tem conseguido obter certa visibilidade e adentrar em espaços, como o acadêmico, como nunca feito antes. Aos poucos, o Discurso Fundador da transexualidade vai se fixando e se estabilizando enquanto tal, na medida em que o sujeito transexual avança em sua luta para a sua inscrição como possibilidade.

Não posso deixar de dizer que a resistência à normatividade dicotômica do sexo, atravessada e constituída pelo momento histórico do século XXI, se fortalece e ganha espaço. Nunca antes se fez tão presente a abertura para discussões a respeito do gênero. Em vista disso, significativos grupos militantes que lutam por direitos iguais frente à normatividade ganham voz.

Assim, temos, como exemplo, os chamados grupos LGBTT's que reúnem sujeitos que se assumem lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e que buscam legal e judicialmente a igualdade de gênero. Nesse ponto, é interessante observar que tais movimentos, na tentativa de se inscrever na memória do dizer, buscam estabelecer como sentido possível formas outras de significação do sujeito no que concerne a gênero e sexualidade.

Sobre isso, proponho pensar que, apesar dessa ideia ser fundamental para o início de um questionamento da norma, também fecha o sentido para corpo-e-sujeito a padrões de

gênero estabelecidos pelo próprio movimento. Percebe-se que há uma tentativa de fechamento de sentidos, por parte desses grupos, que buscam estabilizar os sentidos para corpo-e-sujeito ao determiná-lo a um conjunto de gêneros, separando-os por categorias - da mesma forma que a norma instituída ao dividir o sujeito em homem ou mulher.

Segundo Orlandi (1993:15), apesar de arbitrária, a tentativa do fechamento de sentidos é necessária, uma vez que “dar sentido é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir *sítios* de significância, é tornar possíveis *gestos de interpretação*”. Além disso, fechar os sentidos sobre gênero é fundamental para que se obtenha reconhecimento e legitimidade perante ao todo social.

Em outro trecho do relato de Gabriela Perini, podemos observar essa divisão de sentidos posta ao repetir e reafirmar o discurso sobre a segregação dos corpos e dos sujeitos a gêneros. Gabriela deixa ver o funcionamento dessa divisão imposta pelo gênero ao tentar significar corpo-e-sujeito para além do já-dito:

Trecho 05: *Tem denúncias baixíssimas, assim, falando que as outras mulheres são traidoras... mulheres que acolhem mulheres trans são traidoras; mulheres bissexuais ficam com homens, portanto são traidoras... Já encontrei coisas absurdas do tipo buceta não é pra quem quer, é pra que pode... A meritocracia da genitália, né? (Gabriela Perini)*

Aqui é interessante observar que, na fala de Gabriela, há limites e gêneros específicos para designar corpo-e-sujeito que se significa e é significado dentro e fora dos limites impostos pela norma. Tenta-se delimitar o que é mulher, o que é mulher trans, o que é mulher bissexual, restringindo corpo-e-sujeito a limites não apenas pela significação, mas também pelo seu comportamento: “mulheres que acolhem mulheres trans são traidoras, mulheres bissexuais ficam com homens, portanto são traidoras, etc.” Diante disso, questiono se não estariam esses movimentos militantes operando para uma contínua divisão ao determinar como características gestos, comportamentos e vestimentas, por exemplo, como marcas de um gênero. Como podemos perceber, não somente fora, mas também dentro dos movimentos LGBTT’s, há uma grande e acirrada disputa pelos *sítios* de significação no que concerne a significação do corpo-e-sujeito.

O trecho a seguir dá continuidade à divisão de sentidos que se instaura entre os diversos tipos de gêneros, a ponto de demarcar a superioridade de um em detrimento a de outro.

Trecho 06: *O homem hétero, né? Eu não sei o que acontece... Ele é homem, hétero, vê uma mulher trans se prostituindo, se acha no direito de usar do corpo dela, mas se alguém descobrir que ele, hétero, ficou com uma mulher trans, pronto! O mundo acaba pra ele. (Gabriela Perini)*

Ali, nessa fala, tem-se marcado que o homem hétero nega a possibilidade de existência da transexual enquanto alguém com quem se relacionar, uma vez que estaria desmoralizado se o seu envolvimento com uma viesse a público. Assim, em uma interpretação possível, o homem hétero ocupa a posição de dominador, de detentor do poder, enquanto que a transexual é posta na posição de dominada⁴⁹. A fala de Gabriela Perini marca que o homem hétero ao negar um possível envolvimento com uma prostituta trans estaria reafirmando o seu lugar de dominada, de invisível, de impossível. Ainda, em outra interpretação possível, estar com uma mulher trans pode significar como uma transgressão, como um desejo que não pode vir a público.

Não só esses trechos do depoimento de Gabriela, que narram situações fora do meio universitário, demonstram a cisão entre gêneros. Ao vivenciar o ambiente universitário, Gabriela se depara com a divisão de sentidos sobre a significação do sujeito dentro da esfera acadêmica, uma de nossas instituições de poder. Podemos observar tais considerações neste trecho que compõe o referido recorte de análise:

Trecho 07: *Preconceito sempre tem, só que as pessoas disfarçam. Aqui na USP acontece muito disso, né? Na FFLCH, faculdade de humanas, todo mundo quer ser de esquerda, todo mundo quer ser legal e... finge que não tem preconceito.*

Como uma interpretação possível, no dizer de Gabriela “preconceito sempre tem, só que as pessoas disfarçam.”, temos uma marca da exclusão social a que o sujeito transexual se inscreve e é inscrito. Fica registrado, nesse depoimento, que sua fala parte do lugar do discriminado, da minoria.

No entanto, nesse mesmo lugar social em que há a resistência ao novo do corpo-e-sujeito, há também a possibilidade de abertura de sentidos, dando oportunidade a sua voz que se faz ressoar no momento em que deixa de ocupar o lugar do invisível ao se tornar parte do social visível: o meio acadêmico.

Interessante observar que seu depoimento ganha a atenção da mídia, não por ocupar o lugar do invisível, da minoria, mas por se colocar de forma visível, ocupando a posição-

⁴⁹ De acordo com Bourdieu (2002), conforme trouxe no primeiro capítulo desta tese.

sujeito aluna universitária, dentro de um espaço social de prestígio em que é possível se fazer dizer socialmente, a USP:

Trecho 08: *A USP é um lugar bastante privilegiado, então eu sei que aqui, por exemplo, ninguém vai me espancar até a morte, coisa que acontece com as pessoas trans na rua.* (Gabriela Perini)

Assim, diante da possibilidade de abertura dos sentidos considerada pelo meio acadêmico, acredito que essas novas formas de se conceber corpo-e-sujeito ganhem ainda proporções futuras. Há, aí, algo que começa a despontar no momento em que há a possibilidade dos sujeitos suspenderem a ordem normativa questionando-a com a presença de corpos e sujeitos significados fora do que se estabelece como corpo-e-sujeito padronizado. Segundo Orlandi (1998b),

Com efeito, é o reconhecimento do silêncio fundador que nos leva a dizer que, para que do não-sentido irrompa o sentido novo é preciso aceitar provisoriamente o não-sentido como tal, não se aderindo ao sentido (literal) aí posto, no caso, o sem-sentido. Mantendo a relação com o não sentido e expondo o sujeito a ele, é necessário produzir processos de transferência, de deriva, de deslizes de sentidos, propiciando a errância do sujeito que, como dissemos, só é possível na relação com o silêncio fundador. (ORLANDI, 1998b: 65)

Dessa forma, pode-se perceber que, no momento em que o meio acadêmico, por exemplo, aceita, ou seja, se encontra aberto ao não-sentido, possibilitando a exposição do sujeito transexual ao não-sentido do corpo-e-sujeito, tal espaço institucional propicia, conforme Orlandi (idem) a errância do sujeito, a sua movência, a possibilidade outra de vir a ser.

Assim, aberto ao não-sentido do corpo-e-sujeito, o sujeito transexual na tentativa de tornar sentido o sem-sentido aos olhos do outro, dentro do espaço acadêmico, estabelece, conforme Orlandi (1993: 24), um novo discurso fundador ao se fazer “em uma relação de conflito com o processo de produção dominante de sentidos, aí produzindo uma ruptura, um deslocamento”. Com isso, concebendo o corpo de forma outra, o sujeito transexual se filia a sua própria possibilidade, constituindo uma nova região de sentidos que marcam um outro processo de identificação para corpo-e-sujeito.

3.4 A constituição espectral do corpo-e-sujeito outro

A presente seção, ao levar em conta o movimento da constituição dos sentidos advindos do não-sentido, sem-sentido e do já-dito, segundo Orlandi (1998b), busca compreender o funcionamento discursivo do corpo-e-sujeito outro enquanto fundante de um

discurso novo para além do já-dito sobre corpo-e-sujeito. Partindo de tal perspectiva, proponho pensar em uma revolução para corpo-e-sujeito em vias de acontecimento, uma revolução alhures.

Penso em um corpo-e-sujeito que gera em si uma crescente gama de significações ao passo que ganham a visibilidade na medida em que adentram os espaços sociais. Sabe-se que hoje o sujeito transexual vem, aos poucos, conquistando espaço no meio acadêmico, político, jurídico, no mercado de trabalho e em demais esferas sociais. E sabe-se, ainda, que, embora haja a sua inserção nos espaços sociais, é apenas um número reduzido desses sujeitos que consegue sair do anonimato e da marginalidade.

A meu ver, é a censura advinda, principalmente, pelo social, muitas vezes velada, que impede que a transexualidade instale uma revolução de fato, capaz de ressignificar perante a norma, o já-dito sobre corpo-e-sujeito. Questiono, diante disso, a possibilidade do ato revolucionário que constitui a transexualidade, ao desestabilizar e suspender a norma, vir a se constituir enquanto revolução, enquanto um levante de sujeitos com suas bandeiras em busca de liberdade, igualdade e fraternidade.

A respeito das grandes revoluções⁵⁰, Pêcheux (1990b: 08) coloca que a questão histórica que as envolve se dá pelas diversas vias de contato, como, por exemplo, entre o que é visível e o que é invisível, entre o que existe e o não-realizado, o alhures ou o impossível. Assim, o autor (idem) busca compreender essa questão histórica das revoluções trazendo-a para os domínios dos estudos da linguagem, uma vez que esta, a linguagem, “especifica a existência do simbólico” para o sujeito.

A existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um “*desejo*”, etc., no jogo variável das formas que permutam o presente com o passado e o futuro, a constatação assertiva com o imperativo da ordem e a falta de asserção do infinitivo, a coincidência enunciativa do pronome *eu* com o irrealizado *nós* e a alteridade do *ele (ela)* e do *eles (elas)*... Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível. (PÊCHEUX, 1990b: 08)

Assim, podemos tomar como exemplo da materialização do invisível o corpo-e-sujeito outro, como o transexual, uma vez que está inscrito nas formas linguísticas da negação, do hipotético. Digo isso pelo fato de que temos um número significativo de sujeitos

⁵⁰ Pêcheux (1990b) como grandes revoluções a Revolução Francesa (séc. XVIII), a revolução socialista (séc. XIX) e as revoluções proletárias (séc. XX).

transexuais e travestis, por exemplo, habitando a zona da marginalidade, a zona do invisível dos guetos, vivenciando a condição de um sujeito “sem categoria”, “desclassificado”, aos olhos de uma sociedade que se mantém conservadora sobre as questões de sexualidade e gênero. Ali, nesse lugar do irrealizado, o sujeito transexual faz germinar uma semente calcada na resistência e, no impossível de si e do corpo, encontra o armamento necessário para se fazer dizer não como uma ruptura, ainda, mas como um deslocamento de sentidos que suspende e questiona os paradigmas do gênero.

De acordo com Pêcheux (idem), no interior do mundo existente, pressupõe-se que haja:

(...) a existência de um germe revolucionário independente, presente no estado prático como uma essência certamente travada, reprimida, dominada, mas que no entanto preste a fazer irromper, toda armada como Atená, e a dominar, por sua vez quando chegar o dia. Aqui é necessário insistir, porque encontramos numerosos exemplos desta concepção, tanto na aceção corrente da noção de ideologia proletária, quanto por detrás de formulações que atribuem generosamente à “negritude”, ao “feminismo”, à “loucura”, ao “pensamento selvagem”, ao “judaísmo”, etc., o estatuto de contra-ideologias revolucionárias: esta concepção se encontra, em suma, sob a garantia da existência das *ideologias dominadas* concebidas como germes reprimidos e abafados pela ideologia dominante. (PÊCHEUX, 1990b: 16)

Que corpo-e-sujeito é esse, marcado pela resistência, que tenta irromper o invisível em visível, o impossível em possível? Estaria o corpo-e-sujeito outro funcionando discursivamente enquanto um começo de ruptura de um sistema que se esforça em fechar o sentido para corpo-e-sujeito a padrões de gênero? Este corpo-e-sujeito estaria significando a vanguarda de uma revolução?

Perguntar pelas relações da linguagem com a revolução não pode, portanto, limitar-se hoje à questão do discurso do Partido-Estado, e à da legitimidade/ilegitimidade deste enquanto enunciador do discurso revolucionário. A problemática da legitimidade e da usurpação é uma das formas históricas mais solidamente instaladas, nos próprios discursos revolucionários, sob a forma de um incessante deslocamento “alhures” da realidade do socialismo (...) até o “nenhuma parte do socialismo-dos-textos-clássicos”, inscritos no espaço puro da teoria. (Pêcheux, 1990b: 15)

Interessante colocar que Pêcheux (idem) inicia seu texto dizendo que há alguns espectros que assombram as revoluções há mais de duzentos anos. O autor (idem: 08) faz essa relação, tomando a palavra “espectro” compreendida de várias maneiras. Assim, Pêcheux trata das revoluções levando em consideração o espectro ora como uma figura que ressurgir dos mortos com o intuito de perseguir os vivos, remetendo à imagem dos heróis que se convertem em terríveis visões de fantasmas-espantalhos que atravessam a história; ora como um truque de fantasmagoria que produz àquele que o assiste a ilusão de haver um

ser irreal que se relaciona com homens de carne e osso; e, ainda, ora como um conceito advindo da física ao tratar como espectro a distribuição e a variação das suas cores “bordadas de radiações invisíveis” e suas faixas luminosas que estabelecem divisões fronteiriças.

Diante disso, pode-se compreender que o espectro que assombra as revoluções está presente no invisível, no alhures, no irrealizado. Em se tratando das revoluções mencionadas por Pêcheux (idem), o espectro, em uma interpretação possível, poderia ser o conjunto de sujeitos à margem da sociedade que, invisível aos olhos das instituições de poder, resiste e assombra essas mesmas instituições⁵¹.

Relacionando o que Pêcheux (idem) nos traz ao que proponho enquanto revolução do corpo-e-sujeito, interessa-me sondar a possibilidade de uma presença espectral que assombraria a norma dicotômica (feminino/masculino), amedrontando-a a ponto desta se armar para a batalha contra o invisível, o irrealizado, o absurdo, o alhures.

Digo isso pelo fato de que os sujeitos que não se filiam aos sentidos já dados para corpo-e-sujeito representam uma minoria frente aos sujeitos que se filiam à normatividade da significação do gênero pelo biológico-anatômico. Tanto é assim que hoje temos diversos grupos militantes que tentam arduamente conquistar os direitos legais e institucionais que a maioria tem. Diversos são os casos de violência sofridos pelos sujeitos que não se “enquadram” àquilo que é instituído como padrão para corpos e para sujeitos. Vítimas de estupro, de espancamento e de assassinatos, inúmeras transexuais e travestis sofrem por não terem reconhecimento frente aos demais.

É através do “não” de um policial quando se presta uma queixa, da recusa de atendimento em um posto de saúde, dos olhares curiosos, interrogativos e inquisidores que o sujeito transexual é posto no lugar do invisível, do que não se reconhece como cidadão digno, legitimado. Repito que são poucos os sujeitos transexuais e travestis que conseguem atravessar, em alguns pontos, a linha da marginalidade.

⁵¹ Embora trabalhe com a noção de espectro a partir de Pêcheux (1990b) e retome, rapidamente, essa noção com Butler (2008), é interessante apontar, nesse momento, o que Derrida (1994), em algumas palavras, concebe enquanto espectro. Ao conceder uma entrevista à *Folha de S. Paulo* a respeito da obra “Os espectros de Marx” de 1994, Derrida (idem) coloca que “O espectro é uma estrutura que resiste às oposições metafísicas. Não é nem inteligível, nem vivo e nem não-vivo. [...] é tudo que resista às oposições conceituais da filosofia clássica. A espectralidade foi o viés estratégico da desconstrução.” Ainda, relacionando o espectro à questões psicanalíticas, Derrida (idem) nos traz que “[...] o espectro é alguém que nos fascina e a gente tenta reprimir, recalcar. [...] que nos olha e nós não podemos ver” Para ele, a lógica espectral “não é nem inteligível, nem sensível, não é nem visível, nem invisível e que tanto diz respeito à linguagem, quanto à telecomunicação.” (Entrevista disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/26/mais!/24.html>)

No recorte em análise que trata do depoimento de Gabriela Perini, temos um sujeito transexual que consegue atravessar, mesmo que momentaneamente, a linha da marginalidade ao ingressar no meio acadêmico. Digo momentaneamente pelo fato de que fora dos contornos da universidade, na rua, o mesmo sujeito transexual corre o risco de ser espancado até a morte. Além disso, não pode ser ignorado o fato de que mesmo dentro do ambiente acadêmico o sujeito transexual pode estar sujeito ao preconceito.

É nesse atravessamento momentâneo entre o marginal e o social que o sujeito transexual toma a forma de espectro: o invisível surge diante dos olhos da sociedade tal qual uma assombração, causando espanto, medo, horror. Indo além, busquei compreender a palavra espectro, conforme propõe Pêcheux (idem), a partir de diferentes sentidos. Assim, trago alguns sentidos possíveis para “espectro” encontrados em dois dicionários *on-line*, a saber: Priberam e Michaelis. O primeiro traz as seguintes acepções para esse verbete:

Es.pec.tro: 1. Imagem fantástica de um morto. 2. Aquilo que constitui ameaça (ex.: espectro da morte) 3. [figurado] Pessoa magra e lívida 4. [Farmácia] Conjunto de micro-organismos ou de infecções em relação aos quais um antibiótico é ativo. (ex. antibiótico de largo espectro) 5. [Física] Registro da dispersão ou distribuição de energia ou radiação. (*Dicionário Priberam. Disponível em: www.priberam.pt/espectro - Acesso em 19/04/2016*)

Além das duas primeiras acepções, já comentadas por Pêcheux (idem) e retomadas neste trabalho, chamo a atenção para os demais sentidos apresentados para pensarmos na posição do sujeito transexual funcionando enquanto espectro.

Vemos, na terceira acepção, que há a possibilidade de atribuirmos a palavra espectro a uma pessoa, mesmo que especificada em magra e lívida. Na acepção seguinte, que parte da medicina, pode-se conceber o espectro como algo que reúne um conjunto de organismos que deve ser combatido, extirpado através da ativação de recursos manipuláveis. Sobre isso, é interessante trazer o que a medicina nos apresenta a respeito da transexualidade: “[...] Transgênero refere-se ao amplo espectro de indivíduos que transitoriamente ou persistentemente não se identificam com o sexo de nascimento” (ABDO, PEREIRA & SPIZZIRRI, 2014: 44)

Vemos, ainda, na quinta acepção, a possibilidade de “espectro” ser compreendido como dispersão. Sobre tal conceituação advinda da Física, procurei buscar outros sentidos que pudessem explicar de que forma a dispersão do espectro se dá.

Dessa forma, trago o segundo dicionário que também busca conceituar espectro partindo da Física:

Es.pec.tro: 1. [Fís] Arranjo dos componentes de um feixe de energia radiante, formado quando este feixe é submetido a dispersão de modo que as ondas componentes são dispostas na ordem de seus comprimentos de onda, como acontece quando um feixe de luz solar é refratado e dispersado por um prisma de cristal e forma uma faixa com as sete cores do arco-íris. 2. Imagem fantástica de um morto. 3. Imagem. 4. Sombra. 5 [Farm] Grupo de enfermidades e males físicos aos quais se aplica um determinado medicamento: antibiótico de largo espectro. **Espectro atômico:** espectro de radiação, causado por transições espectrais, características do elemento. **Espectro Contínuo:** espectro formado por faixa luminosa sem interrupções, apresentando todas as cores do arco-íris. **Espectro de raios X:** espectro de uma emissão de raios X, obtido pela dispersão com uma grade de cristal ou uma grade pautada. **Espectro de toxina:** diagrama de forma de um espectro, empregado por Ehrlich para demonstrar o poder neutralizante de antitoxinas. **Espectro eletromagnético:** o âmbito inteiro de comprimentos de onda ou frequências de radiação eletromagnética que se estende dos raios gama até as ondas de rádios mais longas, incluindo a luz visível. **Espectro prismático:** espectro obtido pelo uso de um prisma ou de uma série de prismas. **Espectro Solar:** faixa luminosa, resultante da decomposição da luz solar, ao atravessar um prisma de cristal, e que tem as sete cores do arco-íris. (*Dicionário Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/lingua=portugues-portugues&palavra=espectro> - Acesso em 19/04/2016*).

Com isso, podemos compreender, ainda, o sentido de espectro como um elemento invisível que se deixa transparecer quando é submetido à luz do dia sob um determinado prisma, um determinado ponto de vista. Mas, ao tornar-se visível, o espectro não se apresenta como algo unificado, centrado, indivisível. Ao contrário, se apresenta como dispersão, demonstrando não apenas uma, mas todas as cores que formam o arco-íris em uma faixa que se dispersa, não sendo possível saber seu limite, seu fim (?).

Tomando como base esses sentidos possíveis para se designar espectro, proponho demonstrar o funcionamento da posição do sujeito transexual sob forma espectral ao adentrar os espaços sociais que, não raro, o consideram invisível, impossível, absurdo.

Dessa forma, aponto para a questão de que corpo-e-sujeito outro sugere a dispersão de sentidos no momento em que se deixa transparecer no meio social. É nesse momento que é possível vislumbrar o corpo espectral como dispersão quando se olha sob um determinado prisma, o prisma da norma, por exemplo. Ao se deixar ver, o sujeito transexual põe em observação uma formulação discursiva outra para corpo-e-sujeito. Temos, então, um corpo sem limites significando ao outro, diante de si, a sua resistência ao fechamento de sentidos para corpo-e-sujeito ao propor uma significação que abra para o impensado, para o sem fim.

Dessa forma, ao se formular, ao se mostrar visível, o invisível vem afrontar a norma, suspendendo-a, desautorizando-a. Podemos observar esse movimento do invisível para o visível, constituinte do espectro, ao nos referirmos à Parada Gay que acontece todos os anos em diversas cidades do país e do mundo, com maior enfoque na cidade de São Paulo. Ali, na Avenida Paulista, onde geralmente se dá a concentração do evento, reúnem-se milhares

de manifestantes que defendem a significação do corpo-e-sujeito fora da norma. O espectro, que ali se forma à luz do dia, se faz sob uma bandeira que o constitui aos moldes da física: faixa iluminada pelo dia que, ao atravessar um prisma, aqui o do social, tem sua presença marcada pelas cores do arco-íris:



Parada do Orgulho Gay de 2015 em São Paulo.
Fonte: google/imagens/paradagay2015

Dessa maneira, podemos pensar que a insistência e a proporção da forma espectral que o sujeito transexual assume ao atravessar a linha da marginalidade, aos poucos podem ir se configurando e se estabelecendo a ponto do sujeito transexual se significar de forma outra aos olhos da sociedade: não mais como efeito do espectro, mas como sujeito assujeitado e inscrito a outras normas, a outros já-ditos sobre corpo-e-sujeito.

Sobre isso, gostaria de trazer um exemplo para pensarmos em uma revolução do corpo-e-sujeito que se inicia. Trata-se da inscrição, do reconhecimento do corpo-e-sujeito outro ressignificado frente à normatividade do gênero. Para demonstrar o que estou dizendo, trago, abaixo, como recorte, a ficha de inscrição *online* de uma importante revista acadêmica que se destina a publicar os trabalhos apresentados em um dos maiores eventos na área de linguagem, a saber: o Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, o GEL. Ao entrar no site da Revista do Gel, clicando em “Cadastro” na barra superior onde se encontra o menu, chamo a atenção para o campo a ser preenchido destinado ao sexo:

revistadogel.gel.org.br/rg/user/register

Revista do GEL - Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo

CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL ANTERIORES NOTÍCIAS

Capa > Usuário > **Cadastrar**

Cadastrar

Preencha o formulário para se cadastrar no sistema.
[Clique aqui](#) caso já possua cadastro em alguma revista do portal.

Perfil

Idioma do formulário: Português (Brasil) Submeter
 Escolha o idioma desejado para incluir as informações em outro idioma.

Login *
 O login deve conter apenas letras minúsculas (a-z), números(0-9), sublinhados(_) e hífens(-).

Senha *
 A senha deve ter no mínimo 6 caracteres.

Repetir senha *
 Validação *

Informe o código como aparece na imagem.

Pronome de tratamento

Nome *

Nome do meio

Sobrenome *

Iniciais Joan Alice Smith = JAS

Sexo M F Outro

Instituição/Afiliação
 (Sua instituição, por exemplo "Simon Fraser University")

Assinatura

USUÁRIO

Login p6525175607
 Senha ☐ Lembrar usuário
Acesso

NOTIFICAÇÕES

- [Visualizar](#)
- [Assinar](#)

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca Todos

Pesquisar

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por Título](#)
- [Outras revistas](#)

TAMANHO DE FONTE

A A A

[Ajuda do sistema](#)

IDIOMA

INFORMAÇÕES

- [Para Leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)

[OPEN JOURNAL SYSTEMS](#)

Ali, no campo destinado à significação do sujeito no que diz respeito ao seu sexo, vemos as opções M, F e Outro. Sabe-se que as letras M e F estão sob a convenção do Masculino e do Feminino, respectivamente. Mas e a palavra “Outro”? Estaria esta sendo utilizada para demarcar a presença de um corpo-e-sujeito outro que não o feminino e o masculino? Haveria, diante disso, o reconhecimento de que há outras formas de se fazer dizer corpo-e-sujeito para além do já-dito? Ou, por outro lado, estaria marcando a memória histórica dos novos discursos de gênero/sexualidade? Questiono, ainda, se a palavra “outro” não estaria habitando a zona fronteira entre o visível e o invisível, deixando transparecer e legitimando a existência dos sujeitos que não se filiam aos sentidos postos para corpo-e-sujeito ao mesmo tempo que não os identifica, não os torna visíveis.

Por um lado, no presente recorte de análise, temos a afirmação advinda do meio acadêmico que, enquanto parte das instituições de poder, torna visível e legitima a possibilidade de existência dos sujeitos que não se consideram entre as opções já dadas do

masculino e do feminino. Por outro, ao utilizar um pronome indefinido “outros”, o cadastro da revista não especifica quais são esses “outros”, reafirmando o lugar espectral, de dispersão que se encontram os sujeitos que não se filiam à norma instituída. Assim, fica marcado, ali, que existem o masculino, o feminino e *outros*; homens, mulheres e o diferente, o diverso, o que não é o mesmo.

Diante disso, podemos observar que, embora o sujeito que não se identifica com a norma instituída seja considerado, nesse recorte, de forma indefinida, “outro”, há um efeito de ruptura, uma vez que o meio acadêmico abre os sentidos para possibilidades outras de se significar corpo-e-sujeito. Assim, diante desse recorte, pode-se dizer que, em um dos sentidos possíveis, há uma ruptura alhures no momento em que é suscitada a possibilidade de existência de um outro sujeito cuja significação está para além do feminino/masculino.

Talvez, se esse campo da revista oferecesse diversas opções, como faz a rede social *Facebook* que, em sua versão em inglês, oferece mais de cinquenta opções para o sujeito, ou, ainda, não oferecesse opção nenhuma para o sexo, deixando sua significação a cargo do próprio sujeito, teríamos, de fato, o efeito de ruptura fazendo com que os sujeitos transexuais, por exemplo, fossem significados para além da forma espectral, tornando-se parte do visível - ao menos dentro do espaço social acadêmico a que a revista pertence.

Ao voltarmos ao depoimento de Gabriela Perini, podemos perceber em tal recorte de análise o funcionamento discursivo da revolução, proposto por Pêcheux (idem). Tal funcionamento pode ser percebido através do jogo entre o visível e o invisível, da significação espectral no momento que o sujeito transexual se faz transparecer aos olhos da sociedade e, à medida que permanece habitando a zona do visível, do efeito de ruptura alhures: uma ruptura em vias de uma revolução do corpo-e-sujeito.

De acordo com Pêcheux (1990b: 17), “[...] toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica.” A exemplo disso, trago outros dois fragmentos do depoimento de Gabriela para poder compreender como se dá o funcionamento discursivo da revolução:

Trecho 09: *“O meu nome social só mudou em alguns dos sistemas. Por exemplo, na assistência social não tem nome social, ironicamente, né? Lá deveria ter sido o primeiro lugar a mudar. E aí eu tenho que ficar reafirmando toda hora. Já entreguei documento, não cumprem...”*

Trecho 10: *“Se eu sofrer uma agressão transfóbica, vai vir a guarda universitária e vou ter que ser tratada no masculino, vou ter que explicar pro guarda o que é ser trans...”*

Na fala de Gabriela Perini, pode ser observado, como uma interpretação possível, o discurso revolucionário a que se subjetiva o sujeito transexual ao habitar a faixa visível do discurso, ocupando um lugar social, o de estudante universitária, e por já ter conseguido a modificação de seu nome de registro em alguns dos sistemas que compõem a sociedade. Ainda, também é possível observar o funcionamento discursivo de tal corpo-e-sujeito em revolução, na sua forma espectral, no momento em que estes são situados no lugar do invisível: não existe nome social na assistência social. Mesmo com as tentativas da transexual Gabriela Perini em reafirmar sua significação enquanto sujeito transexual, pode-se dizer, como sentido possível, que o órgão responsável pela assistência social a ignora, não a vê, não cumpre com o dever de integrar um sujeito transexual ao meio social, tomando-o, ou melhor, mantendo-o invisível.

Em relação a essa questão que venho buscando refletir sobre o caráter espectral do corpo-e-sujeito outro em meio ao social, faz-se importante trazer o que Butler (2008) nos aponta ao abordar sobre o corpo que está fora da divisão dicotômica do gênero e/ou fora da heterossexualidade. Segundo a autora (idem), quando, diante de um bebê, temos as nomeações “é menino!” ou “é menina” há a legitimação de tal corpo pela via da sexualidade que lhe confere a inscrição enquanto ser humano. Ou seja, é pela sexualidade e pelo gênero que o corpo é dito humano, conferindo-lhe, com isso, humanidade. Conforme Butler (2008: 162), os corpos que não se encaixam a um desses dois modelos de gênero e/ou à heterossexualidade “ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece”.

Assim, segundo a autora (idem), esse corpo que foge ao normativo instituído assume, então, uma imagem espectral pelo fato de que rompe com a “coerência” e com a “continuidade” no que diz respeito às características lógicas, de ordem cultural, de significação do sujeito. Diante disso, de acordo com Butler (idem),

Gêneros "inteligíveis" são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a "expressão" ou "efeito" de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 2008, p. 38)

Levando em consideração as ideias de Butler (idem), podemos dizer que o corpo-e-sujeito outro ao furar a inteligibilidade da significação que constitui corpo-e-sujeito dentro do já dito que estabelece uma coerência normativa entre corpo biológico, gênero e desejo sexual é, não raro, tido como abjeto, como espectro de descontinuidade e de incoerência. Diante disso, vemos que o corpo-e-sujeito outro, enquanto espectro, conforme o que nos traz a autora (idem), é significado enquanto algo da ordem do erro, como aquilo que é incoerente, que não faz sentido. Mais ainda, é significado enquanto algo vil, degradante, abominável, baixo - abjeto.

Com isso e retomando o que venho propondo dizer, é nesse embate entre o visível e o invisível, que o corpo-e-sujeito outro, no caso em análise, o transexual, vive sua significação espectral aos olhos das instituições sociais. Ao se deixar ver pelo outro, não se sabe ao certo qual será a reação do sujeito que tem diante de si uma aparição singular, um sujeito constituído pela dispersão dos sentidos para corpo-e-sujeito. Se visto sob o prisma farmacológico, como um conjunto de organismos que deve ser combatido, ou sob o prisma do religioso, vendo-o como uma assombração, uma ameaça, por exemplo, não raro o sujeito transexual pode sofrer agressões verbais e/ou físicas. Diante de situações iminentes como essas, precisará reafirmar sua significação junto aos órgãos de defesa como a guarda universitária que, segundo Gabriela, também a coloca no lugar de inexistente, de impossível.

Dessa forma, ao resistir à norma instituída, ao lutar pela legitimação de si e do corpo, ao ressignificar corpo-e-sujeito, Gabriela produz um efeito de ruptura alhures, suspendendo, questionando o já-dito com a abertura dos sentidos para a significação do corpo-e-sujeito à medida que se inscreve nessa resistência. Assim, resistindo ao funcionamento que institui uma coincidência entre anatomia e identidade de gênero, o sujeito transexual, ao deslizar os sentidos de corpo-e-sujeito, indicia um processo de mudança desestabilizando a norma, desestabilizando, segundo Pêcheux (idem: 17), o discurso da dominação. Este, por sua vez, começa a dar adeus aos sentidos estabilizados que reproduz, fazendo com que o invisível, o inexistente “advenha formando sentido do interior do sem-sentido”.

De acordo com Pêcheux (idem):

É através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição. (PÊCHEUX, 1990b: 17)

Diante disso, questiono se o sujeito transexual, na medida em que transita e se inscreve discursivamente nos espaços sociais, estaria rompendo o círculo da repetição, produzindo, conforme Pêcheux, um acontecimento histórico. Seria o sujeito transexual, no caso de Gabriela Perini, um possível representante da resistência que carrega consigo o discurso da rebelião, buscando romper o círculo da repetição, do já-dito sobre corpo-e-sujeito? Sobre tais indagações, faz-se importante trazer o que Pêcheux (idem) coloca sobre a figura do porta-voz no momento da produção do acontecimento histórico:

É neste momento que surge o porta-voz, ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um de “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior. (PÊCHEUX, 1990b: 17)

Diante disso, estaria o sujeito transexual, no caso, Gabriela Perini, ao contar sobre suas experiências, suas dificuldades e anseios enquanto transexual na posição de porta-voz das transexuais ou, por que não, de parte do movimento LGBTTT? Ou, mesmo, como porta-voz de um movimento cuja natureza do grupo se caracteriza por uma fragmentação de contra identificações? Para tentar compreender o funcionamento discursivo do sujeito transexual enquanto porta-voz da revolução do corpo-e-sujeito, retomo o fragmento do depoimento de Gabriela presente no trecho 4 do recorte de análise.

Nessa fala, Gabriela, em uma interpretação possível, toma a posição de porta-voz do discurso revolucionário do corpo-e-sujeito outro ao falar de situações pelas quais passou e por se referir a tomadas de posições que, não raro, são comuns a outras transexuais. Ao dizer “Pra grande população, acho que o primeiro passo é a gente dizer que existe”; “uma mulher trans também tem coisas a dizer, uma mulher trans também pode estudar, né? E que é uma pessoa como qualquer outra” temos uma fala por meio de uma generalização, de modo a conter um conjunto de sujeitos que aí podem se identificar. Sua fala, além de apresentar um conjunto ‘a gente’, incluindo outros sujeitos trans para o discurso, ela também aponta interesses que podem ser comuns a outros sujeitos transexuais, como o direito a ocupar os espaços na sociedade, ter reconhecidos seus direitos de cidadania.

O discurso do porta-voz, conforme nos traz Pêcheux (idem), é realizado por um ator visível e testemunha do acontecimento. Aqui, no momento em que Gabriela inclui outros sujeitos transexuais, pode ser observada uma forma de exemplo da materialização do

discurso do porta-voz que fala em nome das transexuais, expondo-se ao olhar do poder que ele interroga.

Trava-se uma luta cuja principal arma utilizada é a resistência do sujeito e a imposição do corpo transexual. Sobre isso, é interessante observar o que Gabriela declara, chamando para si, em uma interpretação possível, a posição de porta-voz do dizer transexual:

Trecho 11: Quando você é uma pessoa trans, né? A sua roupa é um símbolo de luta. O seu cabelo é um símbolo de luta. Tudo o que você faz, o que você fala, a sua voz, né? A entonação da sua voz, a grossura da sua voz, seu rosto... o seu corpo inteiro é um símbolo de luta. (Gabriela Perini)

Dessa forma, Gabriela ao se deixar ver, se expõe à dupla visibilidade, considerada por Pêcheux (idem), que a coloca na posição de negociadora. Gabriela não fala apenas diante das demais transexuais, mas também diante da norma, como coloca Pêcheux (1990b: 17) sobre a posição do porta-voz: “no centro visível de um de “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.”

Percebe-se, então, a tentativa de uma ruptura pela suspensão da norma a partir do momento em que o sujeito transexual desloca o sentido de corpo-e-sujeito e se impõe como visível, como uma formulação possível. Assim, enquanto espectro, seu corpo significa o embate entre o visível e o invisível, alimentando o germe revolucionário. Sobre isso, Pêcheux (1990b: 08) aponta que: “[...] a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência”.

Dessa forma, de acordo com o autor (idem), o porta-voz tem como destino a sua circulação entre as posições sujeito que o marcam enquanto profeta, enquanto dirigente e enquanto sujeito de Estado. Tomar o sujeito transexual enquanto porta-voz, como no caso de Gabriela, é levar em conta que tal sujeito é o ponto em que o invisível dá de encontro ao existente, ao visível, sendo o ponto em que a contradição vem se juntar ao que é politicamente pertencente, como coloca Pêcheux (1990b: 18) a um “negócio de Estado”.

Chamando a si a questão do Estado, e já preso nela, o porta-voz é desta forma necessariamente confrontado aos efeitos recorrentes do trabalho revolucionário da memória, onde os discursos sedimentados de todos aqueles que o precederam neste destino o esperam para agarrá-lo, penetrá-lo, servir-lhe e reviver através dele. Esta sedimentação toma formas diferentes conforme “o estado de organização” política das classes dominadas, mas nunca ocorre sem efeitos teóricos e práticos: as estratégias de tomada da palavra, de inversão e de contra-identificação especular que constituem os discursos revolucionários na sua relação com o Estado (ao mesmo tempo garantia do estado de coisas existente e agente geral da mudança) são escritas conjuntamente no registro histórico tanto dos dispositivos estatais como dos programas revolucionários.” (PÊCHEUX, 1990b: 18)

Poderíamos, com isso, dizer que o sujeito transexual enquanto possível porta-voz das transexuais, chamando a si a questão do Estado e, estando preso a ela, busca estabilizar os sentidos para o corpo-e-sujeito transexuais ao tentar inscrever a transexualidade enquanto possibilidade, enquanto norma.

Nesse sentido, pode-se dizer que os discursos de revolução [...] tendem inevitavelmente a tornar simétrico algo presente nos discursos da ordem estabelecida, prefigurando a ordem estatal revolucionária (com seus aspectos administrativos e religiosos de tipo novo que aí se manifestam conjuntamente e com insistência). Esse ponto poderia contribuir para explicar porque os discursos revolucionários contemporâneos se encontram a um tal grau presos à lógica das fronteiras, desembocando por vezes em uma lógica paranoica da interpretação: a administração religiosa do sentido, gerida por porta-vozes/permanentes/funcionários no espaço sem sobra de uma contradição simétrica, que foge de toda heterogeneidade interna. (PÊCHEUX, 1990b:18)

Dessa forma, pode-se dizer que o discurso da transexualidade, que ressignifica corpo-e-sujeito outro, ao ser proferido por um porta-voz, ganha visibilidade e produz um acontecimento à medida que ele intervém no círculo da repetição, inscrevendo sentidos outros para além da norma. Assim, ao buscar por direitos iguais, ao lutar pela cidadania, o sujeito transexual busca se inscrever enquanto norma, enquanto sentido possível, visível, sendo contraditoriamente pego pela lógica da fronteira, pela simetria dos discursos da ordem estabelecida que ele arduamente tenta romper.

Considerações Finais

Diante do que pude expor ao longo dessa tese, gostaria de retomar alguns pontos para que outros questionamentos possam se abrir, pois não tenho pretensão alguma, e nem poderia, sobre o encerramento da temática abordada. Ao contrário. Penso que tanto o objeto em questão quanto as análises aqui desenvolvidas devam abrir os sentidos para corpo-e-sujeito, sejam estes ditos travestis, transexuais, homens, mulheres, etc.

Enquanto sujeito analista, não creio que corpo-e-sujeito corresponda à fixidez de um padrão predefinido, previamente determinado para se fazer dizer dentro de uma categoria específica de gênero. Mesmo que haja a vontade ou mesmo a intenção de uma busca por se fazer dizer por algum “roteiro” definido para sexo e gênero, em algum momento, quando menos se espera, haverá a falha, o equívoco, constituintes do discurso, como vimos, que põem em xeque a “certeza” de que o sujeito é dono do dizer. E isso também, é claro, está diretamente ligado ao que diz respeito à “masculinidade” e à “feminilidade”.

Em minha caminhada enquanto corpo-e-sujeito (não apenas inscrito pelo gênero mulher, mas também significado e individuado pelo normativo de gênero), percebi muito cedo a impossibilidade de corresponder a um ideal fixo e imutável de/sobre gênero. Em diversas atividades sociais, justamente por não corresponder ao ideal de comportamento para o que se concebe como ‘mulher’, não raro ouvia frases que me deixavam intrigada. Uns diziam que eu era uma mulher masculina, outros que era uma mulher travesti, ainda outros, que era uma mulher gay. Cada uma dessas designações, e ainda outras que a mim eram apontadas dependendo da posição em que eu ocupava nas mais variadas situações cotidianas, me fizeram refletir se, de fato, havia a necessidade de tentar arduamente me fechar a um padrão X que correspondesse a um modelo esperado.

Questionava se não poderia ser um corpo-e-sujeito que transitasse entre as diversas categorizações de gênero sem que isso fosse um problema. Na verdade, para mim não era, embora ficasse um tanto decepcionada ao ver no olhar do outro o desapontamento por estar diante de uma mulher que não era bem uma mulher – ao menos no sentido de mulher que esse outro tinha.

Sempre vi com certa naturalidade as diversas posições que faziam de mim uma mulher outra – a que fugia do estereótipo, de um imaginário de mulher que, pelo olhar do outro, eu não correspondia. E essa não correspondência se dava de forma variada, seja por quebrar um recato ao ter sido mãe solteira aos quinze anos; seja por não demonstrar

fragilidade ao jogar truco com os meninos e ao arrumar briga na escola; seja pela força ao ter assumido a responsabilidade do arrimo de família aos vinte e três - sustentando o lar composto por filho e mãe; seja por ter opiniões que caminhavam para a liberdade corporal - inclusive a sexual; seja por legitimar enquanto sujeitos amig@s⁵² gays, travestis e transexuais e não me privar de suas companhias no cotidiano social, à luz do dia. Muitas vezes fui questionada por familiares e amigos sobre o porquê de ter essas amizades, como se ter amigos gays, travestis e/ou trans representasse um motivo outro para além daquele que me fazia ter amizade com uma mulher e/ou homem cis, por exemplo.

Como poderia eu questionar suas posições outras de gênero se eu mesma não conseguia me fazer dizer em apenas uma? Mesmo que tentasse dizer “sou mulher”, logo era pega por um acontecimento que colocava em xeque o que era ser mulher. Frases do tipo “você dirige muito bem porque dirige como um homem”; “esse seu jeito me lembrou um amigo gay que eu tenho”; “Subir no palco da festa para dançar não é comportamento de uma mulher direita”; “esse modo caricata de fazer piada é coisa de travesti”, entre muitas outras que ouvi, me tiravam de um lugar fixo de significação de gênero e me deslocavam para outros lugares – lugares estes de estranhamento e incompreensão para o outro diante da minha figura. É certo que em outros momentos eu afirmava um ideal feminino, mas há de se dizer que essa afirmação caminhava de mãos dadas com a negação não só pela minha postura, mas pela minha própria história de vida.

Dessa maneira, inscrita e individuada por diversas filiações de sentidos que ora fecham o corpo-e-sujeito ao normativo do gênero e ora se abrem possibilitando formas outras de se fazer dizer quanto ao gênero, comecei a ter um interesse maior por corpos e sujeitos que buscavam se significar fora de um padrão, na ânsia de se fazerem dizer justamente por/nas brechas que escapam, que fogem à significação fechada para corpo-e-sujeito.

É importante dizer que assumir um posicionamento de uma mulher às avessas me trouxe alguns contratempos, ainda mais por viver em uma cidade de interior, com doze mil habitantes. Como um exemplo, posso citar certa marginalização que sofri por não corresponder ao ideal de feminino sacralizado: quando fui procurar emprego, não consegui ser contratada em minha cidade por ser aquela que já tinha filho, era mãe solteira e etc. Assim, tive que buscar trabalho nas cidades vizinhas onde não me conheciam pessoalmente. De fato, consegui driblar as adversidades e, ao longo de minha vida profissional, consegui

⁵² Utilizo o @ para não demarcar um gênero específico, podendo esse símbolo significar o feminino, o masculino, e/ou a reafirmação/negação de ambos.

arrumar diversos empregos, pois mesmo que eu apresentasse um perfil feminino atípico, aparentemente, ainda era um perfil aceito no que diz respeito ao universo profissional, empregatício.

No entanto, o mesmo não acontecia com @s amig@s travestis e transexuais. Para el@s, não resolvia mudar de cidade. Não adiantava ter indicações ou um currículo igual ou melhor que o meu. E foi aí que percebi que ter liberdade para se fazer dizer fora do normativo no que se refere ao gênero não resultava apenas em uma ou outra adversidade, mas em sérios prejuízos. Prejuízos estes que impediam (e ainda impedem) diversas pessoas de se legitimarem enquanto cidadãs e que implicavam (e ainda implicam) em uma vida marginal. Foi aí que eu vi a diferença entre ser trans ou travesti e ser aquilo que chamam de mulher, mesmo que eu fosse um tipo que fuja de um certo ideal proposto. O que acontece é que o corpo-e-sujeito que se apresentava para uma entrevista de emprego, no meu caso, era um corpo-e-sujeito dentro do normativo que demonstra uma correspondência entre biológico e gênero. Para o empregador pouco importava se eu fosse ou não frágil, se eu tive filho com quinze anos, se eu fosse feminista, etc. desde que eu não figurasse algo para além da correspondência normativa biológico/gênero ali, dentro da empresa.

Embora existam muitas outras situações que privem o sujeito travesti e trans da convivência social, cito esse exemplo comparativo acima para demonstrar não o meu lugar de privilégio, mas para marcar a falta de um lugar social para o corpo-e-sujeito outro. É certo que hoje muitos espaços sociais se abrem para a circulação e permanência de sujeitos trans e travestis, porém, como se sabe, além de encontrarem resistência no mercado de trabalho e no cotidiano social, ainda temos um alto índice de violência contra tais pessoas.

Dessa forma, desenvolver essa tese buscando mostrar a abertura de sentidos para corpo-e-sujeito no que diz respeito ao sexo, à sexualidade e ao gênero significou, para mim, uma grande contribuição que pude fazer, não apenas às pessoas travestis e trans como meus/minhas amig@s e às pessoas como eu, mas também e principalmente às pessoas que não compreendem a possibilidade outra do sujeito vir a ser. Às pessoas que veem no corpo-e-sujeito trans e travesti algo fora da ordem do normal e que as agridem de diversas formas condenando-as, não raro, à margem da sociedade. É, sobretudo, pela abertura de sentidos para corpo-e-sujeito que o propósito dessa tese se articula, pela busca de uma sociedade mais justa e igualitária que possa conceber corpo-e-sujeito outro como parte integrante do conjunto de cidadãos, acolhendo-os, respeitando-os e aprendendo com eles formas outras de se fazer dizer para além dos sentidos já dados para corpo e para sujeito.

Assim, busquei tratar, no primeiro capítulo, a inscrição social do corpo-e-sujeito outros demonstrando, com a figura de Liniker e com o seu dizer sobre sua significação, a possibilidade de sentidos novos para se fazer dizer que se abrem e que são capazes de suspender o normativo para corpo, para sujeito, para sexualidade e para gênero. Nessa perspectiva, procurei compreender a possibilidade de tomar a não categorização, a não nomeação e, ainda, a suspensão como norma. Ou, como tratei no terceiro capítulo, a inscrição do não sentido – a possibilidade do novo, onde a significação do corpo-e-sujeito, retomando Orlandi (1998: 63), “é disponibilidade e não vazio.”.

Procurei apresentar, naquele momento, um corpo-e-sujeito outro que tenha conseguido alargar a fronteira entre o que é e o que não é norma para corpo e para sujeito e que, ainda, tenha conquistado um espaço social de destaque, não apenas o artístico, mas também o de militância. Busquei essa representatividade para poder demonstrar a possibilidade de existência de um corpo-e-sujeito inscrito pela suspensão do normativo, ao mesmo tempo que é perpassado e constituído pela norma e pela resistência a essa norma, para mostrar a possibilidade do corpo-e-sujeito outro se fazer dizer fora da marginalidade, fora do pré-construído do que seria uma “normalidade” para corpo e para sujeito. É claro que existem muitos outros sujeitos tal qual Liniker vivendo no anonimato e é justamente pela existência dessa maioria, desses muitos “Linikers” que não estão na mira dos holofotes da mídia e que tampouco se legitimam frente ao social que se faz necessário demonstrar exemplos legitimados para que consigamos inscrevê-los enquanto corpo-e-sujeito existente, possível, corpo-e-sujeito que também se faz cidadão, que também é ser humano e não algo de outra ordem.

Como exemplo disso, gostaria de chamar atenção para a apresentação que Liniker fez, no dia três de março de 2017, no programa da rede *Globo, Amor & Sexo*, cuja apresentadora é Fernanda Lima. Tal programa tem ganhado enorme repercussão por tratar de temáticas sobre a diversidade de gênero e, nesse dia, o programa abordou uma data especial referente à semana em que se comemora o dia internacional das mulheres. A apresentação de Liniker consistia em cantar a música “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque. Quando Liniker cantou a primeira parte da música e o coro do programa que fazia o acompanhamento chegou no refrão “joga pedra na Geni”, Liniker interrompeu a música dizendo de forma firme “Não joga!”. Fez-se uma pausa e, em seguida, Liniker disse “O

Brasil é o país que mais mata travestis, transexuais, homossexuais e bissexuais no mundo. Isso tem que acabar. Basta! Só assim podemos nos redimir.”⁵³



Imagens disponíveis em: http://www.huffpostbrasil.com/2017/03/03/5-momentos-do-programa-amor-and-sexo-sobre-diversidade-sexual-qu_a_21872755/ Acesso em 16/03/2017

É importante dizer que o fato de Liniker ser uma figura pública pela sua carreira e por militar frente aos direitos LGBTT não significa que el@ seja legitimad@ por todas as demais esferas sociais. Como disse, Liniker é um exemplo de corpo-e-sujeito outro que conseguiram alargar a fronteira entre o que pode e o que não pode existir. No entanto, essa fronteira insiste em se inscrever no cotidiano social. Dizeres como “Eu não acredito” frente a sua aparição ao social ainda demarcam fronteiras e marcam a figura espectral do corpo-e-sujeito outro, como procurei demonstrar no terceiro capítulo dessa tese.

No que se refere ao segundo capítulo, tenho um ponto para acrescentar que diz respeito às sentenças judiciais em seu funcionamento enquanto acontecimento discursivo. Ao pesquisar os recortes para análise, foi grande a surpresa que tive ao me deparar com o número de sentenças judiciais que decidiam favoravelmente ao pedido para retificação de nome e contrariamente ao pedido para a retificação de gênero. A maioria dos pedidos que encontrei eram feitos por sujeitos transexuais que ainda não tinham se submetido à cirurgia de transgenitalização e em muitos deles o advogado justificava a falta da cirurgia ora pela demora do SUS para conceder todos os recursos, ora pela necessidade de haver a identificação de nome e gênero independentemente da cirurgia ser realizada, uma vez que

⁵³ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5695447/> Acesso em 16/03/2017

os laudos médicos diagnosticavam transexualidade, demonstrando que não se tratava de uma fase passageira.

Em todos os casos que pesquisei, seja pelas próprias petições e sentenças disponíveis na internet, ou por notícias jornalísticas que narravam sobre estas, apenas encontrei uma notícia que contava sobre uma sentença que era favorável à retificação de nome e gênero para um homem trans que ainda não havia se submetido pela cirurgia, como mostrei no segundo capítulo⁵⁴. Nas demais, os juízes eram favoráveis apenas à retificação do nome e a justificativa que mais aparecia nas sentenças era a de que o sexo não aparecia na carteira de identidade e de motorista, portanto, não era necessária e/ou recomendada tal retificação.

É interessante observar que essas sentenças mais parecem uma ‘desculpa’ para justificar os pedidos de retificações de gênero que haviam sido negados. Digo desculpa pelo fato de que a inscrição do gênero em um documento não se restringe ao RG ou à CNH. Sabe-se que em muitas situações cotidianas somos questionados sobre nosso sexo, como em usar um banheiro público, ao preencher uma ficha de emprego, ao fazer um cadastro em algum site etc. Em certos casos, a pessoa não precisa apresentar um documento que ateste o sexo feminino ou masculino, mas em outros, essa comprovação faz toda a diferença.

Sobre tal questão posso citar o exemplo de uma abordagem policial. Se uma mulher trans não puder provar legalmente que é do sexo feminino, o que impediria o policial em aplicar-lhe uma revista corporal? Sabe-se que apenas as policiais femininas podem revistar mulheres. O que aconteceria com uma mulher trans? O policial pode enquadrá-la na rua e, sem poder dizer-se mulher legalmente, ela passaria pelo constrangimento de ser tocada por um homem, nas suas partes íntimas, contra a sua vontade.

Diante de uma outra esfera legal, como em um contrato de trabalho e/ou entrevista de emprego, por exemplo, o sujeito trans passaria, pelo menos, por uma das seguintes situações: a. se informar o sexo pelo qual foi registrado em sua Certidão, passará pelo constrangimento de ter que explicar para o empregador sobre a sua vida privada, sobre o

⁵⁴ Após a defesa da presente tese, realizada no dia 18/04/2017, ainda dentro do prazo para fazer as alterações finais, recebi mais uma notícia de que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu outro pedido de retificação de nome e sexo sem que a requerente tenha se submetido à cirurgia de transgenitalização. De acordo com o site do STJ, “Para o colegiado, o direito dos transexuais à retificação do registro não pode ser condicionado à realização de cirurgia, que pode inclusive ser inviável do ponto de vista financeiro ou por impedimento médico.” É claro que, o número de sentenças como essa ainda é pequeno. No entanto, no espaço jurídico cresce a tomada de posição favorável para os casos em que o sujeito trans consiga a alteração do registro civil sem que para isso se submeta à cirurgia de transgenitalização. (Disponível em: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia?platform=hootsuite)

processo pelo qual está passando etc. – como vimos no terceiro capítulo com Gabriela Perini; b. se o sujeito trans se afirmar do sexo a que se identifica, ele corre o risco de estar faltando com a ‘verdade’, podendo sofrer as penalidades legais de falsidade ideológica no momento em que entregar seus documentos e não conseguir ‘provar’ seus dados.

Esses são dois exemplos dentre muitos que podem ser citados. Ali, nas sentenças, fatos como esses não foram levados em consideração, demonstrando que o que vigora é a biologia de nascimento em uma correspondência ao gênero. Diante de respostas negativas advindas do jurídico, sem a autorização de retificação legal do gênero a que se identifica, o sujeito trans estará sujeito a diversos constrangimentos, inclusive estará sujeito a não se inscrever enquanto cidadão. Ou seja, com essa resposta, em uma interpretação possível, pode-se dizer que o judiciário obriga o sujeito trans a fazer a cirurgia de mudança de sexo para, então, tentar - pois, dependendo do juiz, a cirurgia não é garantia de retificação - ver em sua Certidão de Nascimento a inscrição do feminino no campo destinado ao sexo e, com isso, fazer valer tal inscrição nas demais esferas sociais.

Felizmente, encontrei uma notícia que veiculava o fato de um juiz ter concedido a retificação de gênero a um homem trans que ainda não tinha passado pela cirurgia. Diante desse ocorrido, procurei defender a ideia de que uma sentença como essa se configura como um acontecimento discursivo, uma vez que temos a inscrição do novo, no caso, em documentos legais, a partir do embate entre duas formações discursivas, uma advinda da ciência pela medicina e a outra advinda pelo próprio discurso jurídico, como apontei no capítulo em questão.

No entanto, diante da quantidade de sentenças que demonstram recusas para casos como esses, é preciso atentar para a possibilidade de tal acontecimento discursivo não se inscrever novamente. Sobre isso, Pêcheux (1990a) nos aponta para a fragilidade da inscrição do acontecimento na memória, colocando que o acontecimento pode escapar ao seu processo de inscrição e que o mesmo pode ser apagado da memória, como se não tivesse ocorrido.

Dessa maneira, há a necessidade de que haja outras sentenças favoráveis à retificação de gênero sem que o sujeito tenha recorrido à transgenitalização para que o acontecimento discursivo que aponte, para esse caso, se inscreva na memória de arquivo, nos autos de vários processos, para que o novo possa, de fato, se inscrever. Do contrário, muitos sujeitos transexuais poderão se sentir compelidos, como não raro acontece, a passar pela cirurgia para buscar obter o reconhecimento social do gênero também pela retificação em seus documentos. Ou, ainda, muitos que não têm condições de passar pela transgenitalização, seja

por questões pessoais, seja por motivos de saúde, etc. poderão viver no anonimato para não se exporem aos constrangimentos ao adentrarem diversas instituições sociais.

Sobre a censura do reconhecimento e da legitimação do corpo-e-sujeito outro, uma outra questão importante, e recente, sobre o apagamento das discursões acerca do sexo, da sexualidade e do gênero, agora, nos documentos oficiais e norteadores da Educação Básica brasileira, me chamou atenção.

No final de 2015, de setembro a dezembro, o Ministério da Educação (MEC) abriu uma discussão pública para determinar a nova base curricular para o ensino no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com a proposta de substituir os Parâmetros Curriculares Nacionais⁵⁵ e os Temas Transversais⁵⁶ buscando garantir maior equidade de conteúdo ao sistema educacional.

Assim, durante o curto prazo de três meses, os profissionais da educação puderam discutir o plano piloto com as novas diretrizes educacionais que nortearão o ensino brasileiro para os próximos anos ou, melhor dizendo, décadas. A proposta da BNCC, então, após o encerramento desse período para discussão, sofreu algumas alterações e foi publicada em abril de 2016 com o intuito de vigorar enquanto norma a partir de junho do mesmo ano.

No entanto, ao invés de haver uma ampliação em tal documento para o debate sobre sexo, sexualidade e gênero, levando em consideração as mudanças que há anos vêm ocorrendo em nossa sociedade, houve, ao contrário, a supressão de tais temáticas, de maneira que em raros momentos há pequenas aberturas para que o professor possa debater sobre sexualidade em sala. O Tema Transversal intitulado “Orientação Sexual” foi extinto e o debate sobre gênero aparece timidamente em um ou outro caderno das disciplinas e não mais em todos os ciclos de ensino. Abaixo está um quadro com as alterações que a nova base curricular determina e que vigora há menos de um ano:

⁵⁵ Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) buscavam nortear as práticas pedagógicas e os conteúdos a serem trabalhados nas disciplinas de Língua Portuguesa, Arte, História, Geografia, Matemática, Ciências Naturais e Educação Física. Tais parâmetros funcionaram enquanto documentos norteadores da educação básica brasileira durante dezenove anos, tendo como período de vigência de 1997 até junho de 2016.

⁵⁶ De acordo com o Ministério da Educação (MEC), os Temas Transversais abarcam temáticas que visam a construção da cidadania, de maneira que haja a compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades à vida pessoal, coletiva e ambiental. Assim, a Ética, a Pluralidade Cultural, o Meio Ambiente, a Saúde e a Orientação Sexual compõem os Temas Transversais que perpassavam e davam base a todas as disciplinas propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, entre os anos de 1997 a meados de 2016.

Temas Transversais – PCN	Temas Integradores – BNCC
Trabalho e Consumo (só no Fundamental II)	Consumo e Educação Financeira
Ética	Ética, Direitos Humanos e Cidadania
Não tinha estatuto de “tema transversal”, mas todos os documentos faziam referência ao assunto	Tecnologias Digitais
Pluraridade Cultural	Culturas Africanas e Indígenas
Meio Ambiente	Sustentabilidade
Orientação Sexual	---

Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/orientacao-sexual-e-suprimida-da-base-nacional-curricular/> Acesso em 15/03/2017

De acordo com Marcelo Daniliauskas, doutor em Sociologia da Educação, pela USP, em entrevista concedida, em 2015, à revista *online* Carta Educação, ao longo de todo o documento, a questão sobre gênero e sobre sexualidade aparece como “um tópico dentro de algumas disciplinas, às vezes o correspondente a uma aula no ano inteiro. A sexualidade ainda aparece muito dentro da Biologia, numa perspectiva do corpo e não de identidade, de viver em sociedade, de respeito ao outro.”⁵⁷.

Ainda, Daniliauskas (2015) nos mostra que ao invés de os princípios norteadores serem trabalhados de forma minuciosa para que tenhamos um ensino que vise a formação de cidadãos, tais princípios ficaram em segundo plano em prol de um ensino tecnicista, estanque e com conhecimentos e habilidades específicos para cada área. Segundo ele (idem), “[...] são exatamente os temas delicados, não só no sentido de preconceito, mas de formação cidadã, política, que precisam ser garantidos. Mas a Base ficou meramente técnica, de conhecimentos e habilidades muito específicos.”.

Isso nos aponta para o fato de que, ao invés de termos a expansão do debate sobre gênero, sobre o respeito às diferenças em um espaço privilegiado como a escola, temos a censura, o apagamento, o silenciamento de tais questões (ORLANDI, 1998b), funcionando ora como temáticas proibidas, ora como temáticas irrelevantes – leituras possíveis frente ao

⁵⁷ Entrevista disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/orientacao-sexual-e-suprimida-da-base-nacional-curricular/> Acesso em 15/03/2017

gesto de apagamento legitimado pelo documento institucional que norteará a Educação Básica brasileira.

Em relação aos conteúdos que a BNCC traz para todo o país, há a abertura para que Estados e Municípios incluam outras temáticas para serem abordadas. No entanto, temos uma outra questão apontada pela referida revista. Tal questão é relativa ao fato de que houve a retirada da palavra *gênero* dos planos estaduais e municipais de educação. Sobre esse fato, em outra reportagem⁵⁸ da revista *online* Carta Educação, nos é apontado que os Planos Municipais e Estaduais de Educação retiraram o termo *gênero* e as menções sobre *igualdade de gênero* para conseguirem aprovação. A convidada a debater sobre essa questão apontada pela revista é a antropóloga e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp, Regina Facchin.

De acordo com Facchin (2015), o fato de retirar da escola a possibilidade de debater sobre a igualdade de gênero traz grande prejuízo ao sistema educacional como um todo. Segundo a pesquisadora (idem)⁵⁹ “Os casos que chegam à escola e demandam atenção, como violência física, psíquica ou sexual no âmbito doméstico, gravidez não planejada e indesejada, discriminação e violência no âmbito da própria escola, não desaparecerão num passe de mágica.”. Mas o que desaparecerá, de acordo com Facchin (idem), “são as ações governamentais na direção de preparar e oferecer orientações a profissionais que trabalham na educação para enfrentar essa realidade.”.

Sobre o impacto político e social, Facchin (idem) nos aponta que a supressão dos termos *gênero* e *orientação sexual* tanto na BNCC, como vimos acima, quanto nos Planos Municipais e Estaduais de Ensino, demonstra um grande crescimento de opiniões conservadoras. De acordo com a pesquisadora,

Têm se multiplicado discursos públicos que naturalizam a subalternidade ou inferioridade das mulheres, que associam homossexualidade ao âmbito do que é considerado patológico (mesmo contrariando o que é reconhecido por associações científicas internacionais de psiquiatria ou órgãos como a Organização Mundial da Saúde) e/ou que desvalorizam, ridicularizam ou retratam como moralmente ameaçadoras iniciativas intelectuais ou políticas de combate às desigualdades. (FACCHIN, 2015. Entrevista concedida à revista online Carta Educação. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/entrevistas/tirar-a-palavra-genero-nao-vai-suprimir-o-assunto-na-escola/> Acesso em: 15/03/2017)

⁵⁸ Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/entrevistas/tirar-a-palavra-genero-nao-vai-suprimir-o-assunto-na-escola/> Acesso em 15/03/2017

⁵⁹ Entrevista disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/entrevistas/tirar-a-palavra-genero-nao-vai-suprimir-o-assunto-na-escola/> Acesso em 15/03/2017

Diante disso, podemos ver em funcionamento na/pela memória de arquivo o silenciamento, uma censura ainda mais representativa do que a que vimos através do dicionário. Retomando Orlandi (1998: 62), podemos compreender que ao suprimir o tema “Orientação Sexual” e o termo “gênero” e suas derivações, temos na BNCC “aquele silêncio que resulta de uma interdição do nível da formulação do dizer. É o que se poderia dizer mas que está proibido.”.

Contudo, o fato de que não se pode mencionar tais dizeres nos documentos educacionais, não significa que corpos e sujeitos travestis e trans deixem de tentar se inscrever no espaço escolar, pois de acordo com a autora (idem: 62) “onde há censura, há resistência, pois a interdição ao dizer atinge diretamente os processos de identificação do sujeito.”.

Dessa maneira, por mais que existam formas de censura, corpo-e-sujeito, concebidos enquanto linguagem, estão sujeitos à tensão entre o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia e, dessa maneira, continuarão se inscrevendo através de discursividades outras para se fazer dizer. Como procurei mostrar no terceiro capítulo, há uma revolução em vias de acontecimento para corpo-e-sujeito no que diz respeito ao sexo, à sexualidade e ao gênero. E na luta em manter o poder, o movimento conservador, enquanto ideologia dominante, está cumprindo seu papel ao tentar apagar as ideologias dominadas que o ameaçam e, para isso, usará os aparelhos ideológicos que dispõe, como a Escola, para fazer valer sua força.

Entretanto, o espectro do corpo-e-sujeito outro, cunhado entre a tensão do sentido/não-sentido, entre o possível e o impossível, entre o aqui e o alhures, insiste em desestabilizar o poder, assombrando-o, aterrorizando-o na medida em que toma as ruas, em que se deixa ser visto nos espaços públicos, em que alarga os muros fronteiriços entre o que pode e o que não pode existir. E é aí, como disse, nesse movimento sinuoso, tenso, perigoso que corpo-e-sujeito outro é forjado - a despeito da norma, a despeito de sentidos estabilizados, a despeito do conservadorismo.

Referências Bibliográficas

- ABDO, C. H. N.; PEREIRA, Carla M. A.; SPIZZIRRI, Giancarlo. **O termo gênero e suas contextualizações**. Programa de Estudos em Sexualidade (ProSex) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Diagn Tratamento. 19(1):42-4. 2014. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2014/v19n1/a3969.pdf> Acesso em: 04/05/2016 às 14:00.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- AMARAL, C. E. R. do. Ação de retificação de Registro Civil c/c retificação de gênero com pedido de liminar de tutela antecipatória. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 09 ago. 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=8648.54170&seo=1>. Acesso em: 26 mar. 2017.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. vol. I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002 [1949]
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> Acesso em 26/03/2017
- _____. **Parâmetros curriculares nacionais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>
- _____. **Temas Transversais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>
- _____. **Lei nº 11.340/2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 7 de agosto de 2006; Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06> Acesso em 26/03/2017
- _____. **Lei nº 6.015/1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 31 de dezembro de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015original.htm

_____. **Decreto nº 8.727/2016.** Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Presidência da República. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 28 de abril de 2006; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm Acesso em 26/03/2017

BUNCHART, M. E.. **A Jurisprudência Brasileira da Transexualidade:** uma reflexão à luz de Dworkin. Sequência (Florianópolis), n. 67, p. 277-308, dez. 2013 p. 283 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/seq/n67/11.pdf>

BRUNS, M. A. de T.; PINTO, M. J. C. **Vivência Transexual** – O corpo desvela seu drama. Campinas: Editora Átomo, 2003. 152 p.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo Educado:** Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000. (Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva)

_____. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTEL, P. H. **Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual”** - (1910-1995). Revista Brasileira de História. Vol. 21 nº. 41. São Paulo, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000200005 acesso em 30/04/2016.

CHIARETI, P. **Discurso, subjetividade e novas tecnologias.** In: RUA [online]. nº. 22. Volume 2, p. 33 - 44 Junho/2016. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS. F64 - **Transtornos da identidade sexual.** Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais. Organização Mundial de Saúde. Genebra. 1993. Disponível em: <http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f64/transtornos-da-identidade-sexual> Acesso em 20/02/2017

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS. F64.0 - **Transexualismo.** Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado. Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais. Organização Mundial de Saúde. Genebra. 1993. Disponível em: <http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f649/transtorno-nao-especificado-da-identidade-sexual> Acesso em 20/02/2017

DANILIAUSKAS, M. **Entrevista à revista online Carta Educação.** Revista Carta Educação, 04 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/orientacao-sexual-e-suprimida-da-base-nacional-curricular/> Acesso em 15/03/2017

DICIONÁRIO inFormal. **Verbetes Travesti.** Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/travesti/> Acesso em: 20/05/2016

DICIONÁRIO inFormal. **Verbete Transexual**. Disponível em: Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/transexual/> Acesso em: 20/05/2016

DICIONÁRIO MICHAELLIS. **Verbete Transexual**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=transexual> Acesso em 20/05/2016

DICIONÁRIO MICHAELLIS. **Verbete Travesti**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=travesti> Acesso em 20/05/2016

DICIONÁRIO PRÍBERAM. **Verbete Espectro**. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/espectro> - acessado em 19/04/2016 às 12:00.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (AGÊNCIA BRASIL). **Transexual que não fez cirurgia consegue decisão para alterar gênero no registro**. Revista online. Seção Direitos Humanos, São Paulo. Reportagem divulgada em 04/10/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-10/transexual-que-nao-fez-cirurgia-consegue-decisao-para-alterar> Acesso em: 20/02/2016

FERREIRA, A. C. F. Discursos sobre Cidades na Enciclopédia “Tradicional”, na Wikipédia e na Desciclopédia: percursos de sujeitos, saberes e línguas. In. DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013, Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

FACCHIN, R. Entrevista à revista *online* Carta Educação. Revista Carta Educação, 25 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/entrevistas/tirar-a-palavra-genero-nao-vai-suprimir-o-assunto-na-escola/> Acesso em 15/03/2017

FINK, B. **O sujeito lacaniano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

FOLHA DE S. PAULO. **Derrida caça os fantasmas de Marx**. São Paulo, 26/06/1994. Entrevistadora: Betty Milan (Especial para a Folha, de Paris.) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/26/mais!/24.html>

FOLHA DE S. PAULO. **Cartunista Laerte diz que sempre teve vontade de se travestir**. São Paulo, 04/11/2010. Entrevistador: Ivan Finotti. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/825136-cartunista-laerte-diz-que-sempre-teve-vontade-de-se-vestir-de-mulher.shtml> Acesso em 10/01/2014 às 14:00.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2013. Traduzido por Raquel Ramallete.

_____. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. **O mal-estar na civilização**, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Obras Completas, Vol. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Três Ensaio sobre a Sexualidade (1905), In. **Obras Psicológicas Completas**: Edição Standart Brasileira Vol. VII, Rio de Janeiro - RJ: Imago, 2006

G1. Brasília. **Deputado reapresenta na Câmara projeto de lei que autoriza a ‘cura gay’**. Notícia divulgada em 12 de maio de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/deputado-reapresenta-na-camara-projeto-de-lei-que-autoriza-cura-gay.html> no dia 12/05/2014 às 17h50. Acesso em 10/04/2015

G1. EPTV SUL DE MINAS. **Estudantes fazem 'saiaço' após aluno ser impedido de entrar na Ufla, em MG**. Notícia divulgada em 05 de maio de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/05/estudantes-fazem-saiaco-apos-aluno-ser-impedido-de-entrar-na-ufla-em-mg.html> Acesso 03/03/2017

GALLO, S. L. **Autoria**: questão enunciativa ou discursiva? Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 1, número 2, jan./jun. 2001

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. P. 165-183.

JURISDIÇÃO. Fórum João Mendes Júnior, 2ª Vara de Registros Públicos, São Paulo. Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome. Processo 1096231-44.2015.8.26.0100. Nome - A.M.M. ADV: BRUNO FRULLANI LOPES (OAB 300051/SP), MARIA LIMA MACIEL (OAB 71441/SP). 10/02/2016 do TJSP. fls. 2 e 3. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/304166050/andamento-do-processo-n-1096231-4420158260100-retificacao-ou-suprimento-ou-restauracao-de-registro-civil-retificacao-de-nome-10-02-2016-do-tjsp>

JURISDIÇÃO. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Retificação de registro. Processo: 2013223538. Defensor(a): ROSANA DE ASSIS MARTINS. Aracaju/SE, 13 de Janeiro de 2014. Disponível em: http://direitohomoafetivo.com.br/anexos/juris/1343__4baf71e8e58b713abc1394dd3537d77c.pdf

LACAN, J. **O seminário**, livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo** – corpo e gênero dos gregos à Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Tradução: Vera Whately

LIMA, L. F. A “**verdade**” **produzida nos autos**: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em tribunais brasileiros. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Departamento de Antropologia. São Paulo, 2015. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-22122015-094918/pt-br.php>

LINIKER. Participação e Apresentação musical no programa *Amor e Sexo* da Rede Globo no dia 03 de março de 2017. Interpretação da música *Geni e o Zepelim* de Chico Buarque de Hollanda. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2017/03/03/5-momentos-do-programa-amor-and-sexo-sobre-diversidade-sexual-qu_a_21872755/ Acesso em 16/03/2017

_____. **Sou bicha, sou preta**. Entrevista concedida à Trip TV em 22 de jan de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ozvE0STlNzg> Acesso em 01/06/2016

_____. Zero. Apresentação musical publicada no dia 23 de outubro de 2015 no canal do youtube.com Liniker e os Caramelows. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=M4s3yTJCcmI>

MILLER, J. A. **Biologia lacaniana e acontecimentos de corpo: fazer análise, porque, quando e como.** Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. São Paulo: Edições Eolia. (41): 7-67, dez. 2004.

MILLOT, C. **Extrasexo:** ensaio sobre o transexualismo. São Paulo: Escuta, 1992.

NUNES, J. H. **O Discurso Documental na História das Ideias Linguísticas e o caso dos Dicionários.** Alfa, São Paulo, 52 (1): 81-100, 2008

_____. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: **Seminário de Estudos em Análise do Discurso 2**, 2005, Porto Alegre. Anaiseletrônicos... Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ORLANDI, E. P. **Parkour:** corpo e espaço reescrevem o sujeito. Línguas e Instrumentos Linguísticos. Nº 34 – jul-dez 2014 75-87 p. Disponível em:
<http://www.revistalinguas.com/edicao34/artigo4.pdf> Acesso em 06/06/2016 às 18:00.

_____. Processos de significação, corpo e sujeito. In **Discurso em Análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP. Ed. Pontes, 2012. p. 83-96.

_____. Os sentidos de uma Estátua: Fernão Dias, individuação e identidade Pousoalgreense. (Pág. 13-34) In: **Discurso, espaço, memória** – caminhos da identidade no Sul de Minas. ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.): Campinas, Editora RG, 2011. 160p.

_____. **A contrapelo:** incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 2 – Disponível em
<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/16-2/1-16-2.pdf>

_____. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Ed. Unicamp. 2007. 184p.

_____. **Interpretação;** Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas. Ed. Pontes, 2004. 156p

_____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas: Pontes; Labeurb, 2003. P. 07-20.

_____. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos, 2ª edição. Campinas, SP: Ponte, 2001.

_____. Discurso e Argumentação: um Observatório do Político. In: **Fórum Linguístico**, Fpolis, n. 1 p. 73-81, jul-dez. 1998a

_____. Do não-sentido e do sem-sentido. In: **Silêncio e luzes:** sobre a experiência psíquica do vazio e da forma. Org.: Luiz Carlos Uchôa Junqueira Filho. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 57-66 1998b.

_____. Vão surgindo sentidos. In: **Discurso Fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993. 11-25 p.

PÊCHEUX, M. Discurso e Ideologia(s). In: **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 - Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1995. Traduzido por Eni Orlandi.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 1990a.

_____. **Delimitações, Inversões e Deslocamentos.** Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, (19): 7-24, jul./dez. 1990b. Traduzido por José Horta Nunes.

_____. Ideology: Fortress or Paradoxical Space. **Das Argument**, Berlin, n. 84, p. 31-35, 1983a

_____. Ideologie – Festung oder paradoer Raum? **Das Argument**, Berlin, n. 139, p. 379-387, 1983b

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1982.

_____. **Les Vérités de la Palice.** Paris: Maspero, 1975.

PARADA DO ORGULHO GAY. Edição de 07 de junho de 2015. Imagens disponíveis em [google/imagens:https://www.google.com.br/search?q=parada+gay+2015&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiLhs36kvXSAhWDgZAKHRMoA0YQ_AUIBigB&biw=1517&bih=681#imgsrc=_](https://www.google.com.br/search?q=parada+gay+2015&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiLhs36kvXSAhWDgZAKHRMoA0YQ_AUIBigB&biw=1517&bih=681#imgsrc=_)

PERINI, G. **Depoimento à TV Carta Capital.** TV Carta Capital, 23 de junho de 2015. Site: www.youtube.com/user/RevistaCartaCapital Vídeo: 4 min e 05 seg. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gs5Vsv4erI4> Acesso em 20/02/2016

PEREIRA, L. N. **Sentidos (tra)vestidos: o Político e o Ideológico no discurso sobre o travesti.** Pouso Alegre: UNIVÁS, 2014. 71p. (Dissertação de Mestrado) Disponível em: http://m.univas.edu.br/Repos_Biblioteca/00000000000000000018.pdf Acesso em: 03/03/2016 às 18:00.

POLI, M. C. **Feminino/Masculino.** Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2007. 76p.

QUEIROZ, L. S. **Um arquivo do sujeito: o discurso das adolescentes nas revistas *Atrevida* e *Todateen*.** Anais do I Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito. Niterói, RJ: UFF, n 1, p. 59-68, 2012. Disponível em: <http://www.las.uff.br/periodicos/index.php/seminariointerno/article/view/7> Acesso em 06/05/2016 às 20:00

REVISTA DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GEL). Formulário de Cadastro. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/rg/user/register> Acesso em: 26/03/2017

REVISTA SUPERINTERESSANTE. **Como se faz a cirurgia de mudança de sexo?** Reportagem publicada em 17 de fevereiro de 2011 às 22h00 e Atualizada em 31 out 2016. Edição online. Disponível em: <http://super.abril.com.br/multimedia/como-se-faz-cirurgia-mudanca-sexo-616014.shtml> acesso em 10 de dez. 2014 às 12:00

SAFATLE, V. **Cinismo e falência da crítica.** São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, T. D. da. **Jornalismo e a Divulgação Científica.** Revista Rua: Campinas, V. 8: 129-146 p., 2002

SILVA, V. O. da. **Revista Nova ontem e hoje: análise do discurso sobre a mulher na mídia.** Anais do II Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito. Niterói, RJ: UFF, n 2, p. 179-189, 2013. Disponível em:

<http://www.las.uff.br/periodicos/index.php/seminariointerno/article/view/45> Acesso em: 05/05/2016 às 16:00

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia.** Notícia divulgada em 09/05/2017 às 19:47 Disponível em:http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia?platform=hootsuite Acesso em: 19/05/2017

TEIXEIRA, F. do B. **Vidas que desafiam corpos e sonhos:** uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. Campinas, São Paulo: [s.n.], 2009. 226 p. Tese de Doutorado. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000444694&fd=y> Acesso em 02/05/2016 às 13:00.

VITA, M. da S. **Em busca da Nova sexualidade feminina:** a formação imaginária da leitora da revista *Nova/Cosmopolitan* no Ano Internacional das Mulheres. Anais do II Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito. Niterói, RJ: UFF, n 2, p. 97-105, 2013. Disponível em:

<http://www.las.uff.br/periodicos/index.php/seminariointerno/article/view/40> Acesso em 05/05/2016 às 18:00

ZOPPI-FONTANA, M.G. **Objetos paradoxais e ideologia.** Estudos da Língua(gem). Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. Vitória da Conquista, n. 1, p. 41-59, junho de 2005

_____. **Cidadãos modernos:** discurso e representação política. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.